

revista PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 10 - número 11 - maio de 2011

Praça do Pacificador



Nesta Edição:

- CONJUNTO DA PRAÇA DO PACIFICADOR
- DA PRODUÇÃO DE LARANJAS A FEBRE DOS LOTEAMENTOS
- SUA MAJESTADE TATA LONDIRÁ
- O MISTÉRIO DAS MOEDAS DE OURO EM DUQUE DE CAXIAS
- A REPRESENTAÇÃO "IDEAL" DE UM TERRITÓRIO
- FLAMBOAIÁS E MATE COM ANGU
- BAIXADA ECOLÓGICA
- AMBULATÓRIO PAROQUIAL IRMÃ BETA

Visões Universitárias:

- *Os Estudos de Campo como Meio para Educação Patrimonial*
- *Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista na Baixada Fluminense, na Guanabara e em Salvador*
- *Saracuruna: a História de sua Ocupação*
- *Formação do Movimento Camponês na Baixada Fluminense (1950-1964)*

Seção Memória Viva:

A riqueza do samba na Baixada por Bira da Vila



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.

AH

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA
ISSN 1983-0963

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho

DIRETORA GERAL DA CMDC:
Ingrid Junger de Assis

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Antonio Augusto Braz
Carlos Sá Bezerra
José Cláudio Souza Alves
Nielson Rosa Bezerra
Marlúcia Santos de Souza
Rogério Torres da Cunha
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Alda Regina Siqueira Assumpção / Angelo Marcio
da Silva / Diego Lucio Villela Pereira / Leonardo
da Silva Palhares / Luiz Felipe dos Santos Junior /
Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva / Weveston Costa

LOGOMARCA:
Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:
Newton Menezes

FOTOS / CAPA:
Praça do Pacificador - 2003. Foto: Paulo Martins.
Escultura em homenagem à primeira bica d'água -
s/d. Foto: Moisés Lira.

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto
Duque de Caxias - RJ
CEP: 25071-140
Telefone: 2784-6947
e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

Editorial

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico completa 10 anos e a nossa Revista Pilares da História está no seu décimo primeiro número. Há muito que comemorar e também muito que refletir. Primeiro, é necessário afirmar que a Revista tem cumprido, no âmbito da nossa cidade, a função solitária de divulgar as análises históricas produzidas sobre a região da Baixada Fluminense e sobre nosso município. Esse fato implica na necessidade de construir políticas públicas que apoiem a publicação das diversas pesquisas que têm sido elaboradas e que não conseguem ganhar a visibilidade e a circularidade que deveriam ter.

Como segunda reflexão, é necessário reafirmar o papel pró-ativo que a Associação dos Amigos do IH tem assumido no combate em prol da defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias. Junto a uma pequena, mas operosa, rede de instituições locais e regionais, foram obtidas importantes vitórias como, por exemplo, a instituição na grade curricular, dos cursos de graduação em História da Unigranrio e Feuduc, das disciplinas de História Local e Regional; a construção de um programa de formação sistemática sobre a História da Baixada Fluminense junto aos profissionais de educação das redes públicas municipal e estadual; a criação, em 16 de dezembro de 2009, da lei que dispõe sobre o tombamento de bens materiais e imateriais do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Duque de Caxias (Lei 2300); a consolidação do Conselho Municipal de Cultura, através da atuação da Asamih na cadeira de Patrimônio, nos mandatos consecutivos de 2005 a 2009; e, mais recentemente, na implementação do projeto museológico de percurso "Museu Vivo do São Bento", que indica uma intervenção patrimonial efetiva com a reforma e restauração de seis edificações de destaque na história da cidade, dentre elas a Fazenda São Bento e a Igreja do Pilar.

Essas conquistas, no entanto, não nos afastam do desejo de outros avanços. É necessária uma urgente proteção a importantes "lugares de memória" do município, como o "Hotel Municipal", a "Fortaleza de Tenório Cavalcanti", o terreno que abrigou o "Axé de Joãozinho da Goméia" e o prédio da "Escola Municipal Álvaro Alberto", que abrigou a "Escola Proletária de Merity".

Em terceiro lugar, reafirmamos a ação da Asamih como suporte institucional do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Nossa Associação foi, recentemente, laureada com a chancela de "Ponto de Cultura Estadual", pela relevância de suas ações no campo da cultura e do patrimônio, estando desenvolvendo, atualmente, diversas ações voltadas para a comunidade.

Nestes dez anos, assim, foram "mil e uma" tarefas. Muito foi realizado e muito há de se realizar... A Asamih e a Revista Pilares da História agradecem a todos que partilharam e partilham conosco dessa caminhada, convidando-os, neste momento, a ler e discutir as reflexões que os textos deste número oferecem. Boa leitura e nos encontraremos, então, na décima segunda edição...



O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:

Dos Autores

CRPH

Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHed

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense

Fórum Cultural da Baixada Fluminense

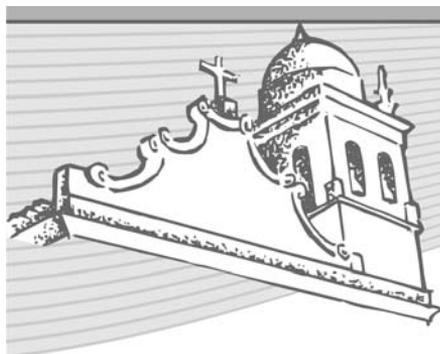
Amigos do Patrimônio

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de artigos para possível publicação.

As idéias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão destes são da responsabilidade dos autores.





M

**ENSAGEM DO PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

RESPEITO À HISTÓRIA, À CULTURA E À DIVERSIDADE

Ao longo destes dez anos, a Câmara Municipal de Duque de Caxias tem tido a preocupação de apoiar o registro e a recuperação da memória histórica e cultural do nosso município através do incentivo ao Instituto Histórico e da publicação da Revista Pilares da História.

Igualmente, durante nosso mandato como Presidente desta Casa Legislativa, a preocupação com a cultura tem sido uma de nossas metas. A diversidade cultural de nossa região é enorme e é nosso dever respeitá-la, pois cidadãos conscientes são aqueles que reconhecem seu lugar, suas raízes.

Sabemos que o convívio com as diferenças sempre desafiou a humanidade; contudo, o exercício do diálogo e a troca de experiências entre todos são enriquecedores, tornando-se fundamental o respeito à pluralidade de ideias, crenças e etnias.

A Revista Pilares da História, na sua décima primeira edição, com a parceria da Associação dos Amigos do Instituto Histórico, que este ano faz 10 anos de fundação, é um importante veículo de divulgação de nossa rica memória, significando o nosso compromisso de fomentar e promover o que há de melhor em toda a região da Baixada Fluminense.

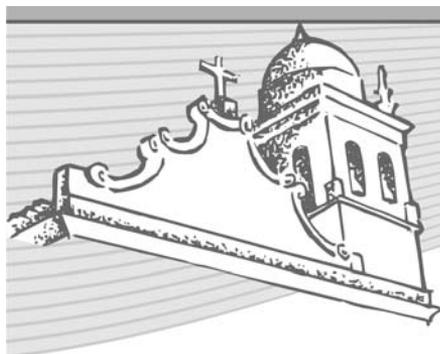
Os articulistas da Revista, apresentando os variados pontos de vista sobre os fatos que marcaram nossa história, são parceiros imprescindíveis para que isto aconteça. Da mesma forma, a Associação dos Amigos do Instituto Histórico está de parabéns, pois ao longo destes 10 anos, sempre se mostrou apoiadora do nosso Instituto, que conta com o maior acervo em espaço público da Baixada Fluminense e é fonte obrigatória de estudo para os pesquisadores da região.

Com esta publicação, editada sempre proximamente ao Dia da Baixada – 30 de abril –, pretendemos reforçar, cada vez mais, nosso compromisso com o incentivo à cultura, afirmando nossa identidade cultural, através do registro de nossos direitos e deveres como cidadãos conscientes e participantes do processo diário de reconstrução de nossa história.

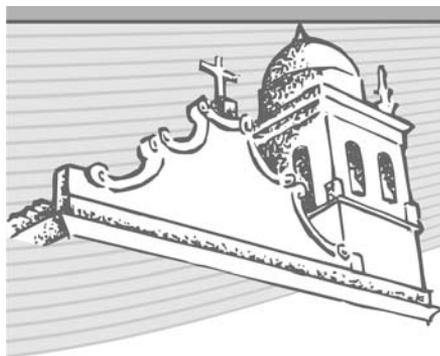
Parabéns Associação dos Amigos do Instituto Histórico!

Parabéns Revista Pilares da História!

Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho



CONJUNTO DA PRAÇA DO PACIFICADOR	07
Alexandre dos Santos Marques e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida	
SUA MAGESTADE TATA LONDIRÁ: Joãozinho da Goméia e a expansão do rito Angola no Sudeste Brasileiro	11
Andrea Mendes	
A REPRESENTAÇÃO "IDEAL" DE UM TERRITÓRIO:	20
exemplificando a Baixada Fluminense	
André Santos da Rocha	
BAIXADA ECOLÓGICA	31
Gênesis Torres	
DA PRODUÇÃO DE LARANJAS À FEBRE DOS LOTEAMENTOS:	33
As Transformações na Organização Espacial do Município de Nova Iguaçu ao longo do Século XX	
Rafael da Silva Oliveira	
O MISTÉRIO DAS MOEDAS DE OURO EM DUQUE DE CAXIAS	46
Guilherme Peres	
FLAMBOIÃS E MATE COM ANGU	53
Newton de Almeida Menezes	
AMBULATÓRIO PAROQUIAL IRMÃ BETA	58
Luiz Felipe dos Santos Junior	
VISÕES UNIVERSITÁRIAS:	62
Os estudos de campo como meio para educação patrimonial	
Angelo Marcio da Silva	
Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista na Baixada Fluminense, na Guanabara e em Salvador. Primeiros Escritos	
Giselle dos Santos Siqueira	
Saracuruna: A História de sua Ocupação	
Jordan de Alexandre Batista	
Formação do Movimento Camponês na Baixada Fluminense (1950-1964)	
Thiago Schubert Lopes	
SEÇÃO TRANSCRIÇÃO	98
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida e Denise Vieira Demétrio	
SEÇÃO MEMÓRIA VIVA	101
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida, Alexandre dos Santos Marques e Antonio Augusto Braz	
SEÇÃO ICONOGRAFIA	105
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO	111



CONJUNTO DA PRAÇA DO PACIFICADOR

Alexandre dos Santos Marques¹

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida²

A Praça do Pacificador recebeu este nome em homenagem a Luiz Alves de Lima e Silva devido a sua participação no controle das revoltas populares ocorridas no período regencial. O título de “Duque de Caxias” foi recebido após o controle da Revolta Farroupilha. A cidade recebe o seu nome por ele ter nascido na antiga Fazenda São Paulo que se localizava no atual bairro da Taquara³. Após 1931, quando o então 8º distrito de Iguçu foi criado com o nome de “Caxias”, vários logradouros e prédios públicos passaram a receber denominações em sua homenagem. Em 1943, quando o distrito obteve a emancipação de Nova Iguçu, passou a município com o nome “Duque de Caxias”.

Em 1927, com a publicação do Decreto 5.141⁴ criou-se um fundo especial para a construção e conservação de estradas. Para executá-lo, organizaram-se comissões técnicas para construir as duas primeiras estradas tronco do país: a Rio-SãoPaulo e a Rio-Petrópolis⁵. A situação encontrada pelos construtores, com muitas áreas de manguezais e brejos, o que certamente dificultou as obras, foi observada por Rogério Torres da seguinte forma:

A construção da Rio-Petrópolis foi muito difícil, principalmente na Baixada Fluminense, devido aos terrenos lodosos que exigiam consolidação através de demoradas obras de aterro e de fundações. Além de tudo, a malária, ainda endêmica na região, vitimou um grande número de trabalhadores, somando novas dificuldades às já existentes⁶.

A área que já foi chamada de Praça do Brejo e Praça do Caranguejo, em 1944 foi aterrada em mais de 6 metros de altura. Em 1953, no governo do Prefeito Braulino de Matos Reis (1952-1955) assumiu a sua moderna configuração e atual denominação: Praça do Pacificador. Segundo José Lustosa, “foi ele quem a calçou magistralmente”⁷, e ela

¹ Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da rede municipal de ensino. Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Articulador regional da Ação Grô.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação lato sensu em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

³ Sobre isto ver desta série “Museu de Duque de Caxias/Museu da Taquara.

⁴ Decreto 5.141 de 05.01.1927.

⁵ Esta estrada foi concluída em 1928; já denominou-se Avenida Presidente Kennedy e hoje é a Avenida Governador Leonel de Moura Brizola.

⁶ TORRES, Rogério. Duque de Caxias. Duque de Caxias, 2005. Inédito.

⁷ LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias – Desenvolvimento Histórico do Município. (Dados Gerais). Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE,

*é um perfeito cartão de visitas que deslumbra e encanta. De moderna técnica exigiu planos e requisitos especiais, formando no conjunto um aspecto agradável, em que se harmonizam os jardins e as árvores, fazendo fundo para o busto do genial filho do município, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, de quem herdamos o nome e a fibra*⁸.

A Praça, localizada numa bifurcação entre a Rodovia Rio-Petrópolis (atual Avenida Presidente Kennedy) e Avenida Plínio Casado, deveria funcionar como um cartão de visitas da cidade. Situando-se a poucos quilômetros do Rio Merity, limite da cidade do Rio de Janeiro, nesta época Distrito Federal, com Duque de Caxias, a área tornava-se passagem obrigatória para os que se dirigiam para a região serrana, principalmente para Petrópolis. Esta cidade abrigava, na época, a residência oficial do presidente da república e de várias personalidades políticas nacionais.

Em “Uma passagem pela Caxias dos anos 60”, Stélio Lacerda recorda, com humor, que no dia de sua inauguração, o palanque onde estavam várias autoridades, dentre elas João Goulart, Roberto Silveira, Natalício Tenório Cavalcanti, Celso Peçanha, Brulino de Mattos Reis, Zulmar Batista, Waldir Medeiros, Peixoto Filho, não suportando o peso, ruiu levando muitos deles ao chão⁹.

A partir de dezembro de 1956, no governo do Prefeito Francisco Correa, na parte voltada para a Avenida Plínio Casado passou a funcionar uma “Estação Rodoviária”¹⁰ de onde partiam os “ônibus-lotação” que transportavam os trabalhadores para a rodoviária da Praça Mauá¹¹, no centro do Rio de Janeiro¹².

A instalação da Rodoviária, a proximidade com a estação ferroviária e a variedade de bares colaboravam para a concentração de pessoas que se deslocavam para o centro do Rio de Janeiro e para a Zona da Leopoldina. Se, no início do dia, havia muitos trabalhadores, ao final da tarde eram os estudantes que nela se concentravam para embarcarem no trem em direção as escolas de Ramos, Bonsucesso e Olaria. Nas memórias de Newton Meneses sobre este lugar e seus personagens, consta que “na Praça do Pacificador, enquanto aguardávamos enfileirados um lotação (microônibus) para o Rio, Pernambuco distraia a todos com suas piadas de duplo sentido”¹³.

Ao longo das décadas de 60 e 70, a Praça tornou-se local oficial dos desfiles do dia “25 de Agosto”, de extensão da Feira da Comunidade da Igreja de Santo Antonio e dos desfiles dos blocos carnavalescos. Sobre os desfiles cívicos, Stélio Lacerda comenta que

*Desde o distante 1953, os preparativos para o desfile iniciavam-se com bastante antecedência. Nas escolas de maior porte, a primeira medida era convocar o instrutor da banda, geralmente um sargento músico dos Fuzileiros Navais, do Exército, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros. Cabia-lhe marcar os ensaios, selecionar novos integrantes e definir quais os instrumentos a banda precisava. O garboso uniforme era assunto para a diretoria da escola, já que de nada adiantaria uma banda bem ensaiada sem visual à altura*¹⁴.

Como demonstração de sua importância para a formação da identidade cultural local, nela aconteciam várias manifestações culturais espontâneas. Desde os anos 60, nela encontravam-se

⁸ LUSTOSA: 1958.1958.

⁹ LACERDA, Stélio. Uma Passagem pela Caxias dos Anos 60. Edição do Autor, 2001. p. 79.

¹⁰ A rodoviária que se localiza no Shopping Center só foi inaugurada, junto com o Shopping, em 1967.

¹¹ Por esta época, ainda não existia a Rodoviária Novo Rio e nem o Terminal Rodoviária Américo Fontenelle (Central do Brasil).

¹² Nesta época, a atual cidade do Rio de Janeiro era denominada de Estado da Guanabara. Ela só assumiu a atual denominação em 1975, com a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro.

¹³ MENEZES, Newton. Posfácio.

¹⁴ LACERDA, Stélio. 79

periodicamente grupos de capoeira, vendedores de ervas, os lambe-lambes¹⁵, o comedor de espadas, o cuspidor de fogo, o domador de jararacas e jibóias e outros. Sobre a Praça, o jornal O Dia diria que “também é ponto de encontro de aposentados à procura de um carteado, de prostitutas na busca de clientes e de meninos de rua, ansiosos por garantir abrigo à noite”¹⁶. Em horários mais avançados, por ela circulavam prostitutas e notívagos que tinham suas intenções facilitadas pela grande quantidade de bares e hotéis ao redor.

Nos finais de semana, durante o dia, para ela acorriam grupos de jovens e casais enamorados que aproveitavam os cinemas para se encontrarem e trocarem algumas carícias mais íntimas. Sobre os cinemas, Stanley Lacerda diria que

No início dos anos sessenta, lembro de papai chegando às vezes tarde em casa, contando para mamãe o resumo do filme que acabara de assistir. (...) Havia o Brasil e o Central¹⁷ (na Avenida Duque de Caxias), o Paz¹⁸ e o Santa Rosa, na Praça do Pacificador, e o Caxias¹⁹ e o “Pau-de-Arara”, na Avenida Nilo Peçanha. Não sei bem por que, mas o cinema que ficou especialmente registrado em minha memória foi o Central, o menor de todos²⁰.

No primeiro mandato do prefeito Hydekel de Freitas (1982-1984), a rodoviária foi demolida e a Praça passou por uma grande reformulação. Nela foram colocadas uma estátua equestre em homenagem a Duque de Caxias²¹, um chafariz e uma estátua em homenagem à primeira bica d’água²², que havia sido, no ano 1916, instalada nos seus arredores, e houve um trabalho de paisagismo com várias plantas e árvores.

No início da década de 90, na Praça realizava-se a Feira da Comunidade em homenagem a Santo Antonio e a I Feira da Cultura Nordestina²³. Pouco antes do Complexo Cultural Oscar Niemeyer ser inaugurado, durante o governo de José Camilo Zito dos Santos Filho (1998-2004) e da administração do Secretário de Cultura Gutemberg Cardoso, a Praça abrigou o camelódromo, conjunto de barracas dos vendedores informais, que inviabilizava qualquer manifestação cultural. Na época da construção do Complexo, Carlos Sérgio Mendonça Dazier Lobato²⁴ diria que “nenhuma obra relevante havia no local. De uma bica d’água a camelódromo, a saudosa Praça do Pacificador nunca foi um monumento, só marcava o centro, dada a precariedade da cidade que capitaneava”²⁵.

A princípio, segundo o Jornal O Dia, o Complexo Cultural se denominaria “Centro Cultural Darcy Ribeiro”, havia a previsão de se gastar com a obra 3 milhões e a criação de um estacionamento subterrâneo. Durante a gestão do secretário Luiz Sebastião Pereira Teixeira que no mesmo jornal anunciava uma possível parceria financeira com a Petrobrás e, dentro de uma perspectiva otimista, dizia que “a Baixada vai deixar de ser uma referência de violência, de abandono, para ser referência cultural neste país”²⁶. A reportagem

¹⁵ Fotógrafos que trabalhavam na Praça e tiravam fotos “na hora”.

¹⁶ MARIA, Rose. Beleza e Cultura na Baixada. In: Jornal O dia. Caderno Nossa Baixada. 25.07.1999.

¹⁷ Hoje abrigam o Supermercado Valente e um Bazar de artigos de papelaria.

¹⁸ Seu antigo espaço hoje abriga a Loja de departamentos C&A.

¹⁹ Onde atualmente está instalada as Casas Bahia.

²⁰ LACERDA, Stanley. Apud in LACERDA, Stélio. Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001. p.56.

²¹ Atualmente, ela está instalada em um largo, no início da Avenida Brigadeiro Lima e Silva, em frente ao Hotel Luxemburgo.

²² Esta estátua se encontra sob a guarda do Instituto Histórico de Duque de Caxias exposta em suas dependências permanentemente. Está arrolada como um dos bens a serem tombados pela Secretaria Municipal de Cultura. Sobre ela ver nesta série “Monumento à Primeira Bica D’água de Duque de Caxias (Mulher com crianças)”

²³ Sobre a tradição das Feiras Nordestinas na cidade ver desta série “Forró na Feira”.

²⁴ Na época, Carlos Sérgio Mendonça Lobato era Mestre em Arquitetura e Urbanismo e atuava na Secretaria Municipal de Obras.

²⁵ LOBATO, Carlos Sérgio Mendonça. Prefácio. In: MENDONÇA, Sílvia Cristina de. Dossiê do Centro Cultural Oscar Niemeyer. PMDC/SMC, setembro de 2004. p.5.

²⁶ MARIA, Rose. Beleza e Cultura na Baixada. In: Jornal O dia. Caderno Nossa Baixada. 25.07.1999.

ainda anunciava que “Niemeyer projetou para Caxias um centro cultural dividido em duas construções. Elas abrigarão um teatro com 450 lugares, sala de exposições, biblioteca, galeria de artes e sala de vídeo. O Centro Cultural Darcy Ribeiro lembra um piano, se o observador der asas à imaginação”²⁷.

Em setembro de 2004, a Biblioteca Governador Leonel de Moura Brizola passou a funcionar, atendendo no primeiro pavimento, o público infanto-juvenil e, no segundo, o público jovem e adulto. Dois anos depois, foi inaugurado o Teatro Raul Cortez, com capacidade para 440 lugares. Cogitou-se denominá-lo Teatro Roberto Marinho.

A Biblioteca construída sobre pilotis possui, no 1º pavimento, 385 m² de área destinada ao público infantil e para realização de exposições e, no 2º pavimento, a mesma área destinada a leitura, pesquisa de livros e periódicos. Nos dois pavimentos, salas administrativas, sanitários e copa, dão apoio às atividades do prédio. Escada e elevador garantem a circulação vertical e o acesso irrestrito a todos os espaços.

No prédio do Teatro, uma rampa que contorna metade da fachada circular leva os visitantes à platéia com capacidade para 440 lugares. Abaixo deste pavimento, estão os sanitários e a área de estar do público; e, acima, sobre parte da platéia, a cabine de som e luz. Os artistas têm acesso independente pela praça à área de camarins e ensaio no pavimento semi-enterrado. Com 310 m², a área para ensaios tem planta livre que permite posterior subdivisão para depósito de equipamentos de cenografia e demais necessidades futuras. Uma porta metálica, na parede posterior do palco, abre-se para permitir espetáculos externos para o público na praça. É a “Boca pra Fora”.

Em 2006, já na administração do prefeito Washington Reis e da secretária de Cultura Carmen Miguelles, foi firmado um contrato com a Fundação Euclides da Cunha – FEC, ligada à Universidade Federal Fluminense, que teve como diretriz principal “a busca constante da aproximação do teatro com os mais diversos públicos, fortalecendo o sentido da ação cultural como fator instituinte da cidadania”²⁸.

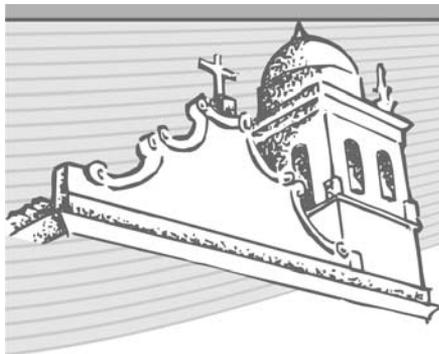
Neste mesmo ano, sagrou-se o nome do Complexo e as partes que o compõem. O teatro e a biblioteca passaram a denominar-se Raul Cortez e Governador Leonel de Moura Brizola, respectivamente. Este último foi uma importante liderança política nacional e um dos mais identificados com as causas populares, e o primeiro, conhecido ator que faleceu no ano da inauguração do teatro e que recebeu esta denominação por sugestão da atriz Fernanda Montenegro.

Sobre este complexo, Leonardo Guelman e Luiz Augusto F. Rodrigues afirmam que “a vitalidade de Duque de Caxias permite pensar a não conformação do quadro apresentado. A construção do conjunto que forma o Centro Cultural Oscar Niemeyer – Teatro Raul Cortez, Biblioteca Governador Leonel de Moura Brizola e Praça do Pacificador – enfrenta um desafio neste sentido”²⁹.

²⁷ MARIA: 1999.

²⁸ GUELMAN, Leonardo, RODRIGUES, Luiz Augusto F. (coord.) Programa de Capacitação e Gestão Cultural do Teatro Raul Cortez. Duque de Caxias. Relatório Final. Niterói: UFF, LABAC, FEC, 2008.p.1

²⁹ GUELMAN e RODRIGUES:2008, p.30



UA MAGESTADE TATA LONDIRÁ: Joãozinho da Goméia e a expansão do rito Angola no Sudeste Brasileiro

Andrea Mendes¹

Duque de Caxias, 21 de março de 1971. Um cortejo estimado em 20.000 pessoas acompanha o féretro de João Alves Torres Filho até o cemitério do Belém, no Corte Oito, divididas entre a comoção e o desespero. Pais e filhos de santo, membros da alta sociedade, clientes, curiosos, todos queriam dar o último adeus ao homem que, talvez, tenha retraçado algumas linhas do candomblé no Brasil. O rei estava morto. Um rei “bastardo”, sem linhagens nobres, mulato, homossexual, interiorano, amado por muitos e, talvez, odiado por outros tantos. Sacerdote do candomblé, religião de negros e, como se não bastasse, seu candomblé era da nação Angola, que representava a parcela daqueles que eram considerados “impuros”, “menos africanos”, “misturados”; crioulos, enfim. A despeito disso, ou talvez por isso mesmo, Joãozinho da Goméia conseguiu deixar profundas marcas na história do candomblé, em diferentes âmbitos, e foi um dos grandes responsáveis, senão o maior, pela expansão do candomblé no Sudeste; no entanto, sua trajetória é pouco conhecida, e muitas das informações possuem versões distintas (tanto quando se referem a fontes escritas, quanto orais), mas não podem ser necessariamente consideradas falsas ou verdadeiras – o que importa é que elas apontam determinados recortes da memória, aquilo que “deve ser lembrado”, operando um trabalho de reconstrução na memória de um determinado grupo².



João Alves Torres Filho (1914-1971), conhecido por João da Pedra Preta (por conta do caboclo Pedra Preta, de quem era devoto), Tata Londirá, Joãozinho da Goméia, ou simplesmente Seu João, nasceu em Inhambupe, interior da Bahia, e se mudou para Salvador aos dez anos de idade. Pouco se

¹ Mestranda do programa de História Social da Cultura, IFCH, Universidade Estadual de Campinas

² A esse respeito, ver DANTAS, Beatriz Góis. Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1988



sabe sobre sua entrada no mundo dos cultos afro: apenas que sofria de dores de cabeça constantes e que foi levado por sua madrinha para ser iniciado no candomblé, aos dezesseis anos. Herdou o terreiro de sua madrinha ainda muito jovem, aos 18 anos, no bairro de São Caetano, em Salvador, num local conhecido como Goméia (diz-se que, anteriormente, havia existido ali uma casa de culto jeje, de nome Agomea). Sua pouca idade, combinado ao fato de que ninguém sabia ao certo qual era a sua origem, dentro do culto, fez com que ele não fosse aceito nos meios dos candomblés da cidade, e que tivesse sua autoridade contestada, num meio em que o princípio de senioridade, o tradicionalismo e as genealogias eram tão importantes ³. Como se não bastasse, João tinha um comportamento que desagradava aos outros sacerdotes do candomblé: era homossexual e não fazia questão alguma de ocultar isso. Seja como for, Joãozinho sempre esteve fora do círculo restrito do candomblé “puro”.

Citado por Bastide ⁴, por sua falta de legitimidade, por Landes, que não levava a sério o “Pai Congo muito simpático mas que pouco sabe” ⁵, ainda assim Joãozinho da Goméia nunca passou despercebido, ao longo de sua trajetória como pai de santo.

Em 1937, Joãozinho se aliou a Edison Carneiro (o primeiro dos estudiosos das religiões negras a se voltar para os bantu), que organizava então o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em Salvador. A partir desse momento, Joãozinho ascendia em meio a uma sociedade conservadora, tecendo vínculos com quem poderia lhe dar visibilidade – no caso, o próprio Edison, com quem colaborou nos seus estudos sobre os cultos de origem bantu. Em “troca”, Edison divulgava suas festas em sua coluna no jornal Estado da Bahia, e deveria divulgar o nome de Joãozinho entre estrangeiros, intelectuais e o próprio povo-de-santo. Mas a notoriedade somente seria alcançada depois de sua mudança para o Rio de Janeiro, que se deu em 1946.

Deixando seu terreiro em São Caetano sob os cuidados de mãe Samba, se instalou em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A partir de então, inaugurou uma nova ordem para o culto que sempre esteve envolvido em segredo e mistério: transformou em performance artística a dança dos orixás, levadas

³ “Vimos, com efeito, que o babalorixá deve obrigatoriamente passar pelas cerimônias de iniciação. Porém, não deixam de existir alguns que são designados pelo nome de clandestinos, ou de feitos do pé para a mão, e que são acusados de terem usurpado o título por ambição, sem a passagem prévia pelos ritos anteriores; tais babalorixás são então anatematizados pelos candomblés tradicionais. João da Goméia é um dos babalorixás clandestinos”. In BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: rito nagô (1957). São Paulo: Companhia das Letras, 2001

⁴ BASTIDE, comentando sobre a vinda de Joãozinho fala sobre o babalorixá da Bahia que tivera tanto êxito no Rio e queria construir uma espécie de sucursal de seu candomblé numa cidade em que já se encontrava uma dúzia de seus antigos fiéis (...). “Mas o terreiro que fundou evoluiu mais para o espiritismo de Umbanda do que permanece fiel às normas puramente africanas”. In BASTIDE, Roger, As religiões africanas no Brasil (1960). São Paulo, Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1971

⁵ “Há um simpático e jovem pai Congo, chamado João, que quase nada sabe e que ninguém leva a sério, nem mesmo suas filhas-de-santo – como se chamam em geral as sacerdotisas; mas é um excelente dançarino e tem um certo encanto. Todos sabem que é homossexual, pois espicha os cabelos, e isso é sinal de blasfêmia. - Qual! Como pode deixar que um ferro quente toque a cabeça onde habita um santo! – exclamam as mulheres. Nenhum santo de verdade desce numa cabeça que tenha sido tocada pelo calor”. In LANDES, Ruth. A cidade das Mulheres (1947). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967

ao show business, aos desfiles de carnaval, apresentadas em clubes, no Teatro João Caetano, em recepções a celebridades. A partir daí, passou a freqüentar programas de rádio, concedia entrevistas a jornais e revistas. Conforme sua notoriedade aumentava, aumentava também o número de seus filhos de santo: segundo Gisele Cossard ele teria iniciado o vultoso número de 4777 pessoas em todo o Brasil ⁶. Realizou apresentações de “dança africana” para Ginger Rogers e para a Rainha Elisabeth da Inglaterra ⁷. Recebeu em seu terreiro o presidente Getúlio Vargas e, mais tarde, foi chamado ao Palácio pelo presidente Juscelino Kubitschek ⁸. Foi um verdadeiro “promoter” do candomblé e tinha suas festas divulgadas na imprensa.

Foi acusado de querer transformar o candomblé em teatro. Ele dizia que, se ele havia transformado o candomblé em teatro, então todos gostavam muito de teatro, porque as pessoas não paravam de procurá-lo. E reiterava que candomblé não tinha nada a ver com teatro. Ele mesmo se considerava

(...) um homem simples, vivo somente para duas coisas na vida: o candomblé e o carnaval. No mais, levo uma verdadeira vida de pai de santo, não vou ao cinema, nem ao futebol, não freqüento botequins nem gafieiras; nem mesmo o society, apesar dos insistentes pedidos dos meus clientes. Não procuro ninguém; o povo é que me procura, e as portas do meu terreiro estão sempre abertas para meus amigos¹⁰.

Suas participações nos desfiles de carnaval, aliás, eram mais um motivo para suscitar a fúria daqueles que não concordavam com o seu comportamento pouco adequado a um sacerdote de candomblé. A Associação de Candomblé exigia sua imediata expulsão (com o apoio das mães de santo de Salvador), após o carnaval de 1956, quando se fantasiou de “Arlete” para o baile do teatro João Caetano (um baile de travestis que, na época, era considerado um verdadeiro ultraje). Em entrevista ao Diário da Noite¹¹, ele fala de sua relação com o carnaval:

-Joãozinho, e aquele negócio de expulsar você do candomblé pelos seus exageros nos dias de carnaval?

-Menino, aquilo deu em nada não, e não poderia ser diferente. Brinco carnaval desde pequeno, mas decentemente e sem maldade. Nas minhas fantasias uso sempre a imaginação; uns acham exóticas, outros belas e no final das contas que mal há nisso? Se eu quisesse brincar o carnaval com maldade, como muitos me atribuem, o dia era próprio e usaria uma máscara, não acha o senhor que tenho razão? Este ano não vou. Mas quero de início deixar bem claro uma coisa: vou deixar de brincar não por causa da onda que

⁶ COSSARD- BINON (Gisèle). Contribution à l'étude des candomblés au Brésil, le candomblé Angola. Thèse de 3e cycle/Ethnologie Université de Paris. 1970

⁷ Durante a visita da Rainha Elisabeth II da Inglaterra ao Brasil, Joãozinho se apresentou, com suas filhas de santo, num espetáculo de dança dos orixás. A rainha, então, encantada com a apresentação, declarou que “se houver um rei nesse negócio de macumba, é Joãozinho da Goméia”. Depois, em uma “sessão solene”, a rainha o declarou Rei do Candomblé, ao lado de Roberto Carlos, o Rei da Jovem Guarda, e de Pelé, o Rei do Futebol. Cada um deles recebeu uma sineta de ouro, juntamente com o título. (Essas sinetas eram originárias do sino utilizado na cerimônia de sua coroação como rainha da Inglaterra; tal sino foi depois fundido em muitas miniaturas, que serviam como presentes a pessoas ilustres). Segundo declaração de José Daniel das Neves, Tata Nange Lemba, xicarangoma da antiga Goméia de São Caetano, Salvador. Julho de 2004.

⁸ “Havia em seu terreiro um espécie de tribuna, destinada às pessoas importantes, militares, prefeitos, e as recebia com toda a pompa. Pratos típicos baianos, petit fours, doces, champanhe. Era um ponto de encontro social, cada convidado queria trazer o melhor presente para mostrar que era da casa. Ele foi amigo do Presidente Getúlio Vargas, que perseguiu o candomblé. O presidente Kubitschek, fundador de Brasília, mandou chamar Joãozinho da Goméia ao palácio presidencial. Joãozinho nunca disse o motivo de ter sido chamado”. (depoimento de Gisèle Cossard-Binon, Omindarewa, a FICHTE, Hubert. Etnopoesia. São Paulo: Brasiliense, 1987

⁹ LODY & SILVA, id. ibid.

¹⁰ Diário da Noite, (inc), 1957

¹¹ Diário da Noite, op.cit.

fizeram no ano passado, mas pelo fato de estar de luto. Perdi meu pai há poucos meses e não seria justo brincar no carnaval este ano. Muita gente vai sentir minha falta. Quero entretanto prevenir a meus inimigos que não pensem que é medo, já expliquei o motivo de minha ausência e no ano próximo eu voltarei à arena!

Candomblé e carnaval pareciam ser as duas grandes paixões de Joãozinho. Ele celebrava seu culto como expressão religiosa, estética e lúdica, e pessoalmente confeccionava todas as vestimentas, do carnaval ao candomblé. Suas filhas de santo, mesmo durante os cultos, dançavam de forma tão harmônica e cuidada que se diria tratar-se de um espetáculo. O cuidado com que vestia suas filhas de santo, o luxo de suas vestimentas, e o modo como vestia os deuses em especial, fizeram com que fosse publicada uma matéria de oito páginas na revista O Cruzeiro, de 23/09/1967. Joãozinho vestiu suas filhas de santo com as vestimentas dos deuses, para que fossem fotografadas¹².

Assim, um a um, os deuses da África foram retratados nas páginas de uma revista de circulação nacional: essa matéria escandalizou ainda mais uma vez o povo-de-santo, em especial os sacerdotes, temerosos de que se perdesse o sentido religioso de seu culto. Em 1969, atuou no filme Copacabana mon amour¹³, de Rogério Sganzerla, interpretando a si mesmo.

Joãozinho da Goméia foi o primeiro pai de santo a se utilizar sistematicamente dos meios de comunicação para ampliar seu prestígio e autoridade, dando visibilidade ao candomblé. Além disso, foi participante fundamental do movimento de expansão e fixação do candomblé angola no sudeste brasileiro.

Para tentar compreender o percurso de Joãozinho da Goméia no cenário da religiões africanas no Brasil, é necessário refletir sobre parte da história do candomblé, como foi percebida por estudiosos, pesquisadores e pelo próprio povo-de-santo; e, posteriormente, sua expansão para o sudeste.

O candomblé é uma religião cujos sentidos, ações rituais e cosmologia possuem vínculos com várias tradições religiosas do oeste e centro da África - especialmente yoruba (também chamados nagô), aja-fon (originários da África Ocidental, assim como o primeiro grupo), e bantu centro-africanos; é uma recriação destas tradições, que se forjaram ainda dentro do contexto da escravidão. Divide-se em



¹² "No carnaval de 1955, um ano antes de se travestir de Arlete, ele saiu com uma inacreditável fantasia de Associação Brasileira de Imprensa: uma mortalha estampada de letras, um cetro de microfone e uma maquete do prédio da ABI na cabeça! Um documento exemplar do prestígio de Joãozinho nos meios de comunicação é a revista O Cruzeiro de 1967. Na capa colorida ele aparece de torço na cabeça, ladeado pelas filhas de santo. A novidade da matéria, que ocupou a maior parte de suas oito páginas, foram as fotos de pessoas vestidas de orixás. Vestidas por quem? Pelo pai de santo da Goméia, claro. Essa exibição dos deuses em público, fotografados e reproduzidos aos milhares nas bancas de revistas, dá bem a mostra da ousadia de Joãozinho na divulgação de sua religião". (Babalorixá superstar: No Rio, o baiano Joãozinho se tornou o pai de santo mais famoso. Correio da Bahia, 31/03/2003)

¹³ Copacabana mon amour. Roteiro e direção: Rogério Sganzerla. Rio de Janeiro: Companhia Belair, 1970.

subgrupos que se autodenominam nações: ketu, jeje e angola (ou, em alguns casos, denominada congo-angola). Essas nações partilham uma religiosidade baseada no respeito a um panteão de deuses mais ou menos comuns a todos, o transe, os rituais de cura, o caráter iniciático, além das festas públicas, marcadas por cantos, danças e belas vestimentas. Os estudos sobre essa religiosidade privilegiaram, desde o seu início, o culto de origem nagô, que se destacou em relação às outras nações, em prestígio, grandeza e popularidade; muito se escreveu sobre essa nação, que acabou sendo tomada como modelo ideal, em detrimento das outras.

As principais casas estudadas foram a Casa Branca do Engenho Velho (Iyá Nassô Oká) e duas outras oriundas dessa mesma casa, o Gantois (ou Axé Ilê Iya Omin Iyamassê), e o Axé Opô Afonjá, importantes representantes até os dias de hoje do candomblé de origem nagô, mais conhecido como ketu. Raymundo Nina Rodrigues¹⁴ afirmou a supremacia dos nagô, em detrimento dos bantu, considerando-a como a “verdadeira aristocracia” entre os negros trazidos pelo tráfico. Em seus estudos, afirmava ter buscado, sem sucesso, traços de cultura ou idéias religiosas pertencentes aos bantu¹⁵. Vale lembrar que boa parcela de suas pesquisas foram realizadas junto ao Gantois, e seu principal informante foi Martiniano Eliseu Bonfim (um dos colaboradores de Aninha no Axé Opô Afonjá), que empreendeu diversas viagens à Nigéria, o que lhe concedeu muito prestígio entre os praticantes do candomblé nagô, assim como entre os intelectuais da época, que o procuravam com frequência. Ruth Landes o intitulou “uma instituição na Bahia”, em virtude de ter pesquisado as tradições “tribais” na África¹⁶.

Esse “prestígio nagô” nos estudos afro-brasileiros se entendeu ao longo do século XX, aparentemente inaugurada por Nina Rodrigues, e passando por Manuel Querino, Arthur Ramos, Ruth Landes, Pierre Verger, Roger Bastide e, mais tarde, já na década de 1970, Juana Elbein dos Santos, para apenas citar alguns. No entanto, essa valorização pode estar vinculada a um movimento anterior, iniciado no final do século XIX, e do outro lado do Atlântico: na cidade de Lagos, um movimento de ‘renascença cultural’ tentava reviver aspectos da religião do antigo reino de Oyó, destruído pelas guerras civis no começo daquele século; esse movimento tornou-se um projeto nacionalista, certa “invenção” de uma “nova” nação yoruba. Segundo Lorand Matory¹⁷, por volta da virada do século XIX para o XX, os yoruba passaram ser reconhecidos internacionalmente como um povo culto e orgulhoso, possuidores de uma religião sofisticada e que não se rendeu ao colonialismo. Esse conceito de grandeza se espalhou através do atlântico negro e aparentemente se tornou uma bandeira para aqueles que buscavam uma pretensa pureza africana da cultura negra na diáspora.

Naquele período, havia um fluxo significativo de ex-escravos brasileiros que viajavam entre a Bahia e a Costa Ocidental da África, trafegando bens e conhecimentos religiosos, ajudando a reforçar a idéia de uma identidade religiosa compartilhada. Até a virada do século XX, alguns líderes espirituais do candomblé buscavam contato com a África, iniciado anos antes através do fluxo estabelecido pelo comércio, ainda que de forma menos intensa após a extinção do tráfico negreiro¹⁸. Essas viagens propiciavam o acesso a objetos sagrados, noz de cola, vestimentas.

¹⁴ NINA RODRIGUES, Raimundo. O animismo fetichista dos negros bahianos. (1900). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935

¹⁵ NINA RODRIGUES, Raymundo. Os africanos no Brasil. (1906) São Paulo: Editora Nacional, 1988

¹⁶ LANDES, Ruth. A cidade das mulheres (1947) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

¹⁷ MATORY, James Lorand. Black Atlantic Religion. Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé. Princeton University Press, 2005

¹⁸ SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2004

A busca da África ao longo da primeira metade do século XX nunca cessou completamente. Esse contato dava às casas de culto o status de “tradicionais” e ligadas à “terra mãe”, a África mítica. A própria viagem de Martiniano Eliseu do Bonfim culminou em uma alteração profunda no Axé Opô Afonjá, levando a essa casa a “instituição africana” dos Obás de Xangô¹⁹.

Além daquele movimento de renascença cultural observado em terras africanas, que possivelmente teve um impacto considerável no Brasil outro fator pode ter contribuído de forma decisiva na eleição do rito nagô como representante de uma herança cultural mais “pura”: enquanto que os grupos de escravos originários da África Ocidental possuíam amplas diferenças de idioma, etnia e cultura, os povos bantu, ao contrário, vinham de uma extensa área geográfica, pertencentes a vários grupos que compartilhavam semelhanças importantes no que se refere à língua, às práticas culturais e à religiosidade. Além disso, a presença de uma comunidade européia em contato cultural e comercial com alguns povos da região (como, por exemplo, o reino do Congo), fez com que se fortalecesse a característica de uma herança cultural mista, de raízes crioulas. Assim, as contribuições dos povos bantu na religiosidade negra talvez tenham sido menos evidentes e visíveis que os elementos culturais yoruba e fon, que talvez parecessem mais “africanos”²⁰. Ou, em outras palavras, mais exóticos.

Levando em conta esse panorama, podemos considerar que a escolha do candomblé nagô como modelo a ser seguido, assim como a busca da reafirmação como forma de legitimação dos cultos nagôs, contribuíram decisivamente para que os cultos de origem bantu se mantivessem à margem do “candomblé verdadeiro e tradicional”. Em virtude de serem considerados “menos nobres”, “menos desenvolvidos”, ou então “corrompidos pelo sincretismo”, o candomblé angola, o candomblé congo, o candomblé de caboclo, a umbanda, o toré, entre outros, eram considerados cada vez mais “abastardados”. Enquanto a cidade de Salvador se firmava, pouco a pouco, como a “Roma Africana”²¹, reinado absoluto do candomblé ketu, um novo movimento tomava corpo e ganhava outros espaços: era o candomblé Angola, liderando silenciosamente uma migração para o sudeste que, se teve também representantes do candomblé nagô, nos seus primórdios, sem dúvida recebeu um contingente grande e significativo de sacerdotes angola.

O primeiro registro em cartório de um centro de umbanda tenha ocorrido em 1930, e não se sabe ao certo sobre a presença de cultos de matriz afro no Estado de São Paulo, anteriores a essa data; segundo Reginaldo Prandi, não dispomos de documentos que atestem a possibilidade de que tenham existido casas de candomblé em São Paulo antes dos anos 1950; o que se sabe, através da memória oral do povo-de-santo, é que o seu surgimento na região tenha se dado a partir desse período. De meados dos anos 1950 até a década de 1960, Joãozinho da Goméia ia constantemente a São Paulo, visitando líderes umbandistas, e foi responsável pela iniciação de muitos deles²². Em sua maioria, foram iniciados em São Paulo, mas existiam casos de filhos de Joãozinho iniciados na Goméia de Caxias, e outros ainda, na Goméia de São Caetano, na Bahia²³. Assim, esses líderes umbandistas pouco a pouco foram transformando seus antigos terreiros de umbanda em casas de candomblé. Pode-se dizer então que o candomblé paulista, na sua origem, teria “importado” o culto de outros estados, especialmente Rio de Janeiro e Bahia.

¹⁹ CAPONE, Stefania. A Busca da África no candomblé. Tradição e poder no Brasil. (1999) Rio de Janeiro, Pallas, 2004 pp 272

²⁰ A esse respeito, ver HEYWOOD, Linda (org). Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009 pp.11-26

²¹ Mãe Aninha, ou lalorixá Obá Biyi foi quem se referiu à cidade de Salvador como sendo a “Roma Africana” em entrevista a Ruth Landes, em Cidade das Mulheres.

²² Outros sacerdotes que tiveram participação nos primórdios do candomblé em São Paulo foram Seu Bobó de Iansã, José Bispo dos Santos (que tinha ligações com Maria Neném, Tuenda dia Nzambi, matriarca do Candomblé Angola Tumba Junçara, e posteriormente se vinculou ao candomblé de ketu), Vavá Negrinha, Valdemar Monteiro de Carvalho Filho, baiano de nação jeje da casa de Guaiaku, e Mãe Toloquê, essa última iniciada por Joãozinho ainda na Bahia. Todo esse grupo mantinha estreitas ligações com Joãozinho da Goméia. Segundo PRANDI, Reginaldo. Os Candomblés de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1991

²³ PRANDI, op. cit.

Surgindo inicialmente na baixada santista, o movimento umbandista em direção ao candomblé se dava de duas maneiras: eles se locomoviam até o Rio de Janeiro ou Bahia para se iniciarem, ou então, em função da vinda de alguns sacerdotes desses estados para São Paulo, a fim de iniciar novos filhos, dando origem a novos terreiros ²⁴.

Esse movimento entre Estados já havia se iniciado entre Bahia e Rio de Janeiro, cerca de duas décadas antes. A partir dos anos 1940, uma onda de deslocamento proveniente do nordeste atingiu o Rio de Janeiro: muitos sacerdotes se instalaram na Baixada Fluminense e, assim, antigas linhagens de candomblé se instalaram no Sudeste, dando origem a uma importante reconfiguração no cenário das religiões de matriz afro no país.

A Nação Angola se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir da chegada de Manoel Ciriaco dos Santos, fundando seu terreiro Tumba Junçara em Vilar dos Teles, nos anos 1940. A família Bate-Folha, de Bernardino da Paixão, se viu representada por João Lessengue, por volta de 1938, no bairro do Catumbi, transferindo-se depois para o bairro Anchieta, local onde até hoje funciona o Kupapa Unsaba, presidido por Floripes Correia da Silva Gomes, Mam'etu Mabeji (filha de santo e sobrinha carnal de Lessengue), a partir de 1972. Porém, de todo o movimento surgido a partir dessa onda migratória dos candomblés da Bahia para o Rio de Janeiro (incluindo-se as casas de raiz jeje-nagô), talvez Joãozinho da Goméia tenha sido o mais conhecido.

Joãozinho da Goméia iniciou uma revolução nos costumes tidos como tradicionais nos candomblés da Bahia. Figura controversa entre o povo-de-santo, foi muito questionado em relação à veracidade de sua iniciação. Segundo consta, ele havia sido iniciado por Jubiabá (Severiano Manuel de Abreu), líder religioso no Morro da Cruz do Cosme. Jubiabá, na realidade, era o nome de uma entidade que Severiano incorporava – um caboclo. Embora tenha sido relacionado à exaustão com o personagem-título de um romance de Jorge Amado, não havia nenhuma relação entre a ficção e a literatura, e até há pouco tempo, nada se sabia sobre ele, tornando-o uma figura quase mítica entre o povo-de-santo ²⁵.

Se Joãozinho da Goméia fora iniciado por Jubiabá, essa parece ser uma iniciação “mítica”, uma vez que teria sido iniciado pela própria entidade, e não pelo sacerdote. Ao mesmo tempo, colabora com a imagem de ilegitimidade que o rondou durante a vida toda, porque no candomblé as iniciações não são realizadas por entidades espirituais, sejam elas quais forem, mas pelos sacerdotes – estes, sim, designados pelos deuses. No entanto, anos mais tarde, Joãozinho cumpriu suas obrigações de senioridade com mãe Samba Diamongo (Edith Apolinária Santana), filha de santo do primeiro barco de Bernardino da Paixão, Tata Ampumandezu, o patriarca da família Bate-Folha. Essa obrigação foi feita de modo privado, “na camarinha”, como se diz na linguagem do povo-de-santo, não acontecendo uma festa pública. Isso reforçou a idéia, ao longo dos anos, que Joãozinho havia usurpado o direito de ser sacerdote, já que ninguém havia testemunhado a sua “diplomação”. Mas o fato é que Joãozinho e Samba Diamongo mantiveram relações muito próximas tanto que, no momento em que se transferiu definitivamente para o Rio de Janeiro, deixou a mãe Samba a missão de supervisionar o candomblé de São Caetano.

²⁴ PRANDI, id. ibid.

²⁵ Entre 9 de maio de 1936 e 25 de janeiro de 1938, Edison Carneiro publicou uma série de reportagens, entrevistas e artigos sobre os costumes afro-brasileiros no jornal O Estado da Bahia. Esse material, de caráter pioneiro na mídia impressa, registrou algumas entrevistas com Severiano Manuel de Abreu, Pai Jubiabá. O período dessa produção foi registrado em cartas endereçadas a Arthur Ramos, que deram origem à obra Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos – de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938, publicada por Vivaldo da Costa Lima e Waldir Freitas Oliveira. O conteúdo das entrevistas com Jubiabá foi recentemente apresentado por CLAY, Vinícius, em O Negro em O Estado da Bahia - De 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1938, trabalho apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Renato da Silveira.

Se essa versão for aceita pelo povo-de-santo, Joãozinho da Goméia, antes questionado por sua “ilegitimidade”, pode ser alçado à condição de integrante da primeira geração do Candomblé Bate Folha, considerada a casa da Nação Angola-Congo mais antiga do país.

Sem a pretensão de ser conclusivo, este pequeno estudo tentou demonstrar que o percurso de Joãozinho se aproxima e se funde com o percurso de sua própria nação, mestiça por natureza, de profundas raízes crioulas; está ainda longe de ser conhecido, tanto por seu caráter transgressor de algumas regras rígidas da religião, quanto pela capacidade de circular entre mundos distintos, dos terreiros às salas de espetáculos, do sagrado ao profano, da religião ao carnaval, levando o colorido de seus deuses a lugares onde nunca antes haviam chegado. O menino pobre de Inhambupe, no dia em que deixou a casa dos pais, talvez sequer tivesse suspeitado que, ao sair para ganhar o mundo, um dia se tornaria rei.



Índice das ilustrações

Pág. 11 – Cortejo do funeral de Joãozinho da Goméia em Duque de Caxias: Revista Manchete, 3 de abril de 1971, foto de Adir Mera

Pag. 12 – Festa no candomblé da Goméia, em Caxias, Revista Manchete, 3 de abril de 1971. Foto de Adir Mera

Pag. 14 - Vestimenta ritual de Yemanjá (Kayaia). Revista O Cruzeiro, 23 de setembro de 1967. Foto de Indalécio Wanderley

Pag. 18 – Joãozinho da Goméia em transe ritual, paramentado como lansã (Matamba). Revista Manchete, 3 de abril de 1971. Foto de Adir Mera

Fontes impressas

Diário da Noite, (inc), 1957

Correio da Bahia, 31/03/2003

Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô** (1957). São Paulo: Companhia das Letras, 2001

BASTIDE, Roger, **As religiões africanas no Brasil** (1960). São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1971

CAPONE, Stefania. **A Busca da África no candomblé. Tradição e poder no Brasil.**(1999) Rio de Janeiro, Pallas, 2004

COSSARD- BINON (Gisèle). **Contribution à l'étude des candomblés au Brésil: le candomblé Angola.** Thèse de 3e cycle/Ethnologie Université de Paris. 1970

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1988

FICHTE, Hubert. **Etnopoesia. Antropologia Poética das Religiões Afro-Americanas.** São Paulo: Brasiliense, 1987

HEYWOOD, Linda (org). **Diáspora Negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**(1947) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

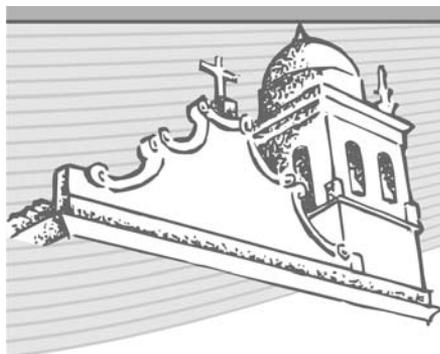
MATORY, James Lorand. **Black Atlantic Religion. Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomble.** Princeton University Press, 2005

NINA RODRIGUES, Raimundo. **O animismo fetichista dos negros bahianos** (1900). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935

_____. **Os africanos no Brasil.**(1906) São Paulo: Editora Nacional, 1988

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade.** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2004

PRANDI, Reginaldo. **Os Candomblés de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1991



REPRESENTAÇÃO "IDEAL" DE UM TERRITÓRIO: exemplificando a Baixada Fluminense.

André Santos da Rocha¹

"Qual é o Problema da Baixada?... é porque é Baixada?" (Sidney Cardoso Santos Filho)

Iniciamos o texto com a fala de um amigo, geógrafo e morador do município de Duque de Caxias, proferida em uma entrevista entre amigos numa mesa de bar, para um documentário sobre transportes públicos na "Baixada"². O que nos chamou atenção foi a verbalização da palavra "Baixada" como uma dimensão espacial da realidade, referente aos problemas enfrentados no acesso dos serviços. É fato que essa é apenas uma das tantas referências que cercam a denominação "Baixada Fluminense" que, de forma sucinta, revela como o senso comum forja uma forma de conhecimento pautado nas experiências vividas. A "Baixada" passa, neste sentido, a ser um conhecimento espacial capaz de compreender as singularidades daqueles que vivem numa dada parcela do espaço social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense é conhecida interna e externamente por esse nome no âmbito do estado do Rio de Janeiro, do Brasil e quiçá do Mundo. No entanto, esta nomeação, atualmente, revela mais que uma simples nomenclatura, ou melhor, para ser mais preciso, mais que um substantivo próprio que possui a função de nomear. Atribui-se a "Baixada" uma idéia "qualificadora", quase que adjetivada, associada às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante etc. Ou seja, explicita-se uma dimensão espacial distinta no Estado do Rio de Janeiro. O espaço socialmente produzido possui uma qualificação que o distingue dos demais espaços (DI MEÓ, 2001), e a Baixada Fluminense se diferencia das outras áreas do estado a ponto de se firmar como uma verdade (reconhecida no senso comum), como um espaço legítimo, no entanto, ainda não reconhecida como unidade "regional" no estado do Rio de Janeiro pelo IBGE. Por outro lado, a mesma vem ganhando um corpo de legitimidade nos discursos de políticos locais e ações governamentais das mais distintas esferas (municipal, estadual e federal), que acabam por legitimar a distinção entre o que é, e o que não é "Baixada".

Essa legitimidade é dada pela presença de ações que sustentam uma materialidade, projetos sociais e políticos sobre o espaço. No entanto, esses projetos, essas representações, são desenvolvidos por grupos sociais que estabelecem seus critérios de ação, suas formas de saber, formas de poder e de hegemonia sobre o espaço. No caso da Baixada Fluminense, podemos afirmar que tais representações³ são promovidas por dois diferentes grupos, os quais possuem diferentes **agentes, atores e sujeitos** que, através de suas ações, buscam legitimar espacialmente esta área no Estado Fluminense.

¹ Professor do Departamento de Geociências da UFRJ. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Licenciado em Geografia pela FEUDUC.

² DTV Angu – Transporte. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=OPRpWzyenlg> data do acesso: 21/01/2008. Esse documentário faz parte de uma série de mini-curtas elaboradas por um cine clube da localidade, que buscava, entre outras finalidades, mostrar a percepção da população local sobre os diversos serviços utilizados.

Um breve panorama conceitual sobre o território, representações e a legitimidade.

Para melhor aprofundar esse debate e definir nossa base de discussão é necessário apontarmos que entendemos a **Baixada Fluminense como uma representação territorial de poder**. Logo, se torna imprescindível definir a nossa concepção de território.

Partiremos da definição de território, que é proposta por Marcelo Lopes de Souza (1995), entendendo-o como um *“espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”*. O território se diferencia do espaço social, então, no estabelecimento de “delimitações” ou “criação de limites” que as relações de poder circunscrevem no espaço. Ou seja, o território surge a partir do espaço, mas nele se reproduz e é produzido na intensa disputa pelo poder. A complexidade da conceituação do território está na própria definição de poder, que por sua vez desenvolve a capacidade de legitimar ações sobre o espaço ao ponto de “delimitá-lo”. Assim, o exercício do poder é uma ação legitimadora do território

Verificamos as representações sobre a Baixada se multiplicam em discursos e práticas. Essas, por sua vez, estabelecem um cenário de disputas que têm por fim consolidar suas bases de poder sobre esta parcela do espaço. Buncando, aí, estabelecer suas plataformas de poder sobre o território que necessita ser **legitimado**.

Segundo Norberto Bobbio (2005), o termo legitimidade, na linguagem comum, possui dois significados: um geral, ou genérico, e um específico. Para o referido autor, o significado específico é associado à linguagem política, na qual o Estado é o ente primaz e consegue estabelecer, através de suas práticas e atributos, um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade do uso da força. É nessa possibilidade de legitimidade que se vislumbra o elo integrador na relação de poder no âmbito do Estado. No significado geral, a palavra legitimidade *“tem, aproximadamente, o sentido de justiça ou de racionalidade (fala-se na Legitimidade de uma decisão, de uma atitude etc.)”* (BOBBIO 2005, p.675). Tal noção nos remete ao papel da ciência geográfica na legitimação territorial para formação do Estado Alemão (MORAES, 1999), onde se legitimou a conquista de territórios a partir de uma “racionalidade geográfica” (ESCOLAR, 1996).

A legitimidade está diretamente associada aos personagens que são creditados como tais e que possuem, então, um poder simbólico de legitimidade. Pierre Bourdieu (2007) pondera que o “poder simbólico” é um poder legitimador capaz de construir uma ordem gnosiológica (sentido ou conhecimento) da realidade, ou mundo. Esse por sua vez é exercido por grupos sociais que detêm *“como poder constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, desse modo, ação sobre o mundo”* (BOURDIEU, 2007, p.14). Assim, os grupos sociais através de sua posição na estrutura social são imbuídos de um poder simbólico no que se diz respeito à legitimidade de suas práticas, discursos e representações.

O poder da legitimação não está nas palavras, nas representações ou nas práticas, mas em quem faz. Esses são instrumentos ou veículos para consolidar uma legitimidade. O poder de legitimação, de dizer o que é falso ou verdadeiro sobre dimensões da cultura, espaço ou tempo, pode ser traduzido no binômio enunciado-enunciador, ou representação-representante. Neste sentido, Bourdieu (2007, p.15) pondera que:

³ De forma geral, a idéia de representação pode ser entendida como uma forma de conhecimento do mundo e das coisas que ele compõe (BAILLY, 1995). Essas formas de conhecimento são expressas através de diferentes modos. Seja pela linguagem, seja pelas imagens mentais, ou mesmo pelas formas materiais que qualificam a relação entre o sujeito e objeto.

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é competência das palavras.

O poder do enunciado está, então, em quem pronuncia também. A idéia de veracidade contida nas representações, imagens ou símbolos que criamos sobre o mundo se traduz no campo da legitimidade e das disputas de poder entre grupos. A sociedade possui por excelência uma dimensão espacial (SANTOS, 2008), logo as disputas de poder e de legitimidade se traduzem, também, nesta dimensão. E quando este espaço é disputado, buscam-se caminhos para legitimar suas conquistas ou posses, trava-se uma disputa sobre a hegemonia do espaço. Sendo essa legitimidade fruto do uso do poder, entendendo o exercício deste feito das mais variadas formas (FOUCAULT, 1978), coloca no seio do espaço um “recortamento”, ou uma divisão, limites entre um “poder” e outro.

A construção de representações sobre o espaço, que possui, por finalidade última, construir um conjunto espacial delimitado de ação e poder, traduz a construção do Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004). *Esse território deve ser legitimado* por tais grupos sociais. As representações são, portanto, meios de legitimação e, quando associados à conjuntura espacial constituem uma possibilidade de *legitimar territórios*. No entanto, o espaço social é multifacetado, campo de lutas e batalhas sociais (SOJA, 1993); logo as representações construídas neste espaço e sobre este espaço confrontam-se no intuito de afirmar “legitimidades territoriais”.

A legitimidade territorial, também, é exercida através de *mecanismos de legitimação*. Para Michel de Certeau (1994), as práticas significantes são operadoras desta legitimidade. Através das possibilidades de dizer o que é crível, memorável e o primitivo, o jogo de quem fala remete a noção do crível, autoriza, ou faz possível. Esse jogo sedimenta-se nos agentes e atores que através de “rituais”, normas e práticas cotidianas, “semantizam” e viabilizam o memorável e o primitivo. O memorável se relaciona à dimensão da lembrança, memória que é resgatada nos rituais, nas normas ou nos nomes que aproximam o experimentado, o primitivo, e faz deste ritual, ou da prática, a forma legítima do acontecer social.

Se entendermos o processo de legitimação justificado pelas práticas significantes da qual fala Michel de Certeau, poderíamos indicar que as representações construídas no cerne da produção do espaço colocam o mesmo numa intensa disputa de legitimidade, uma vez que o espaço geográfico abarca a ação múltipla de sujeitos, agentes e atores. Assim, poderíamos dizer que o Espaço da Baixada Fluminense se constrói como um território forjado em disputas de legitimidades, onde através do binômio território-representação são evidenciados os choques e tensões sobre essa realidade espacial. As representações sobre a Baixada são, também, disputas de legitimidades territoriais. As inúmeras representações sobre esse espaço é visível na contínua busca de legitimar uma “Baixada”, mas para quem é essa Baixada?

Representações e as legitimidades territoriais na “Baixada Política” e nos Planejamentos Territoriais.

É importante lembrar que a representação, como invenção social, está sempre em um jogo de disputas de assimilação ou de tensão. A *representação hegemônica*⁴ que marca a então Baixada Fluminense é um produto histórico que envolve práticas políticas de atores, agentes e sujeitos sociais, os quais compõem um quadro de relações de poder no âmbito da região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁴ Para nós a representação hegemônica é aquela imagem marcada pela violência, descaso social, problemas de infra-estrutura urbana que foi construída entre os anos de 1950-1990 em referência a porção oeste da Baía de Guanabara, parcela esta que foi incorporada pela lógica urbana do Rio de Janeiro (SEGADA SOARES, 1962; ROCHA, 2009).

O resultado dessas muitas representações configurara uma associação entre a representação de violência, miséria e medo social e as práticas sócio-territoriais numa parcela do espaço da região metropolitana do Rio de Janeiro: a Baixada Fluminense. Essa parcela do espaço é regida por imbricações de interesses políticos, que apontam um molde político-territorial e que rege uma constante re-composição do território.

Se a composição do território é revelada por um emaranhado de peças, os municípios são as peças que compõem a Baixada Fluminense. Então, saber quem está ou não está inserido nessa composição traduz interesses políticos e culturais de diferentes grupos. A indefinição constituída em um horizonte simbólico representacional colocou um impasse sobre a definição da Baixada. Diante do quadro político que emerge na perspectiva da redefinição de um poder centralizado na esfera de comando das unidades administrativas, e na perspectiva da consolidação deste mesmo poder, projeta-se uma organização capaz de buscar uma relação político-territorial de uma entidade que “só existe” no campo da representação de violência. Ora, torna-se necessária uma articulação do próprio território, para que este seja visto no conjunto, a fim de impor uma lógica regionalmente, politizada, capaz de reivindicar uma solidariedade territorial.

É nesse contexto que emerge uma “Baixada Política”. Essa unidade aparece nos discursos e palanques políticos (BARRETO, 2006) quando existe a necessidade de evocar uma existência territorial dessa Baixada para que, de forma corporativa, essa unidade possa receber, ou mesmo reivindicar de “modo solidário”, investimentos para a região. Um exemplo disso aconteceu na última proposta do Governo Federal, adaptando uma versão do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) às questões locais, versão PAC- BAIXADA.

A necessidade de organizar uma Baixada-Política está em organizar uma plataforma territorial de reivindicação. Essa plataforma atribui à Baixada uma personificação política, como se ela falasse por si. É nessa perspectiva que a Baixada passa a ser vista como uma unidade regional inquestionável, onde “todos” que habitam nessa área produzem a mesma representação territorial, numa composição “legítima”.

Dessa forma, a idéia de uma Baixada regionalmente inquestionável vai ao encontro das palavras de Iná Elias de Castro (2005) quando afirma a construção de um regionalismo político. Para a autora, a “região é um território”, porém nem todo território pode ser chamado de região, ou seja, a classificação da idéia de região passa pelo crivo de legitimidade, que muitas vezes se consolida através de interesses políticos. Quando esses interesses políticos consolidam uma plataforma de poder organizado em mais de uma unidade administrativa (município), torna-se possível construir uma plataforma de reivindicação regional; isto é, estamos falando de um regionalismo político.

Assim, a Baixada Fluminense é produto, também, de uma representação do poder político local, que atribui um caráter personificado a esta área, constituindo, assim, a chamada Região da Baixada Fluminense, que nada mais é que a Baixada politicamente articulada em torno de interesses comuns. Ou seja, a Baixada Fluminense é produto, também, da representação política do poder político local, que usa o imaginário regional para construir, legitimar a existência regional de um território da Baixada.

Sobre essa construção, Castro (2005, p. 193) nos explica detalhadamente que:

Enquanto representação da realidade, a região faz parte do imaginário social, mas ela é também um espaço de disputa de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais.

Nesse sentido, é possível entendermos os porquês de uma busca e de uma disputa sobre a legitimidade territorial de uma Baixada Fluminense. O feito da mobilização sobre o território induz à

necessidade de articulá-lo politicamente para defender interesses políticos que não se restringem a uma proposta partidária, mas amplia o debate ao consenso de que, afirmar-se regionalmente é se impor e garantir seus direitos sobre a seletividade espacial de alguns elementos que envolvem diferentes propostas, o que inclui garantir seus direitos na seletividade espacial das políticas públicas.

A primeira noção de um regionalismo político na Baixada Fluminense, como destaca Jorge Luiz Rocha (2000), remonta a necessidade de rediscutirmos inclusive a questão da apropriação da terra na Baixada Fluminense. Para Alves (1998;2003), a própria história de violência que marca a Baixada remonta a esse período. Mas seria, sem dúvida, com a figura política de Tenório Cavalcanti que a Baixada Fluminense ganharia notoriedade no cenário da política estadual do Rio de Janeiro.

Barreto (2006) aponta uma cartografia política desenhada na Baixada Fluminense, que ganha, inclusive, uma visibilidade em cenário nacional. Ao apresentar as figuras políticas de Jorge Gama, José Camilo Zito e Lindberg Farias, exemplifica como ocorre o *“tempo da política na Baixada”*, desenhada na maioria das vezes entre festas e guerras. Sobre as festas, faz-se menção ao suporte político dado nas campanhas eleitorais que são acompanhadas de um grande *“show”* com uma celebridade musical ou artista da grande mídia, que ocorre simultaneamente a idéia de guerra. Essa guerra não é apenas uma disputa entre dois ou mais candidatos sobre a alegoria política simplista, mas refere-se à idéia de um conflito real calçado em ameaças, atentados e execuções.

Alessandra Barreto ainda salienta, na apresentação dessas figuras políticas, uma *“ida e vinda”* da política ou do percurso político desses personagens, que se associam diretamente com diferentes representações da Baixada. De um lado percebe-se a emergência do caso *“Zito, que sai da Baixada Fluminense para o Mundo, e de outro, o de Lindberg Farias, que sai do Mundo para a Baixada”*⁵. Esses percursos colocam em evidência as faces e fases da política na Baixada, e apenas representa como o desenho político dessa área se sistematiza em torno dos promotores políticos que fazem de sua imagem uma imagem representativa do território.

De um lado a imagem de José Camilo Zito, oriunda da *“Baixada”*, que se destaca na gestão do município de maior pujança econômica no contexto metropolitano do Rio de Janeiro – Duque de Caxias –, que em dados do IBGE esteve no ano de 2000 entre as 10 cidades com maior PIB municipal. Essa imagem lhe favorece a condição de ser o deputado estadual mais votado nas últimas eleições (2006), com 163.156 votos. Numa reportagem sobre estas eleições, o Jornal O Dia atribuiu a este a menção de *“Rei da Baixada”*⁶ com uma espécie de personificação da Baixada com esse político. Mas nos perguntamos: que Baixada?

De fato, essa menção é uma representação do que se constrói sobre a política na Baixada Fluminense, porém essa construção não é apenas elaborada de uma representação interna de poder. Há grupos sociais com interesses claros e distintos sobre a hegemonia política dessa área da região metropolitana. A questão apresentada se fundamenta, entre outros pontos, no simples fato de que quase 30 % do eleitorado fluminense residem nesta área, o que lhes atribui como média pouco mais de 2,5 milhões de eleitores. É nessa perspectiva que se percebe, no momento atual, um olhar mais apurado da disputa eleitoral nos *“domínios”* da Baixada Fluminense. É nesse contexto que Alessandra Barreto apresenta *“Lindberg Farias do Mundo para Baixada”*.

A figura política de Lindberg Farias, num primeiro momento, nada tem de representativo à representação hegemônica de Baixada Fluminense. Uma vez tendo sua história associada aos movimentos sociais estudantis, sua identidade política não se construiu nos moldes da representação de violência e medo social que se consolida, durante muito tempo, na política da Baixada Fluminense. Porém, hoje,

⁵ Apropriações feitas dos títulos dos capítulos III e IV da tese de Doutorado de Alessandra Barreto (2006), cujo título é *Cartografia Política: as faces e fases da Política na Baixada*.

⁶ **Jornal o Dia**. Eleições 2006. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2006.

como atual prefeito de Nova Iguaçu, este representa a imagem de uma nova Baixada, de uma Baixada do progresso, que tem sob sua liderança atual a “missão” de levá-la ao progresso fundamentado no desenvolvimento econômico, que marca a Baixada na virada dos anos 2000 ⁷.

No entanto, precisamos ponderar que a construção de uma representação política de Baixada Fluminense frente à imagem política de Lindberg também passa pelo crivo de uma legitimidade inventada, de uma representação que revela interesses de cunho político partidário. Hoje ele lidera, além da dita Baixada Política, a conhecida “onda vermelha”, que corresponde aos governos municipais que possuem o selo partidário do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre eles podemos citar: Belford Roxo (prefeito - Alcides Rolim); Mesquita (prefeito - Arthur Messias); e Paracambi (prefeito - Tarciso Gonçalves Pessoa).

É importante afirmar que a necessidade de uma articulação de relações territoriais na Baixada, como um discurso regionalista, consolida-se, em sua maior dimensão, no poder político local que necessita criar o vínculo territorial para manter suas manobras político-partidárias. Essa dimensão é clara no primeiro projeto de uma associação de prefeitos da Baixada, a qual foi articulada nos anos de 1990 sob a liderança do prefeito Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca (MONTEIRO, 2002). Esse, por sua vez, tinha sua imagem política associada à representação hegemônica de Baixada Fluminense e era considerado por muitos uma figura política de “respeito” ⁸.

Essa respeitabilidade o deixou conhecido como o “prefeito da Baixada Fluminense”. O caso emblemático e fatídico de sua morte constrói no imaginário popular de seu município de gestão, Belford Roxo, a representação de “melhor prefeito”. Porém, o que cabe destacar na menção deste momento é a “missão” que este estava a cumprir. Referendamos, então, o encontro que Joca teria com o então governador do Estado, Marcelo Allencar, quando, supostamente, estes estariam articulando as bases políticas para as eleições a governador, cujo conteúdo ainda é cheio de especulações, porém entre elas reside a idéia de que o Joca iria compor, sob tutela dos outros prefeitos da Baixada, uma candidatura a gestão do Governo Estadual juntamente com Marcelo Allencar.

É, então, sem dúvida, após os anos de 1990 que a Baixada Fluminense ganha maior notoriedade nas políticas de governo que se sucederam. Assim emergem políticas territoriais que criam uma Baixada Fluminense em seus recortes de intervenção, como é o exemplo dos programas Nova Baixada e Baixada Viva (ver figura 1), e a criação de uma secretaria de governo da Baixada Fluminense que fosse capaz de criar um diálogo com o poder político local e o governo estadual.

As representações promovidas pelos programas governamentais servem, também, para estabelecer um espaço de domínio e de ação em torno das políticas públicas. Deixa-se, aí, um impasse sobre o pertencimento de alguns municípios à “verdadeira Baixada”. É importante frisar que há, então, um choque sobre a legitimidade e o domínio de uma Baixada Fluminense. Mas voltamos a questionar: que Baixada é essa?

Essa Baixada não está associada, apenas, às dimensões administrativas dos municípios, mas à representação política que a nomenclatura “Baixada Fluminense” carrega. Essa representação se reflete na ambivalência da composição territorial proposta por esses diferentes grupos que são de dentro e de fora da Baixada. É nesse sentido que se torna complexa a indefinição territorial da Baixada, uma vez que sua composição está à mercê de diferentes representações, que, em primeiro lugar, visam consolidar seus projetos de poder.

⁷ Baseado na série de reportagens sobre o desenvolvimento econômico da Baixada no caderno O Globo Baixada – Visão Econômica 2008 de 29 de junho de 2008. Entre elas há a referência ao crescimento industrial da Baixada Fluminense, sobre o qual Lindberg Farias concede entrevistas, apresentando suas políticas territoriais desenvolvidas nesse propósito.

⁸ Entendemos aqui a fala de muitos dos moradores e políticos locais em duas perspectivas: a primeira associada aos feitos e atos políticos deste frente à gestão municipal; a segunda relacionada aos “atos políticos” legitimados na força e na violência (ROCHA, 2006).

Como já exemplificado, a representação de um desses projetos, Nova Baixada⁹, coloca, mais uma vez, outra composição territorial em sua unidade de planejamento, que por sua vez difere daquela Baixada política que, por seu turno, é similar à associação de prefeitos da Baixada. Existe, aí, um intenso choque e tensão sobre a composição territorial da Baixada que, evidentemente, não se resume à perspectiva política de uma Baixada organizada, mas, também, reside sua indefinição em estratégias tomadas por grupos locais na intenção de estabelecer suas representações espaciais que, em maior ou menor grau, influenciam na indefinição da composição territorial da Baixada Fluminense.

Concluindo... Muitas representações para pensar uma geopolítica da inclusão-exclusão.

Diante das questões apresentadas afirmamos que o problema da ambivalência da sua composição territorial da Baixada deriva do proveito que esta indefinição traduz na disputa de legitimidades de grupos sociais, que tornam possível a emergência de diferentes representações sobre a Baixada, que possuem em fim último o domínio de uma área, território.

É importante lembrar que tal ambivalência do que é a Baixada, imputa a alguns uma possibilidade de inserção ou de auto-exclusão na composição territorial da mesma. Neste sentido, pensamos que esta problemática nos possibilita pensar uma **Geopolítica da Inclusão-exclusão** de alguns municípios, tendo em vista que alguns possuem o que chamamos **de trunfo de legitimidade territorial** (ROCHA, 2009). Este conceito designa, em síntese, o proveito que um dado território, e, portanto seu grupo social, possui de se incluir ou excluir de uma dada composição territorial, buscando se beneficiar das representações ou projetos espaciais que estão ou serão desenvolvidas para uma dada composição territorial.

Para a fundamentação da idéia de **trunfo de legitimidade territorial**, partimos das proposições de Claude Raffestin, quando este menciona os trunfos de poder, que podem ser a população, os recursos, a língua e o próprio território. A idéia de trunfo estaria baseada nas possibilidades de proveito para a retomada ou perpetuação do poder, o qual variaria de acordo com o grupo social, que sustentaria, em maior ou menor grau, essas bases de poder.

Rogério Haesbaert (2004) ainda complementa essa análise, afirmando que a capacidade de gerir esses trunfos de poder estaria diretamente associada aos meios que esses grupos sociais possuem em canalizar suas forças e informações, codificando, inclusive, a materialidade e a imaterialidade, a ação e o campo simbólico. Neste sentido, haveria um ideal de poder a partir da gestão desses trunfos que, segundo Raffestin (1993, p.60), estariam no alicerce das representações.

O ideal de poder é jogar exclusivamente com símbolos. É talvez o que torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre o trunfo real – o referencial [Território] – e o trunfo imaginário – o símbolo [representação]. (menção nossa)

No caso da Baixada Fluminense, esse trunfo é desenvolvido no jogo por alguns líderes políticos municipais na compensação de perdas e ganhos da trama de representação hegemônica da Baixada.

A partir de entrevistas empíricas realizadas entre janeiro e junho de 2009, constatamos a **geopolítica da inclusão-exclusão** como estratégia de alguns governos municipais para se beneficiar da imagem que predomina sobre determinada região, composição territorial.

⁹ O programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população da Baixada Fluminense, particularmente suas condições de saúde e saneamento básico. Foram executados em alguns bairros dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias e São João de Meriti. O programa ocorreu entre os anos de 1996 e 2005 (SEIG/DER-RJ).

A representação hegemônica da Baixada marca-se sobre os municípios oriundos do município de Nova Iguaçu e o Município de Magé¹⁰. No entanto, quatro outros municípios satelizam a **“Representação Hegemônica da Baixada”**, e possuem trunfos de legitimidades que possibilitam se inserir ou excluir desta composição territorial. A saber: Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Guapimirim (ver quadro síntese).

É importante salientar um item comum em três dos municípios selecionados: tanto o município de Guapimirim, quanto Paracambi e Itaguaí se associam a outras regionalizações devido à promoção turística. Já que estamos trabalhando com representações, é importante lembrar que a prática do turismo traduz, sobretudo, a venda de imagens dos lugares, ou seja, de suas representações. É por isso que grande parte das secretarias de turismo e cultura destes municípios possui a possibilidade de auto-exclusão na composição da Baixada para a inserção em uma “região” mais propícia ao desenvolvimento de suas respectivas atividades.

Em uma análise geral do quadro síntese podemos apresentar duas posições distintas, a saber:

I - Exclusão - daqueles em que a representação hegemônica de Baixada Fluminense fere os objetivos principais da atividade econômica do turismo local, ou mesmo prejudica a “imagem” de desenvolvimento regional da unidade administrativa.

II- Inclusão – pela necessidade de inserção por falta de opção de um “elo” com outras composições ou mesmo a possibilidade de vantagens que a representação hegemônica da Baixada Fluminense pode oferecer.

No primeiro grupo, podemos inserir o caso dos municípios de Paracambi, Itaguaí e Guapimirim, e no segundo o exemplo do município de Seropédica, que inclusive passa pela necessidade de “inventar uma tradição cultural” para o pertencimento a composição da Baixada Fluminense¹¹.

¹⁰ Os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Japeri, Queimados e Magé estão presentes em diferentes representações sobre a Baixada. Essa definição se construiu a partir da síntese das história territorial comum a esses municípios analisadas dentro de um materialismo histórico-dialético. Somando-se as representações de três sujeitos da Baixada Fluminense Genesis Torres, Manoel Simões e José Cláudio Alves; mais as representações difundidas pela IPAHB e APPH-CLIO; e as práticas de políticas públicas da antiga FUNDREM (ROCHA, 2009).

¹¹ É importante lembrar uma das práticas espaciais que compõem o processo de ação de diferentes grupos sociais no espaço, a **“fragmentação - lembramento”**, revela a dimensão de uma geopolítica da inclusão-exclusão.

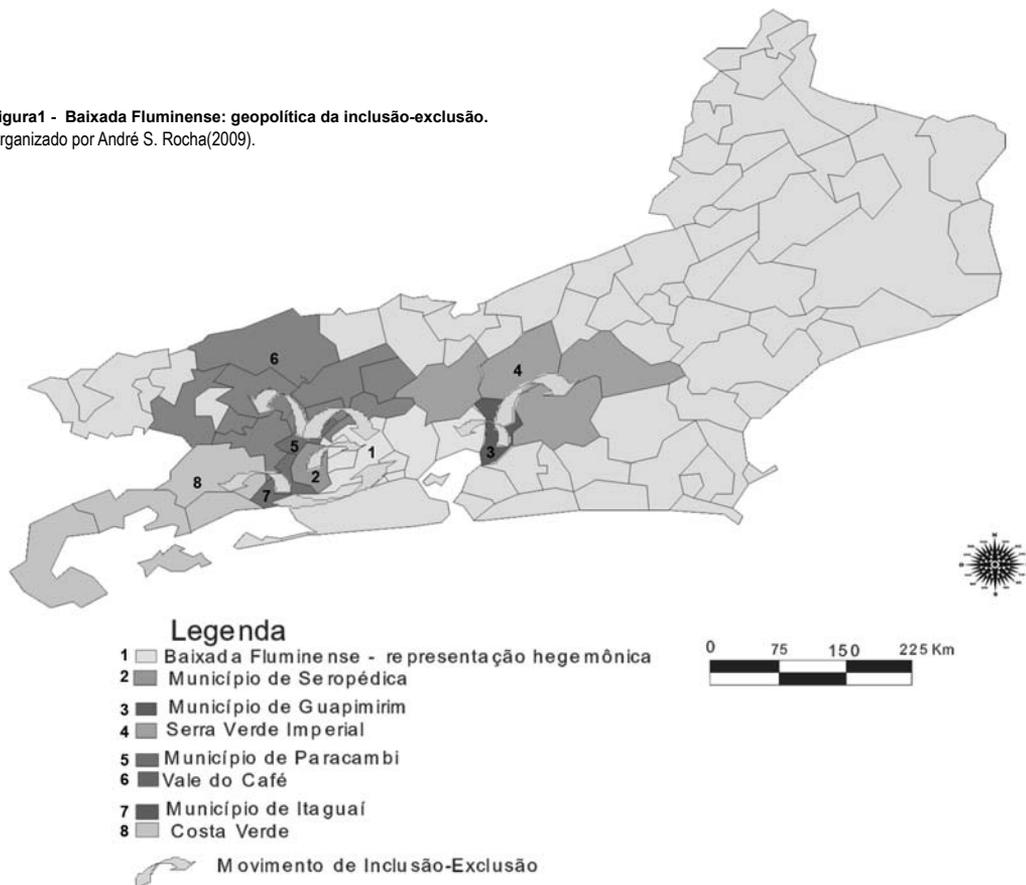
Quadro 1 – Comparativos dos municípios em seus trunfos na geopolítica da inclusão-exclusão na composição da Baixada Fluminense.

Município	Outra composição associada/ vantagem da integração	Fator de integração à Baixada	Trunfos de exclusão na composição de Baixada
Guapimirim	Região Serrana/ promoção turística e cultural	Investimentos econômicos dos órgãos planejadores Baixada Política – Associação dos prefeitos da Baixada	Representação associada à violência e aos problemas sociais. Formação da região turística da região Serrana. Formação Geomorfológica Híbrida (parte de Baixada, parte Serrana).
Paracambi	Região Vale do café/ promoção turística e cultural	Investimento de órgãos planejadores Baixada Política – Associação dos prefeitos da Baixada.	Representação associada à violência e aos problemas sociais. Desenvolvimento de políticas econômicas em torno do ecoturismo e turismo cultural, mais propício ao Vale do Café. Impasses estruturais na formação de uma região turística da Baixada Fluminense. Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.
Itaguaí	Região da Costa Verde/ Promoção Turística Região portuária - consolidação de sua condição singular.	Investimento de órgãos planejadores.	Representação associada a violências e aos problemas sociais. Crescimento econômico – dinamização proposta pela condição portuária. Desenvolvimento de um turismo local, ligado à região turística da Costa Verde. Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.
Seropédica	Baixada Fluminense	Investimentos econômicos dos órgãos planejadores. Construção de identidade cultural. História de violência que é vinculada à cidade de Seropédica.	Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.

Organizado por André Rocha (fonte - entrevistas realizadas por gestores das áreas de turismo, cultura e desenvolvimento urbano das respectivas

Em síntese, os exemplos apresentados não são quesitos permanentes, porém são indicativos dos problemas da indefinição de o que é ou não é Baixada. As informações apontadas nos permitem projetar um mapa que expressa essa ambivalência presente na composição territorial da Baixada Fluminense, destacando os municípios fluminenses envolvidos nessa geopolítica da inclusão-exclusão (ver figura 1).

Figura1 - Baixada Fluminense: geopolítica da inclusão-exclusão.
Organizado por André S. Rocha(2009).

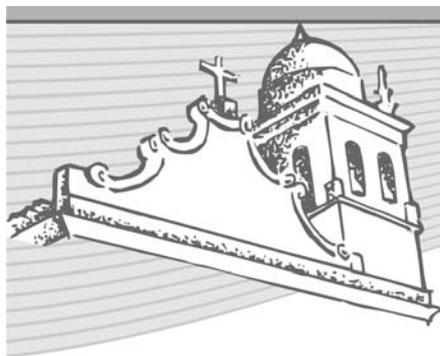


Pensar a construção da representação hegemônica da Baixada Fluminense, em associação ao que se perde na inclusão ou exclusão de municípios no âmbito dessa representação de composição territorial, contribui para interpretarmos a existência de diferentes representações territoriais da Baixada. Essas representações têm sua base de reprodução nos interesses dos diferentes grupos sociais.

A concepção que lançamos de uma “geopolítica da inclusão-exclusão” é, então, entendida no jogo dessas representações. Essa “geopolítica” vai ao encontro daquilo que Felix Guatarri (2004) aborda em sua “cartografia do desejo”, onde até mesmo o sentido dado às coisas, pensando aí na esfera simbólica, é capaz de conduzir atos políticos que almejam a conquista de poderes. Dessa forma, torna-se ainda mais complexo e sutil o entendimento de uma composição territorial. A Baixada Fluminense, enquanto tal, é recortada por “desejos” diversos que, ao se imbricarem, fomenta distinta “Baixadas”. A idéia de inclusão ou exclusão de municípios no conjunto de uma Baixada Fluminense se vislumbra nos interesses de diferentes grupos sociais que mascaram, ou dificultam uma leitura apurada dessa política do espaço que se desenha nesta parcela do Estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Sousa. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP (Tese de Doutorado), 1998.
- _____. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias:APPH CLIO, 2003.
- BAILLY, Antoine. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A. et al (dir.) **Encyclopédie de géographie**. Paris: Economica, 1995.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2006
- BOBBIO, N(org.). **Dicionário de Política**. 14ªed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASTRO, Iná Elias. **Geografia Política: Território, escala de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DE CERTEUAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- DI MÉO, Guy. **Geographie Sociale et territoires**. Paris: Nathan, 2001
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ENNE, Ana Lúcia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”:** **Memória, representações sociais e identidades**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2002.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios a multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.96. 224 p.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.
- MORAES, A. C. R. **Geografia – pequena história Crítica**. 19ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, André Santos. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal**. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.
- ROCHA, André; SANTOS FILHO. Sidney Cardoso. **Baixada Fluminense, RJ: entre os rumos do desenvolvimento e o rótulo de “cidades-miséria” - algumas considerações**. In: Seminário de Pós-graduação em Geografia UNESP - Rio Claro. Rio Claro : CD Rom, 2006.
- ROCHA, Jorge Luís. **“De quando dar os Anéis – A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações”** *Hidra de Iguassú*, nº3, Abril/Maio/Junho de 2000.
- SOJA, Eduard W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SEGADA SOARES, Maria Teresinha. “Nova Iguazu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.



B AIXADA ECOLÓGICA

Gênesis Torres¹

Neste início de novo século abro os jornais e já não mais me surpreendo com infinitas notícias dando conta da destruição ecológica desta região que foi, durante quatro séculos, uma das mais encantadoras regiões do País. Vide para tanto, os relatos dos viajantes e pintores que por aqui passaram durante os três primeiros séculos da colonização. Recordemos de alguns deles:

José de Anchieta, em 1585, afirmava que esta terra “é a mais airosa e amena baía que há em todo o Brasil”. Em 1663, o Padre Simão de Vasconcelos no mesmo êxtase visual, nos diz: “consta de uma baía e de um recôncavo grandioso, na forma que logo diremos e tem por nome Rio de Janeiro”. Também Bougainville, escrevendo em Paris sobre sua viagem ao Brasil em 1766: “a vista desta baía dará sempre o mais vivo prazer aos viajantes (...) Nada é mais rico que o cenário destas paisagens que se oferecem por toda parte”. Parry também em 1773 não se conteve e, numa rara imaginação, solta os sentimentos naturalistas nesta pérola sobre a baía da Guanabara – “A entrada desta baía apresenta o mais imponente e mais agradável espetáculo (...). Esta terra é um paraíso terrestre”.

Anatureza é maior que a imaginação humana, ela supera a razão. Não há em nossos frágeis organismos sentidos capazes de captar olfatos, sons, tatos, visão ou mesmo paladares contidos na excentricidade deste microuniverso. John Luccok viajando por estas terras em 1808, solta seu canto e nos diz: “Mas é em vão que se tenta descrever; não pode a pena limitar o lápis, nem o lápis a natureza, em cenários tais como esse”. Seu contemporâneo Augusto Saint-Hilaire, em 1816, apresenta as mesmas dificuldades de imaginação diante da natureza e afirma: “Quem seria capaz de descrever as belezas que apresenta a baía do Rio de Janeiro (...). Essas montanhas majestosas que a bordam e também a vegetação tão rica e variada que orná seu litoral?”.

Com alma e sentimentos de mulher, Mary Graham escrevendo em 1824, em Londres, o seu *Journal of a Voyage to Brasil* nos fala de uma incomparável beleza: “nada do que até hoje vi é comparável em beleza a esta baía. Nápoles, o estuário do Forth, o porto de Bombaim e Tricomali, cada um dos quais eu julgara perfeito em sua beleza, todos devem ceder o lugar a esta baía, que excede a cada qual em suas peculiaridades. Soberbas montanhas, penedos em colunas superpostas, vegetação luxuriante, ilhas claras e floridas, verdes e tudo isto combinado ao casario branco (...) Tudo conjuga para tornar o Rio de Janeiro o mais encantador cenário que a imaginação pode conceber”.

Para a pintura, não havia pintores surrealistas. O clima era do puro naturalismo com fortes doses de lirismo e romantismo. Assim se expressa Teodore Bosche, em 1825: “Estas montanhas elevadas contrastam com o céu ameno e azul, o qual à luz do sol tropical, encanta verdadeiramente o homem do Norte (...) Não há pincel capaz de pintar a magnificência desta natureza grandiosa (...). Aquele mundo

¹Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor das redes públicas estadual, municipal e particular. Ex-Chefe de Gabinete do Prefeito, ex-Secretário de Educação e de Cultura, e ex-Vereador do município de São João de Meriti. Membro das Academias de Letras e Artes de Nova Iguaçu e de São João de Meriti. Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB.

fantástico que a fantasia oriental criou nos seus contos, parece ter-se tornado aqui uma realidade”. João Maurício Rugendas não se conteve ao afirmar que: “Talvez não exista no mundo uma região como o Rio de Janeiro, com paisagens e belezas tão variadas, tanto do ponto de vista da forma grandiosa das montanhas, quanto dos contornos das praias”.

Em sua viagem em redor do mundo, De La Salle escreve, em 1836, celebrando com as palavras a sua estadia no paraíso: “todos os viajantes sentem prazer em celebrar a beleza da baía do Rio de Janeiro”. O evangélico e distribuidor de Bíblias Daniel Kidder, na sua visão religiosa, também em 1836, compara o lugar com o poder e a própria grandeza do Criador. Visitando no mesmo ano, Fisquet achava impossível traduzir o efeito que produz esse espetáculo, as emoções eram tantas e maior que admiração, merecendo uma exaltação religiosa.

Ida Pfeifer, em 1846, não se contém diante de um quadro “cujo encantamento não saberia a pena descrever (...). Nós vimos desenrolar-se aos nossos olhos um panorama como seguramente o mundo raramente oferece”. Cinco anos após esta assertiva, Fletcher na obra *O Brasil e os Brasileiros*, descreve que “vi marinheiros russos dos mais rudes e ignorantes, um aventureiro australiano imoral, incapaz de qualquer reflexão, juntamente com europeus refinados e cultos, ficarem mudos, estáticos, no passadiço, acordes na admiração da colossal avenida de montanhas e ilhas cobertas de palmeiras, que, como pilastras de granito na frente do tempo de Luxor, formam a digna colunata para o pórtico da mais bela baía do mundo”.

Em 1862, o mau humorado Charles Expilly, ao escrever *Lê Brésil tel qu’il est*, faz comparações com outras baías e diz: “O golfo da Bahia não é mais poético. O espanhol esquece nesse momento as suntuosidades de Sevilha e de Granada; o napolitano apenas relembra vagamente as ondas azuis que vêm morrer aos pés da sua cidade voluptuosa”.

Ao final do século XIX, Maurício Lamberg escrevendo em 1896 sobre o Brasil, e ao falar do Rio de Janeiro e sua baía, solta a imaginação em “Thalatta! Thalatta! Thalatta! Esta viva e jubilosa exclamação dos gregos ao avistarem o mar que os devia restituir à doce e estremecida pátria, irrompeu-se involuntariamente dos lábios quando ante nós surgiu, no horizonte, em toda a plenitude da sua magnificência, a deslumbrante baía do Rio de Janeiro”.

Em 1941, escrevendo *Brasil, País do Futuro*, Stefan Zweig afirma; “Beleza é coisa rara e beleza perfeita é quase um sonho. O Rio, essa cidade soberba, torna-se realidade nas horas mais tristes. Não há cidade mais encantadora na Terra (...). O Rio não se impertiga diante de quem chega, abre seus braços macios, femininos, recebe-o em grande e carinhoso abraço, atrai, e abandona-se, com certa volúpia, aos olhares admirados (...). Não há cidade mais bela do mundo, talvez não haja outra que seja mais misteriosa, mais heterogênea. Quem viu uma vez, não contestará o que acabo de dizer. Não se consegue conhecê-la inteiramente”.

Quando leio todas essas elucubrações fenomenológicas racionalistas ou emotivas, não separo obviamente todo o contexto natural, evidentemente não há Cidade do Rio de Janeiro sem a sua respectiva **Baixada Fluminense** ou como queiram **Recôncavo da Guanabara**.

Foram viajantes, que em contato direto com a natureza durante o século XIX, deixaram suas preciosas impressões, falavam com os sentidos, não tinham maiores compromissos políticos, não eram ecologistas ou ambientalistas de carteirinha, não desfaldavam bandeiras de movimentos em defesa da terra, das águas e da atmosfera. As florestas ainda eram virgens e o planeta ainda era azul.

Aquele século assistiu aqui na Baixada, o início da grande destruição de tudo que era ecologicamente perfeito e que a mão do divino Criador concebeu. As razões obviamente estão ligadas à fome de progresso, do lucro a qualquer custo. Neste rastro de destruição estão as iniciativas progressistas promovidas pelos meios de transportes ferroviário, com o corte e conseqüente derrubada das florestas para a produção do carvão vegetal, fonte de energia para a locomotiva a vapor.



A PRODUÇÃO DE LARANJAS À FEBRE DOS LOTEAMENTOS: As Transformações na Organização Espacial do Município de Nova Iguaçu ao longo do Século XX¹

Rafael da Silva Oliveira²

Considerações iniciais

Grande parte da atual Baixada Fluminense já pertenceu, no passado, ao município de Nova Iguaçu (criado em 1833). Diversas transformações, ao longo do processo histórico, contribuíram para que seu espaço se reorganizasse, acarretando alterações significativas – desde econômicas até territoriais e administrativas.

Neste sentido torna-se pertinente registrar que a lógica da organização espacial, estruturada através do acúmulo do trabalho humano ao longo do tempo, constitui-se numa relação dialética da construção geográfica das sociedades no seu processo de (re)organização do espaço (MOREIRA, 2001). Assim sendo, percebemos que as obras representadas por cidades, campos, estradas de ferro e rodagem, minas, shopping centers, dentre outros, constituem parte da organização sócio-espacial, onde animado pela sociedade, recebe carga subjetiva de significados e significações que conduzem o espaço geográfico para um constante processo de reprodução. É pautando-se nesta relação dialética que o espaço, em sua totalidade, sofre mutações, pois a sociedade estimulada por questões de ordem capital, cultural e emocional se desloca, transforma, constrói, destrói e recria, levando assim as contradições evidenciadas no espaço.

Sobre a questão supramencionada, Lefèbvre (1974) salienta que o espaço é fruto de uma série de relações, não sendo minorado em uma única e exclusiva relação, seja ela entre os atores da sociedade, seja entre estes e os fixos espacialmente distribuídos. Convém ressaltar um termo utilizado e registrado por Moreira (1993) em sua tese de doutoramento – “o espaço, corpo do tempo” –, pois o espaço carrega as marcas (BERQUE, 1998), os significados, os elementos, de uma sociedade e se torna a materialidade do acúmulo das relações travadas através do tempo e da vivência.

No bojo desta perspectiva é que pretendemos refletir sobre as transformações ocorridas no cerne da organização espacial do município iguaçuano ao longo do século XX. Neste sentido, entre os principais acontecimentos que marcam o momento em tela destacamos: i) o auge da produção laranjeira e seu declínio, no qual forçou seus proprietários a lotearem as terras; ii) a inserção de rodovias conectando Nova Iguaçu à metrópole carioca e a chegada de indústrias; iii) o surgimento de bairros carentes e a febre emancipatória.

¹ O presente artigo é um fragmento da Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada “As transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu: uma leitura a partir dos eixos de transporte”. Aproveito, também, para registrar meus sinceros agradecimentos ao prof. Carlos Alberto Franco da Silva pela orientação, e aos professores Miguel Angelo Ribeiro, Rui Erthal e Ruy Moreira pelas valiosas sugestões e críticas.

² Professor Assistente III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR); doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). e-mail: rafasol@bol.com.br.

Isto posto, nos deteremos em refletir como os acontecimentos supracitados contribuíram na (re)organização espacial e administrativa de Nova Iguaçu durante o referido século. Neste sentido, não pretendemos criar periodizações ou fases estanques onde uma não surge no cerne da outra, pois apesar de estarmos salientando, no decorrer do artigo, dois momentos marcos – a produção de laranjas e o loteamento no pós-guerra – estes servem apenas para facilitar a reflexão e os processos que se estruturaram a partir deles nas mais diferentes escalas.

A passagem da produção laranjista em Nova Iguaçu: as transformações em sua organização espacial e a conquista do mercado externo

A atividade laranjista no entorno da Guanabara é bastante antiga, cujos primórdios remetem ao início da ocupação na região, sendo que esta ficou durante séculos assumindo um caráter subsidiário, pois atendia apenas o consumo local, chegando, no máximo, de forma acanhada, a alcançar o mercado da cidade do Rio de Janeiro (MENDES, 1949).

Tal atividade começa a galgar os espaços do município de Nova Iguaçu no final do século XIX, despertando o interesse dos proprietários produtores de laranja a investirem nas primeiras obras de drenagem no município em tela, antes mesmo das intervenções do Governo Federal, no que tange o saneamento da região, que só vai acontecer, significativamente, na década de 1930. Desde então, começaram as investidas dos proprietários produtores de laranja em conseguir exportar o produto. Mendes (1949, p.33), ao discutir sobre assunto, afirma que:

no ano de 1886, tentativas feitas para exportação de laranja do Rio para os países do Prata não obtiveram resultados, em virtude da forte barreira alfandegária encontrada na República Argentina e no Uruguai. Somente a partir de 1910, reiniciaram se, com certo êxito, as remessas de frutas cítricas do Rio de Janeiro para os países platinos; o grande surto da exportação da laranja, entretanto, só se inicia a partir de 1926, quando os mercados da Europa Ocidental, especialmente os da Grã Bretanha, passaram a consumir laranja brasileira em larga escala.

Neste momento, a inserção da laranja no cenário iguaçuano modificou a estrutura sócio espacial sem perder seus traços rurais, pois, como afirma Pereira (1977, p.118), “laranjais substituíam antigos cafezais e canaviais; laranjeiros substituíam barões e oficiais da Guarda Nacional; bangalôs e barracões de beneficiamento de frutos substituíam casas de fazendas e senzalas”. Sendo assim, a laranja acabou contribuindo para ampliar o poder e a influência das famílias tradicionais que neste município possuíam suas terras, aumentando ainda mais as riquezas da elite local.

Fato interessante a ser registrado é que, neste momento, começa a delinear o primeiro processo de loteamento em terras iguaçuanas, pois especuladores, alguns residentes no Rio de Janeiro, começaram a adquirir terras dos descendentes de antigos proprietários dos engenhos e propriedades abandonadas, haja vista que o solo encontrava se extremamente barato por conta das sucessivas doenças e o abandono da população que migrava para as margens da estrada de ferro. A referida atividade despertou o interesse dos próprios detentores de grandes extensões de terras, que começaram a subdividir e arrendá las com a finalidade de obter lucros com a atração que a atividade citrícola passou a exercer sobre os municípios do entorno.

Tal atividade se tornou atrativa, devido à própria linha férrea que muito contribuiu no deslocamento de pessoas, tanto as que procuravam se estabelecer na região quanto as que se deslocavam para o trabalho. A estrada de ferro assume importante papel no tocante à contribuição das transformações espaciais do município iguaçuano, sobretudo como suporte das atividades loteadoras.

Os loteamentos atraíram tantas pessoas, pois se tornou algo tão lucrativo, que chegou ser difundido nos principais jornais do centro do Rio de Janeiro. Mendes (1949, p.34), falando sobre a questão, enfatiza que o

retalhamento propiciou fartos lucros aos negociantes, que passaram, então, a vender os lotes rurais, depois de uma inteligente propaganda feita nos jornais cariocas em tómo das grandes oportunidades que oferecia a cultura da laranja para um rápido enriquecimento. O slogan – laranja no pé, dinheiro na mão – foi largamente difundido pela publicidade carioca.

Nova Iguaçu, em pouco tempo, passou a ser um “eldorado” para diversas pessoas que migraram dos municípios do entorno e de outros estados para as terras iguaçuanas, seduzidas pelo discurso do enriquecimento rápido.

Ao analisarmos o quadro 1, percebemos que o aumento da população acontece, em especial, entre as décadas de 1920 e 1940, saltando de 33.396 para 140.606 habitantes, justamente no mesmo período de maior crescimento da produção citricultora.

QUADRO 1
NOVA IGUAÇU – Resultados Censitários – 1779 1950

Ano	Número da População
1779/1789	13.054
1795	17.022
1821	18.705
1879	21.703
1892	24.226
1920	33.396
1940	140.606
1950	145.649

Fonte: Pereira (1969, p.43)

Logo, as áreas que se encontravam ociosas passaram a ser ocupadas por laranjeiras, segundo Mendes (1949, p.34) “as antigas áreas abandonadas, onde o mato tudo invadia e a malária afugentava todos, passaram a ser cobertas por milhões de pés de laranja”.

Como mencionamos anteriormente, a atividade laranjista alterou a estrutura fundiária de Nova Iguaçu, já que a figura do grande proprietário, tão presente nos séculos anteriores, deixa de ser expressiva para figurar no espaço a presença das chácaras³. Ao observarmos o quadro 2, que compara as modificações nas dimensões dos estabelecimentos agrícolas evidenciados nos municípios do entorno da baía de Guanabara, percebemos a substituição das grandes propriedades por pequenas.

³ Segundo SOUZA (2004, p.141), “chácara era a denominação local para os pequenos e médios estabelecimentos de cultivo de laranja cujos responsáveis (fossem proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes) eram denominados chacreiros”.

QUADRO 2

Distribuição por municípios do número de pequenos, médios e grandes estabelecimentos agrícolas, segundo os recenseamentos gerais (áreas em hectares).

Municípios	Ano de 1920				Ano de 1940			
	Até 40	De 41 a 200	Mais de 200	Total	Até 40	De 41 a 200	Mais de 200	Total
Nova Iguaçu	213	29	38	280	1.451	62	18	1.531
Magé	34	50	36	120	63	41	21	125
Itaboraí	88	46	25	159	332	98	35	465
São Gonçalo	540	47	12	599	1.244	29	21	1.294
Niterói	6	3	0	9	46	4	0	50
TOTAL	881	175	111	1.167	3.136	234	95	3.465

Fonte: Mendes (1949, p.35)

Tal retalhamento do solo, entre os municípios que contornam a baía, no que tange à ampliação das pequenas propriedades, ampliou se de 881 estabelecimentos, em 1920, para 3.136, em 1940 – tendo, portanto, um aumento de quase quatro vezes, em apenas vinte anos. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos agrícolas, com mais de 200 hectares, foram reduzidos de 111, no ano de 1920, para 95, na quarta década do século XX.

É indubitável que o referido parcelamento aconteceu de forma mais intensa no município de Nova Iguaçu, pois houve um salto de 213 pequenos estabelecimentos em 1920, e 1.451, no ano de 1940. Vale lembrar que o presente aumento do número de estabelecimentos, com menos de 40 hectares, harmoniza com o período de maior crescimento populacional do município em tela.

Mendes (1949, p.35), ao comentar sobre as dimensões das chácaras e do potencial produtivo de Nova Iguaçu, discorre que

a característica do sítio de laranja é [...] a pequena extensão da propriedade, oscilando as áreas entre meio alqueire geométrico (cerca de 2 hectares e meio) e o máximo de 20 alqueires geométricos (aproximadamente 100 hectares). O número de pés de laranja dos sítios varia entre 1.000 a 15.000 pés. Entretanto, existem citricultores que possuem vários sítios, sendo que o maior proprietário em Nova Iguaçu conta com cerca de 150.000 laranjeiras.

No bojo desta atividade, figuravam pessoas que assumiam os mais diferentes cargos, contribuindo desde o cultivo até o escoamento da laranja para o porto do Rio de Janeiro. Entre eles, estavam envolvidos, de forma mais íntima, quatro categorias de pessoas – os proprietários, os meeiros, os assalariados e os proprietários das casas de embalagens.

Os proprietários dos laranjais eram os donos da terra que, geralmente, confiavam suas posses ao meeiro. Muitos eram portugueses que, em alguns casos, possuíam várias chácaras dispersas pelo município.

No tocante ao meeiro, este trabalhava nas chácaras pelo sistema de parceria, ou seja, cuidava das laranjeiras e recebia sua parte após a colheita. Na maioria dos casos, o meeiro cuida desde a formação do pomar, apoiado financeiramente pelo proprietário, que fornece o enxerto e constrói habitação para o meeiro. Convém registrar que são raros os casos que o proprietário só entrega as terras para o meeiro após a formação do pomar.

O terceiro personagem importante é o assalariado que era empregado, tanto pelo proprietário quanto pelo meeiro ou pelo dono de barracão. Este era contratado com remuneração precária, de maneira muito irregular, dependendo, portanto, do período de maior necessidade de suas tarefas. A referida irregularidade fazia com que este acabasse recebendo por dia trabalhado, conseguindo, no máximo, desempenhar suas atividades de quinze a vinte dias por mês. Vale frisar a forte presença do negro entre os assalariados, sendo solicitado para o trabalho desde homens até menores de idade.

A respeito das mulheres assalariadas, estas, normalmente, trabalhavam nos barracões, com remunerações inferiores quando comparado com a dos homens – chegando a receber dois terços do que os homens ganham.

Os assalariados, como dependiam dos períodos da safra para trabalharem, após a colheita os homens, conseguiam dinheiro com pequenas atividades ou se entregavam à vadiação, ao passo que as mulheres voltavam para suas tarefas domésticas (PEREIRA, 1977).

Mendes (1949, p.37), ao discorrer em seu estudo sobre a complicada situação dos assalariados, conclui que

a situação dos trabalhadores assalariados é a mais precária possível, pois não possuem contratos que garantam o emprêgo durante todo o ano. Trata-se de uma atividade dependente do vulto da colheita e das conveniências para o proprietário. Em tais condições difíceis, o que ganham é gasto em pouco tempo e, muitos desses trabalhadores, recebendo semanalmente, não conseguem guardar nem para enfrentar as despesas de toda a semana, solicitando freqüentemente adiantamento ao empregador.

Por último, temos o proprietário das casas de embalagens, também conhecida como barracão ou packing house. Em alguns casos, os proprietários dispensam seus esforços apenas no beneficiamento, embalagem e escoamento do produto. As casas de beneficiamentos surgiram como conseqüência da crescente exportação do produto, aumentando, portanto, as exigências quanto à qualidade do produto.

Os barracões de laranja e o comércio se estabeleciam no entorno da estrada de ferro, onde o espaço iguaçuano começa a ganhar contornos específicos, ao associar os loteamentos com a produção citrícola e a estrada de ferro. A dinâmica diária ganha maior expressividade e volume, pois a estrada de ferro transporta diariamente pessoas e cargas (especialmente laranjas). Além da estrada de ferro, as chácaras começam a ocupar áreas mais distantes devido à ocupação e plantio do fruto em tela por toda extensão da estrada de Madureira (atual avenida Abílio Augusto Távora). Tal fato fez com que Nova Iguaçu se apresentasse como um dos maiores produtores de laranja do país, juntamente com o bairro de Campo Grande, zona oeste do município do Rio de Janeiro (sendo este conectado pela referida estrada de Madureira) e alguns municípios de São Paulo. Estes exportavam, em especial, para a Inglaterra, França, Canadá, Argentina, Suécia, Noruega e Finlândia (SEGADAS SOARES, 1962).

O curioso é que, mesmo com um volume de exportação expressivo, o território iguaçuano ainda contava com precárias estruturas acerca do encaixotamento e acondicionamento do fruto. Fato verificado em relato de Pereira (1977, p.141):

[...] as laranjas eram exportadas em sacos e caixas de cebola, o que, em ambos os casos, resultava em sérias inconveniências: os sacos não protegiam as frutas, que chegavam amassadas ao ponto de destino, e não havia caixas de cebola em quantidade suficiente para atender à demanda dos exportadores.

Com o aumento do problema supracitado, houve a emergência em se criar indústrias para fabricação das caixas e instalação de barracões de beneficiamento, visando atender o tratamento e embalagem do fruto. Diante do exposto, em 1935 o município já contava com 24 packing houses, sem levarmos em consideração o número de estabelecimentos destinados, em exclusivo, à produção de caixas.

Como os barracões eram municiados de mecanismos sofisticados para época e exigia um grande investimento de capital e energia elétrica disponível, estes se situaram no centro iguaçuano. Tal posicionamento das casas de embalagem possuía distribuição espacial estratégica, pois estavam localizadas entre as grandes zonas produtoras, além de estarem dispostas próximas ao ponto de embarque para o escoamento – o trem.

Os barracões se tornaram tão importantes para a produção que, em pouco tempo, já extrapolavam os limites municipais, como nos afirma Segadas Soares (1962, p.207-208):

crescendo a importância da cidade como centro de concentração e beneficiamento da produção do município, multiplicando se e aperfeiçoando se os packing houses, o raio de ação destes ultrapassou os limites municipais de Nova Iguaçu e, através da sempre importante estrada de Madureira, melhorada pela administração local, grande quantidade da produção de laranja do próprio estado da Guanabara⁴ (Campo Grande, Santa Cruz e Bangu) chegava em caminhões à velha Maxambomba para aí ser beneficiada.

Retalhamento do solo, atração de levas de pessoas motivadas pelo discurso dos “pomares de ouro”; laranjeiras que cada dia aumentavam em número; pessoas que faziam fortuna com o beneficiamento e exportação da laranja escoada pela estrada de ferro. Razões estas que acabaram contribuindo para uma série de melhorias e intervenções municipais no espaço iguaçuano, sobretudo no seu núcleo, ou seja, nas áreas situadas no entorno da estação de Nova Iguaçu. Com efeito, o Governo Federal passou a investir em obras de saneamento na região.

No que concerne a atuação municipal, a década de 1930 foi a que mais sofreu melhorias em sua organização espacial, sendo custeada pela boa fase da laranja, base da economia iguaçuana. Entre elas figuram: i) inauguração de quatorze estradas, perfazendo um total de noventa quilômetros, maximizando a inter relação entre os centros agrícolas e o centro iguaçuano; ii) instalação dos packing houses; iii) construção de hospital, em 1935; iv) instalação dos primeiros estabelecimentos bancários; v) abertura de cinco cartórios no município em 1935; vi) as áreas que eram desprovidas de energia elétrica passaram a ser atendidas após o contrato com a municipalidade, em 1932, para o fornecimento pela Vera Cruz; vii) implantação da tração elétrica da estrada de Ferro D. Pedro II, inovação inaugurada em 1938; viii) criação do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, em 1936, iniciada por Nilo Peçanha no início do século XX.

Tais melhorias contribuíram para que o município ampliasse seu centro comercial, pois apesar da população não residir na cidade, os mesmos possuíam uma relação muito íntima e freqüente por conta do deslocamento diário para o transporte de laranja, fazendo com que o centro do município fosse muito superior às necessidades da população residente na cidade. Segadas Soares (1962, p.211) abordando a estrutura do centro iguaçuano, afirma que em 1934,

[...] só a cidade de Nova Iguaçu já possuía 267 estabelecimentos comerciais. Mais da metade deles (186) se concentravam em cinco categorias de estabelecimentos (gêneros 78; bares e

⁴ No ano em que a autora fez a pesquisa os bairros mencionados integravam o município do Rio de Janeiro que pertencia ao estado da Guanabara. O estado da Guanabara deixou de existir em 1975, quando durante a gestão do Presidente Geisel houve a fusão entre o referido estado e o estado do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2001).

botequins, 53; barbeiros, 24; tecidos e armarinho, 18; bombas de gasolina, 13) bem típicas de uma população, que, não residindo na cidade, aí vinha, com frequência, para comprar gêneros e tecidos para confecção de vestuário e para cortar o cabelo e, como não tinha onde ficar na cidade, fazia dos bares e botequins o seu ponto de conversa, repouso e alimentação. Finalmente, a existência em Nova Iguaçu de cinco depósitos (açúcar, bebidas, carvão, cigarros e álcool) estava ligada ao seu papel de centro distribuídos dessas mercadorias de primeira necessidade às pequenas vendas do meio rural.

Neste período, se evidenciava um município extremamente heterogêneo, formado por nove distritos, a saber: Nova Iguaçu, Queimados, Cava, São João de Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Duque de Caxias e Estrela. Posto isto, se torna relevante salientar a existência de três áreas distintas no cerne do município: a primeira, formada pelos distritos de Bonfim, Cava, Estrela, Queimados e Xerém, compreendendo uma área pantanosa, com extensa cobertura de floresta e baixa densidade populacional; a segunda diz respeito ao distrito de Iguaçu, estando atrelada a atividade laranjeira, com média densidade demográfica; e, por fim, a terceira, evidenciada pelos distritos de São João de Meriti, Caxias e Nilópolis, possuindo uma alta densidade demográfica, cuja população mantinha relações cotidianas com o núcleo da metrópole que era limítrofe, além do deslocamento para o centro do Rio de Janeiro ser facilitado pelo sistema de transporte que era mais eficiente do que para a área central iguaçuana, fragilizando, por conseqüência, suas relações com o município.

Com o passar dos anos começa a se delinear com certa auto suficiência tanto no setor comercial e de serviços, como na embrionária funcionalidade industrial. Nos distritos de São João de Meriti, Caxias e Nilópolis estes fatores associados com o abandono por parte dos políticos iguaçuanos, que injetavam a grande maioria dos investimentos possíveis no núcleo, devido à atividade citricultura, em detrimento dos demais distritos que ficavam abandonados e sem investimento, acabaram gerando movimentos populares, visando o desvinculamento político administrativo de Nova Iguaçu. Em 1943, Duque de Caxias se emancipa, sendo formado pelos distritos de Caxias, Estrela e São João de Meriti (tendo o último se emancipado de Duque de Caxias em 1947) e, posteriormente, mais precisamente em 1947, Nilópolis se emancipa, diminuindo, ainda mais, o território iguaçuano.

Cumprir mencionar que fica com transparente percepção a relação que Nova Iguaçu possuía com a citricultura, fato este que vai gerar uma transformação radical na sua organização espacial, pois, por conta de diversos fatores, tal atividade se desarticulava, forçando o município a buscar novas formas para alavancar sua economia.

A exportação foi a primeira a ser afetada por conta da II Guerra Mundial e, posteriormente, o transporte dentro do país sofrera conseqüências por conta da escassez e encarecimento do combustível. Entre as zonas produtoras e a estação ferroviária, o transporte era realizado através de caminhões, ficando cada vez mais complicada a situação por conta do racionamento. O sistema ferroviário, carecendo de manutenção, já se posicionava com certas deficiências.

Com pouco dinheiro, por conta da falta de compradores, os proprietários dispensaram os assalariados, agravando ainda mais a situação. As laranjas passaram a apodrecer no pé. Sem recursos, o sistema de limpeza dos laranjais foi abandonado, proliferando, conseqüentemente, a praga que há algumas décadas preocupava os citricultores – a mosca do mediterrâneo.

A referida praga já estragava as laranjeiras desde meados da década de 1920, mas o volume de exportação era muito maior do que os prejuízos, além disso, com o intenso serviço de limpeza, a praga não ganhava a dimensão que tomou em meados de 1940 por conta da queda das vendas do fruto.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, estava consumada a hegemonia econômica da laranja em terras iguaçuanas e como, discorre Pereira (1977, p.XIX)

desagregavam se os clubes recreativos, desfaziam se as sociedades comerciais, calavam se os 'barracões de laranja', escasseava o mercado de trabalho rural, os partidos políticos desarvoraram. Era a crise administrativa que a municipalidade não estava preparada para enfrentar, acostumada a deixar grande parte de sua tarefa social a iniciativa ou colaboração dos ricos laranjeiros.

Com a ruína da citricultura, a cidade começa a despontar para outros caminhos, assumindo, assim, novas funções. Uma das saídas encontradas foi o parcelamento do solo. Inicia-se, portanto, o segundo momento de loteamento, pois a “cidade dos laranjais” começa a perder espaço para a chegada da “cidade dos loteamentos”, como afirmou Souza (1992 e 2004).

A passagem do fim das chácaras para a expansão dos lotes, bem como suas conseqüências e rebatimentos na reorganização do espaço de Nova Iguaçu, será discutida no próximo item.

A febre dos loteamentos no pós guerra: o papel das rodovias, as emancipações e sua contribuição na modificação da fisionomia organizacional do município de Nova Iguaçu

O presente momento começa a ficar mais evidente a partir do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, no bojo de uma política rodoviarista, calcada no Projeto Geopolítico de Integração Nacional e anúncio da transferência do Distrito Federal para Brasília. Sendo assim, para legitimar tais pretensões foi criado o Fundo Rodoviário Nacional, em 1946, que estabeleceu imposto sobre combustíveis líquidos, usados para financiar a construção de estradas, além da criação da Petrobrás, em 1954, produzindo assim asfalto em quantidade. Outra ação do Fundo Rodoviário Nacional foi implantar a indústria automobilística em 1957. Tais acontecimentos acarretaram na construção da Avenida Brasil – BR-101 – em 1946 e, também, da rodovia Presidente Dutra – BR-116 (antiga BR-2) –, em 1951, ligando assim os dois pólos econômicos do país – São Paulo e Rio de Janeiro.

Os fatores mencionados associados com a expansão da eletrificação que, em 1943, fora prolongada de Nova Iguaçu atingindo Japeri (área pertencente ao município iguaçuano na época), segundo SILVA (1995, p.17 18), “contribuíram para [...] valorização, tornando as terras mais acessíveis à expansão metropolitana que, entre outros aspectos, se tornou concreta através do crescimento de loteamentos na Baixada”.

Nesse contexto, Nova Iguaçu presenciou significativas alterações atreladas ao parcelamento do solo em detrimento do processo de suburbanização da cidade do Rio de Janeiro, ao passo que a situação da economia citrícola tornava se desastrosa. Pacheco (1984, p.31), discutindo sobre a questão em tela, aponta:

alguns citricultores, não mais acreditando na laranja como força econômica, trataram de preservar o capital investido na citricultura, transformando os laranjais em carvão para gasogênio e depois em loteamento. Chácaras inteiras foram, então, parceladas em pequenos lotes com fins residenciais para a venda direta ou para a construção e venda de casas, sendo este o primeiro passo em direção a febre de loteamentos que tomou lugar no pós guerra como solução para a crise financeira.

Neste contexto, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Nova Iguaçu já adquirira outra feição urbana, crescendo devido aos primeiros loteamentos nela constituídos. Estes se multiplicariam, desmesuradamente, sobretudo após a decisão do Governo de proibir as exportações de laranja. Com efeito, a partir de 1946, grandes extensões de áreas rurais se transformaram em solo urbano loteado. Geiger (1952, p.99), ao inclinar suas pesquisas sobre os loteamentos na região, discorre que

não foi apenas o latifúndio que se loteou. Mesmo os fazendeiros que cultivavam suas terras, propriedades médias, foram tentados ao negócio para obter um capital razoável com lucro que sua produção pouco valorizada, dominada pelo comerciante, não lhes conseguia oferecer. Os laranjais não resistiram ao loteamento em nenhum local onde este se desenvolveu. Os fazendeiros, também, nem sempre parcelam, eles próprios, a terra; muitos vendem a terra a um Banco ou Companhia Imobiliária que se encarrega da obra. Muitas propriedades ainda não foram divididas simplesmente porque o dono espera maior valorização, [...]; ou então estão afastadas das regiões onde o processo é mais intenso, áreas mais longínquas das cidades, e esperam a chegada da vaga de loteamentos, quando os preços são mais elevados.

Sendo assim, o município iguaçuano, arruinado com a decadência da citricultura, passou a oferecer condições para abrigar populações e indústrias que se desenvolveram a partir da Segunda Grande Guerra. Como aponta Segadas Soares (1962, p.215), “Nova Iguaçu, profundamente afetada pela crise da laranja, iria buscar nessas duas funções – a de centro industrial e a de centro dormitório – os elementos para sua sobrevivência e, ao fazê-lo, perderia em parte a sua individualidade, integrando-se definitivamente à metrópole”.

Portanto, a cidade dos laranjais vai ficando apenas na lembrança daqueles que vivenciaram este período, pois o quadro da expansão imobiliária atinge proporções irreversíveis no que tange à organização espacial iguaçuana. Mesmo os citricultores mais crentes na volta dos incentivos e exportações da laranja já não depositavam esperança frente ao quadro de transformação evidenciado no município. Outro fator, preponderante para suas alterações espaciais foi à expansão da indústria, por conta da substituição das importações. Segadas Soares (1962, p.217-218) nos apresenta o quadro da época:

Pôr em ação os tratores e transformar o campo em cidade era solução adotada, uma vez que a metrópole precisava de terra para localizar suas indústrias, cujo número tinha aumentado muito como consequência da própria guerra, e para instalar as populações que a ela tinham afluído para trabalhar nessas indústrias. Demarcar, alinhar, arruar, fazer propaganda e vender a terra sob a forma de pequenos lotes residenciais, isso fizeram os que primeiro compreenderam que o ciclo da laranja no município se tinha realmente encerrado, isso fizeram todos os demais, [...], arrancar os últimos laranjais e transformá-los em loteamentos.

Nova Iguaçu passa, novamente, a atrair um contingente expressivo de população. Tal atração se deve aos incentivos oferecidos pelos baixos preços e pela infraestrutura já existente de transporte rápido, tanto ferroviário quanto rodoviário, além de contar com um aparato de bens e serviços oferecidos, consequência de sua posição de sede do município.

Neste contexto, com os loteamentos, a população urbana que buscava moradia a baixo custo passou a encontrar em Nova Iguaçu uma alternativa, que, apesar de implicar localização distante do núcleo metropolitano e/ou dos locais de trabalho, atendia suas necessidades de transporte e serviços. Concernente à reflexão explicitada, Pacheco (1984, p.32) sublinha:

atravessaram o município estradas de ferro melhoradas, rodovias e estradas vicinais que interligavam áreas antes laranjistas. Tal infra-estrutura encurtava as distâncias e, conseqüentemente, permitia o deslocamento diário para o trabalho em diferentes pontos da metrópole, tornando o menos longo.

Cumprir mencionar que este processo de expansão da malha urbana iguaçuana tinha como forma espacial predominante os loteamentos e a incorporação deste município à metrópole, principalmente a partir da década de 1950. Valendo lembrar que a ocupação da região, apesar das rodovias, ferrovias e da atuação dos incorporadores, ocorreu de maneira desordenada, geralmente através da autoconstrução, após a compra do terreno. Com a implantação desordenada das construções o poder público não conseguiu acompanhar o crescimento urbano. Configurava-se como uma periferia com extrema carência de aparelhamento urbanístico (iluminação, calçamento, rede de esgoto). A situação tendia a se agravar, pois sem fiscalização do governo, companhias e firmas individuais assumiam, sem nenhuma fiscalização e/ou controle, os processos dos loteamentos.

Mesmo com o adensamento populacional propiciado pela integração rodovia ferrovia, o trem continuou sendo o fator preponderante na expansão urbana para áreas mais distantes, tanto dentro do município estudado quanto em outros como, por exemplo: Queimados, Japeri, Paracambi e Inhomirim. Caso este explicitado por Abreu (1987, p.123), ao afirmar que “o transporte ferroviário contribuiu bastante, para o crescimento ‘em pulos’ da metrópole, viabilizando uma série de empreendimentos realizados a distâncias cada vez maiores do centro do Rio”.

No cerne desta discussão, torna-se fora de dúvida que as áreas residenciais em Nova Iguaçu disponibilizadas aos que possuem baixo poder aquisitivo, situam-se cada vez mais distantes do núcleo. No que concerne aos empreendimentos mais valorizados, estas se encontram nas proximidades das estações ferroviárias, pois são áreas de ocupação antiga da elite local, sendo, conseqüentemente dotadas de infraestrutura em melhores condições, além do comércio melhor equipado e do desenvolvimento mais progressivo. Sobre as áreas carentes, Silva (1993, p.25) salienta:

nas áreas mais distantes da ferrovia, e mesmo nas marginais as rodovias, a escassez de melhoramentos urbanos se torna mais evidente, uma vez que no caso das rodovias são áreas com uma maior valorização para o estabelecimento de indústrias, e que só recentemente vieram a ser ocupadas com moradias.

Ainda sobre a relação entre a distância dos centros com o status sócio econômico da população residente em Nova Iguaçu, Furlanetto, Cruz e Almeida (1987, p. 39) contribuem, afirmando que

[...] os centros dos distritos sede e os bairros da periferia imediata aos centros, agregam geralmente populações de classe média e média alta residindo em unidades unifamiliares. Os bairros mais afastados dos centros detêm uma classe média baixa e baixa, sendo possível encontrar entre esses bairros alguns loteamentos classificados como classe média. Quanto aos núcleos dos distritos (as vilas) e seus bairros mais afastados, a tendência é quanto mais longe do centro do distrito sede estiver o bairro, o nível sócio econômico da população tende a baixar sensivelmente, dando lugar às residências populares de aspecto mais rústico.

Nos anos posteriores (1960-1980), tal dinâmica se dirige para outras direções, entre elas a estrada de Madureira – atualmente chamada de Avenida Abílio Augusto Távora –, na qual o espaço vai ser organizado em decorrência da construção de diversos conjuntos residenciais (FURLANETTO; CRUZ; ALMEIDA, 1987). Ao longo da estrada de Madureira, importante via que, durante décadas, contribuiu para integração de importantes áreas citricultoras, como Cabuçu (Nova Iguaçu) e Campo Grande (zona oeste do município do Rio de Janeiro), com a estação ferroviária no núcleo iguaçuano, passa a receber investimentos na incorporação dos “jardins” – Jardim Primavera, Jardim Paraíso, Jardim Alvorada – e de outros conjuntos

habitacionais, exemplificado pelo Valverde I, II e III, sendo posteriormente convertidos à condição de bairros de Nova Iguaçu. Durante o levantamento de Furlanetto, Cruz e Almeida (1987), estas áreas receberam intensas investidas dos agentes imobiliários que criaram casas de dois e três quartos para atrair a classe média vinda das diferentes localidades do município do Rio de Janeiro.

Entretanto, a partir da década de 1990 o quadro começa a merecer outros ângulos de análise, principalmente após o término da construção e venda dos conjuntos. Ao passarmos pela estrada supramencionada notamos a presença dos conjuntos que foram criados, porém o problema acabou sendo cristalizado na retaguarda, já que ao entrarmos no conjunto, percebemos que não passa de um conjunto de dimensões muito acanhadas e que esconde “nos fundos” intenso processo de invasão e autoconstrução, afetando assim no valor do imóvel que passa a ser vertiginosamente desvalorizado.

Com o “discurso” de minorar tais problemas de infraestrutura urbana evidenciados em diversos bairros e otimizar da administração pública municipal, a prefeitura de Nova Iguaçu fez, por diversas vezes, alterações em sua estrutura administrativa interna. Após sucessivas mudanças em seus limites distritais, a gestão municipal iguaçuana cria no final da década de 1980 as áreas administrativas, constituídas por subprefeituras (segundo o Decreto Lei nº 3.762 de 22 de março de 1989), ficando estruturada em 13 subprefeituras, a saber: 1) Nova Iguaçu; 2) Queimados; 3) Vila de Cava; 4) Belford Roxo; 5) Mesquita; 6) Japeri; 7) Miguel Couto; 8) Lote XV; 9) Heliópolis; 10) Cabuçu; 11) Austin; 12) Comendador Soares e; 13) Engenheiro Pedreira.

O abandono e a falta de investimentos nas subprefeituras mais distantes começaram a gerar inquietações e organizações, especialmente através de alianças entre as Associações de Moradores e políticos residentes no bairro, em prol do desvencilhamento político administrativo de Nova Iguaçu (SIMÕES, 2004 e MONTEIRO, 2001), fazendo com que sucessivas reivindicações, associadas com os diversos incentivos criados na constituição de 1988, acarretassem nas emancipações de Belford Roxo, (1990), Queimados (1990) e Japeri (1991).

Após a criação dos novos municípios na década de 1990, a prefeitura de Nova Iguaçu reordena seu território, pois além de diminuir substancialmente seus limites e arrecadação, as emancipações esfacelaram a estrutura de subprefeituras – pois estas acabaram ampliando os movimentos locais, gerando alianças na estruturação e reivindicação no tocante à separação territorial de Nova Iguaçu –, voltando assim a adotar estrutura administrativa baseada em limites distritais. Assim sendo, o município iguaçuano passou a ser subdividida em seis distritos, a saber: 1º Distrito: Nova Iguaçu; 2º Distrito: Vila de Cava; 3º Distrito: Mesquita; 4º Distrito: Cabuçu; 5º Distrito: Austin; 6º Distrito: Comendador Soares.

Diante das significativas mudanças na organização espacial do município, tornando-se majoritariamente urbano, em 1997 (Lei Complementar No 06) a denominação “Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu” deixa de existir passando a ser “Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu”. Todavia, com a emancipação de Mesquita em 1999, o território iguaçuano reduz novamente seus limites. Nesse mesmo período ocorre a consolidação do Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu que, em meio às políticas urbanas, estabelece uma nova divisão administrativa com as chamadas Unidades Regionais de Governo (URGs), exaurindo as administrações setoriais e concentrando a administração nas mãos da prefeitura. Com a implantação da nova divisão que permanece até o presente momento, o território iguaçuano encontra-se subdividido em nove URGs: URG I – Centro; URG II – Posse; URG III – Comendador Soares; URG IV – Cabuçu; URG V – Km 32; URG VI – Austin; URG VII – Vila de Cava; URG VIII – Miguel Couto e; URG IX – Tinguá.

Considerações Finais

Compreender as transformações no cerne da organização espacial da Baixada Fluminense se impõe como um importante campo de debates e reflexões em torno da compreensão dessa porção do território fluminense. No presente artigo buscamos contribuir apresentando considerações acerca de um momento específico marcado pela decadência da citricultura, pela política rodoviária do país (através da criação do Fundo Rodoviário Nacional) e também pela febre loteadora. Assim sendo, as antigas chácaras deram passagem para a venda de terrenos, casas e à criação de conjuntos residenciais. Sendo assim, as indústrias começaram a se espriar pelas margens da rodovia Presidente Dutra, além da incorporação de Nova Iguaçu à metrópole carioca, na qual significativas parcelas de seus moradores se deslocam diariamente para seus locais de trabalho.

Neste sentido, cumpre mencionar que a transição entre a cidade dos laranjais para cidade dos loteamentos acarretou sucessivas alterações tanto na sua organização espacial quanto administrativa, pois juntamente com os loteamentos e conjuntos habitacionais eclodiram diversas emancipações. Alterações estas que contribuíram para que até o final da década de 1990 ocorressem diversas mudanças em sua organização espacial e administrativa com o intuito de conter tais manifestações.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.
- BERQUE, Augustin. **“Paisagem marca e paisagem matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural”**. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa (organizadores). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.84 91.
- FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jana Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **“Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro”**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, abril/junho de 1987, no49, vol.2, pp.27 56.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **“Loteamento na Baixada da Guanabara”**. In: Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro - número 05. Rio de Janeiro: IBGE,, 1952. pp.95 104.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.
- MENDES, Renato da Silveira. **“Cultura e comércio da laranja, na região da guanabara”**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, março de 1949, no 01, pp.31 39.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2001.
- MOREIRA, Ruy. **“As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades”**. Geographia, UFF, janeiro/junho de 2001, Ano III, no5, pp.19-41.
- _____. **Espaço, corpo do tempo (a construção geográfica das sociedades)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1993
- PACHECO, Susana Mara Miranda. **Produção e Reprodução de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1984.
- PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/ SEEC RJ, 1977.
- _____. **Nova Iguaçu para o curso normal**. Nova Iguaçu: IHGNI, 1969.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. **“Considerações sobre o espaço fluminense: estruturas e transformações”**.

In: Gláucio José Marafon; Marta Foepel Ribeiro (organizadores). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. pp.13 26.

SEGADAS SOARES, Maria Teresina. **“Nova Iguaçu – absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro”**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, abril/junho de 1962, no24, vol.2, pp.155 256.

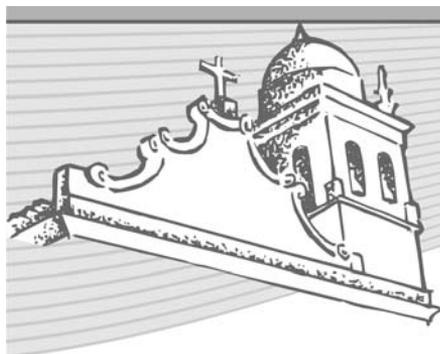
SILVA, Jorge Kleber Teixeira. **Homogeneidade x heterogeneidade sócio espacial em Nova Iguaçu**. Monografia de Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1995.

SILVA, Emanuel José da. **Baixada Fluminense: da agricultura canavieira a incorporação como área periférica à metrópole do Rio de Janeiro**. Monografia de Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UERJ/IGEO, 1993.

SIMÕES, Manuel Ricardo. **“Processo de produção do espaço da Baixada – décadas de 1930/1970”**. In: Gênesis Torres (organizador). **Baixada Fluminense: a construção de uma história (sociedade, economia, política)**. São João de Meriti/RJ: IPAHB, 2004. pp.148 155.

SOUZA, Sonali Maria de. **“A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período de 1950 1970**. In: Gênesis Torres (organizador). **Baixada Fluminense: a construção de uma história (sociedade, economia, política)**. São João de Meriti/RJ: IPAHB, 2004. pp.138 147.

_____. **Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPAS MN, 1992.



MISTÉRIO DAS MOEDAS DE OURO EM DUQUE DE CAXIAS

Guilherme Peres¹

Naquela manhã do dia 7 de setembro de 1972, Pedro Teixeira Morais e Isaías Justino Host, dois trabalhadores rurais moradores em Duque de Caxias, no bairro de Parque Capivari, distrito de Xerém, estavam cavando buracos e enterrando estacas para formação de uma cerca, a serviço de um vizinho que arrendara uma área próxima para seu gado pastar.

Em dado momento as cavadeiras de ambos bateram em algo que se quebrou. Cacos de cerâmica, tirados do fundo da cova, misturaram-se com a terra arenosa. Surpresos, os dois amigos viram brilhar em suas mãos dezenas de moedas de ouro.

Atentamente contaram seu número e verificaram exatamente 116 peças, recolheram e foram para casa. O que seria aquilo? De onde vieram? Quem enterrou? Seria ouro mesmo? As dúvidas sucediam-se e resolveram repartir o achado.

Pedro guardou a sua parte em uma jarra e ficou calado, mas Isaías distribuiu, de sua metade, algumas moedas para os amigos e, a história começou a circular. O dono do gado que arrendou o terreno dirigiu-se ao local começando a cavar, e dentro em pouco uma multidão munida de pás e enxadas invadiram a área, fazendo a história chegar aos ouvidos do delegado da cidade Moacir Bellot, que interrogou os descobridores e recolheu todas as moedas.

Eram realmente 116 moedas do mais puro ouro cunhadas em Portugal e no Brasil entre 1699 e 1836. Naquela época, sem contar os valores históricos, o valor do metal foi avaliado em 63 mil dólares.

PROCESSO JUDICIAL

Acauteladas pela Justiça no Banco Banerj, as moedas percorreram um longo caminho de disputas judiciais. Durante 19 anos, a Fundação Cristo Redentor reivindicou seus direitos por ser proprietária do terreno em que os dois trabalhadores erguiam a cerca. Outro personagem que reclamou seu direito foi o arrendatário do terreno, mas foi descartado.

O Banco do Brasil, Museu Nacional e o Instituto Histórico Nacional mostraram-se interessados em adquirirem as moedas, mas, por falta de verba, foram oferecidos títulos do Tesouro Nacional, sendo recusados.

O jornal "O Dia", publicou uma reportagem na época, registrando que o apresentador de televisão Flávio Cavalcante quase se viu envolvido por um processo judicial, quando em seu programa insinuou o desaparecimento das moedas durante a gestão do delegado Moacir Bellot. Este, convocando a Imprensa, autorizou as filmagens e fotografias do tesouro intacto, para provar sua lisura.

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB). Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC.

PARTILHA

Finalmente depois de 17 anos de espera, em julho 1989 o juiz Dr. Sergio Seata, da 2ª. Vara Criminal de Duque de Caxias concedeu a partilha, assinando os alvarás e autorizando a Fundação Cristo Redentor a retirar 58 moedas e Pedro e Isaías, 29 moedas cada um.

Os trâmites burocráticos, entretanto acrescentaram mais dois anos para que a sentença fosse cumprida. Finalmente em novembro de 1991, as moedas chegaram aos seus respectivos donos.

Hoje não se tem notícia dos dois trabalhadores que as encontraram, mas, a Legião Brasileira de Assistência, que na época estava subordinada à Fundação Cristo Redentor, não sabia o que faria com as moedas e estas, por ordem da presidente da LBA, Rosane Color, foram para a instituição, em Brasília. De acordo com reportagem do jornal "O Dia", de 17/11/1991, a atitude foi uma "decepção de Paulo Colagrossi", presidente da entidade no Rio de Janeiro. Colagrossi, havia planejado usar o dinheiro para melhorias na Cidade dos Meninos, entidade filantrópica destinada a crianças carentes, em Duque de Caxias.

UM POUCO DE HISTÓRIA DA REGIÃO

Ponto de referência para a partida e chegada através do "Caminho Novo das Minas" aberto por Garcia Pais em 1704, Pilar conheceu momentos de opulência econômica com a ampliação de seu porto, recebendo e despachando embarcações que escoavam produtos agrícolas e riquezas minerais (ouro e pedras preciosas), merecendo cuidados especiais em seu controle, tendo a Corte mandado construir ali, um "registro" para fiscalização dos "quintos".

No início de sua ocupação, com a distribuição de sesmarias no vale do Iguaçú, Gaspar Sardinha, a partir de 1571 implantou naquela região de terras férteis e fácil transporte fluvial, a cultura de cereais, mandioca e cana de açúcar cujos primeiros engenhos começaram a fumejar.

Domingos Nunes Sardinha seu descendente, e sua mulher Maria da Cunha, "foram doadores de 500 braças em quadra" para construção de uma ermida sob invocação de N. Sra. das Neves na fazenda do Cangulo em 1612, transferida em 1696 para uma nova capela de taipa, sob a denominação de N. Sra. do Pilar às margens do rio Morabahy (antiga denominação do rio Pilar).

Logo após a benção, em 3 de maio de 1697, verificaram-se as primeiras ruínas. Diz monsenhor Pizarro:

*"Cuidaram então os fiéis de erguer nova igreja com paredes de pedra e cal e concorreram para a obra com esmolas. Estava assente em terreno pouco acima da guarda do Pilar, e media então 814 palmos da porta principal até o arco da capela-mor. Esta se estendia por 50 palmos de comprimento sobre 34 de largura acomodando nesse espaço o sacrário, onde é perpetuamente adorado o Santíssimo Sacramento"*²

Os engenhos de cana de açúcar e aguardente dominavam a região. Liderado pelo capitão Luciano Gomes Ribeiro, "que todos os anos faz 40 caixas de açúcar, entre branco e mascavo, e 17 pipas de aguardente, ocupando 74 escravos". Seguiam-se mais três engenhos: o de Matheus Chaves e dos capitães Pedro Gomes de Assunção e João Carvalho de Barros, produzindo aguardente e "16.274 alqueires de farinha".

De acordo com Mattoso Maia Forte, em 1789, "o povoado do Pilar contava com 3.895 habitantes sendo 2727 livres e 1168 escravos, apresentando assim, maior densidade demográfica em relação aos demais distritos constituídos por Piedade de Iguassú, Jacutinga, Marapicu e Meriti"³. Segundo também o mestre de campo Fernando Dias Pais Leme, no final do século XVIII, "a Freguesia de N Sra. do Pilar contava com 283 fogos"(casas).

² PIZARRO ARAUJO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

³ MAIA FORTE, José Mattoso. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1933.

“ITINERÁRIO DO RIO DE JANEIRO ÀS MINAS DE OURO”

Esse raríssimo impresso do século XVIII, de autoria de Francisco Tavares de Brito, editado em Sevilha, no ano de 1732, sendo até hoje desconhecida a existência de algum exemplar encontrado no Brasil, revela dados interessantes sobre a região do Pilar.

Segundo o mestre Capistrano de Abreu, só se conhecem três exemplares em todo o mundo, um dos quais na Biblioteca Nacional de Lisboa, estabelecendo um quadro das vias de comunicação interior dos tempos coloniais.

Esse “Itinerário” impresso em Sevilha, na oficina de Antonio da Sylva em 1732, “Com todas as licenças necessárias”, é uma “verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as minas de ouro.”

“Parte-se da Cidade do Rio de Janeiro em lancha, e se entra pelo Agoasú, e em uma maré se chega ao sítio do Pilar, e daqui pelo rio acima se vai ao Couto. Aqui se monta a cavalo e se segue jornada a Taquarusú ao pé da Boa Vista. Sobe-se a serra com bastante trabalho. Do mais eminente da estrada se vê o mar, os rios e a planície de terra.”⁴

Essa descrição confirma os registros do padre João Antonil, publicados em 1711: “e quem vai em embarcação ligeira, em um dia se vai no porto de N. Sra. do Pilar e em outro em canoa subindo o rio de Morobahí, ou indo por terra, chega pelo meio dia ao referido sítio de Manoel do Couto.”⁵

Segundo o Dicionário Geográfico do Brasil de Alfredo Moreira Pinto, Couto é também a denominação de um rio que nasce nessa serra, e serve de afluente ao rio Pilar, o qual recebia as nascentes do rio Tinguá, Itapocu, Paraíso e João Pinto, antes dos trabalhos de captação das águas dessa bacia hidrográfica, em 1893, para abastecerem o Rio de Janeiro. Parece um engano do dicionarista, pois vários autores se referem ao rio do Couto como uma das denominações do rio Pilar.

Uma das causas da decadência desse caminho, ainda na primeira metade do século XVIII, foi o transbordo dos passageiros e mercadorias para o rio Pilar ou Morobahí, seguindo em direção à serra ou na volta embarcando em canoas, que demandam menos água por que daí (porto do Pilar) para cima o rio é baixo.

Prosseguindo, Antonil refere-se a cachoeira ao pé da serra, provavelmente a nascente do rio Pilar, “onde se pousa em ranchos e daqui se sobe, que são duas boas léguas, e se descendo o cume, se arrancha nos pousos, que chamam Frios. No dito cume faz um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão, e em dia claro é sítio bem formoso, e se descobre dele o Rio de Janeiro e inteiramente todo o seu recôncavo.”⁶

FAMÍLIAS ABASTADAS

JOÃO CHEREM

Segundo o genealogista Carlos G. Rheigantz, citado pelo Prof. Ubiratan Cruz, João chere ou Charing, teria nascido em Londres, por volta do ano de 1660, filho de Albert Cherem e de Margaret Cherem e, falecido no Rio de Janeiro, antes de 1732. Casou-se com Bárbara de Sá Souto Maior, em 5 de maio de 1688, na capela de N. Sra. da Penha de França, Freguesia de Irajá.

⁴ BRITO, Francisco Tavares de. Itinerário Geográfico. In: Revista do IHGB, volume 230. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

⁵ ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

⁶ Idem.

Aqui chegou, provavelmente entre os anos de 1686 e 1687, um período proibido à permanência de estrangeiros no Brasil, motivo pelo qual mudou seu nome de John Lachere para João Cherem, tratando de casar-se em seguida. Viveu no Pilar entre o final do século XVII e começo do século XVIII.

João Cherem e Bárbara de Sá Souto Maior deram início à família de Sá Cherem ou Cherem, com grande geração. Tiveram exatamente 14 filhos, sendo grande o número de descendentes que existem atualmente. Inúmeras são as relações de parentesco ligadas à casamentos com essa família citadas pelo Prof. Ubiratan: Tourinho, Teles Barreto de Menezes, Rangel, Cherem, Corvinel, Thon, Sardinha e outras famílias ⁷.

REQUERIMENTO DE JOÃO CHEREM

“Dom João, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém Mar em África, Senhor da Guiné etc.etc. (...) sobre o requerimento de João Cherem em que me pedia lhe confirmasse o privilégio que lhe concedera o Governador Ayres de Saldanha Albuquerque, para ter no Rio do Pilar, duas canoas com quatro escravos para os transportes dos oficiais, soldados e materiais que fossem convenientes passarem ao Meu Serviço sem interesse ou pagas (...) conceder-se ao suplicante tal privilégio”.

Explica o sitiante que da cidade até a entrada do rio Iguaçu os transportes corriam no mar com barcas e saveiros, sendo navegáveis até a freguesia do Pilar. Daí para cima o rio era baixo e não permitia as ditas embarcações, usavam então canoas porque demandavam menos água e que pela grande freqüência que havia de caminhantes, por ser o geral e único caminho para as Minas, tinha, não só o vigário da Freguesia e João Cherem, mas muitos moradores quantidades de canoas que alugavam.

Entendemos que Cherem havia conseguido a prioridade do Governador para o aluguel de canoas através desse rio, e esta vinha sendo desrespeitada com a atividade competitiva do pároco em seus negócios. Apelou então para sua confirmação com a assinatura Real, oferecendo em troca o transporte gratuito dos soldados que iam para a guarda do Registro do Paraibuna.

PADRE JOÃO ÁLVARES DE BARROS

Morador e proprietário de uma fazenda na região do Pilar, o reverendo João Alves de Barros, primeiro vigário colado dessa Igreja de 1698 a 1733, também administrava negócios que giravam em torno do aluguel de barcos nesse rio, beneficiado-se da grande arrecadação proporcionada pelo movimento de viajantes de passagem pelo arraial, no início do Caminho do Ouro, além de uma côngrua, paga pela Coroa para seu sustento.

Colocando em dúvida a aplicação desses recursos em sua Igreja do qual era pároco, o Santuário Mariano, publicado em 1723, afirma que “É esta vigararia muito rendosa, mas não sei se estas suas riquezas que aqui adquirem se lhe levaram em conta, ou se lhas tomando nelas o hábito de frade leigo aonde cuidou muito de servir nela o nosso Senhor” ⁸. Apesar de obter uma considerável fonte de renda, quase nada era utilizado nas reformas da Igreja ou em benefício do arraial.

⁷ RHEIGANTZ, Carlos G. In: CRUZ, Ubiratan. Famílias na Freguesia de N. Sra. Do Pilar do Morobahi. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

⁸ SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano. Lisboa, 1723.

Reconhecido por Inácia dos Reis Caminha, como pai de seu filho, Lourenço Álvares de Barros, padre João assumiu esta paternidade e graças ao bom rendimento de seus negócios, proporcionou-lhe boa educação até enviá-lo para Coimbra, onde se formou em Direito. Lourenço é um dos exemplos de filho natural, ilegítimo, a quem mais tarde seu pai preocupado em deixar todos os seus bens para ele, faz a perfilhação, reconhecendo-o como seu filho e herdeiro legítimo.

REQUERIMENTO DO VIGÁRIO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR

No mesmo ano do pedido de João Cherem, o pároco dessa Igreja João Álvares de Barros, escreveu para o Rei requerendo o privilégio de manter a navegação no rio Pilar, do qual já o fazia durante muitos anos, diz o vigário, fazendo “uma súplica a Vossa Majestade, para conservar na preferência que há muitos anos tem, em um porto chamado do Pilar, para navegação de suas canoas, em terras do seu porto em fazenda sua e com atenção de suas extraordinárias despesas que fez na abertura do mesmo rio...abrindo a sua custa por espaço de uma légua para se juntarem às águas (...) sendo até ali brenhas e habitação só de feras.”

Reclamava que o Governador lhe havia tirado sua preferência para dar “a um João Cherem, com o pretexto desse se obrigar a conduzir os petrechos de guerra, soldados e mais cousas pertencentes ao Serviço Real, quando o suplicante sem fazer obrigação alguma, até ali sempre foi o primeiro e único que teve sempre as mesmas canoas prontas para o serviço de Vossa Majestade, sem dispêndio.

Em seu requerimento, Padre Álvares pede a Corte que se tirasse a procedência ao dito João Cherem por não cumprir com sua obrigação, oferecendo-se o suplicante, a mandar conduzir o que for pertencente ao Serviço de Vossa Majestade como até agora o fez, seja conservado na precedência de suas canoas, e que nenhum outro o perturbe na sua posse.

O Rei, através dos seus conselheiros, negou tal propósito, não só anulando o privilégio que deu o Governador do Rio de Janeiro a João Cherem, mas decretando que a dita passagem há de ser livre para todas as embarcações e canoas que nela houverem de navegar.

PILAR

BERÇO DOS WERNECK

Originários da Europa, mais precisamente do Sul da Alemanha, a família Werneck espalhou-se por aquele continente, onde vamos encontrá-la no ano de 1660, em Portugal, e surgir no Brasil provavelmente no último quartel do século XVII.

Estabelecido no Rio de Janeiro, um certo Gaspar Werneck e, posteriormente, no recôncavo da Guanabara, João Werneck, possivelmente filho ou neto de Gaspar. Segundo Eduardo Silva, em “Barões e Escravidão”, é bem provável que João e sua família estivesse entre os numerosos fugitivos que deixaram o Rio de Janeiro após sua invasão pelas forças francesas, comandadas por René Duguay-Trouin” em 1711.

No dia 21 de setembro, por volta das vinte e duas horas, se largou miseravelmente a Cidade e se fez a mais porca fugida que se pode considerar. O Governador, com a maior parte da gente paga foi parar no Engenho dos Padres, numa noite de terrível temporal em que ressoavam relâmpagos e trovões, acompanhados de tiros de canhão dos navios ancorados na baía. E toda a mais gente, se foi metendo por esses caminhos e matos, continua um relato de Manoel Velho, citado por monsenhor Pizarro:

“Onde se houvera de individuar os desarranjos, fome, mortes de crianças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de miséria, fora um nunca acabar. Mulher houve que se achou morta abraçada com uma criança de peito, e outra assentada junto dela, a qual perguntando-se que fazia ali, respondeu, estava esperando que sua mãe e irmã acordassem Caminhando pelo Caminho das Minas, foram se refugiar no Convento São Bento do Iguassú, próximo a Igreja de N. Sra. do Pilar, hoje na Baixada Fluminense. Ele

foi de derrota batida parar no Aguaçu; uns dizem que a ter mão na gente; e outros que ia para Minas, e que o bispo o fizera voltar para o Engenho dos Padres”⁹.

Descendo a serra, esperançosos na suspensão do pagamento do resgate, ao qual o governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro havia concordado, cerca de seis mil homens comandados pelo governador das minas Antônio de Albuquerque, estavam dispostos a iniciarem o combate para o qual vinham preparados. Passando pelo arraial do Pilar, que ainda era um pequeno aglomerado de casas de estuque aninhados em torno do porto e próximo a construção de uma nova Igreja dedicada a N. Sra. do Pilar “de pedra e cal erguida pelos fies”, o general com sua tropa, dirigiu-se à sede da fazenda de São Bento dos padres Beneditinos para se aquartelar.

Mesmo sem haver comprovação ter sido esta a causa do deslocamento da família Werneck, sabe-se com certeza que João Werneck e a esposa Isabel de Souza passaram a morar em Pilar do Iguaçu já em companhia de dois filhos, batizados poucos antes da viagem na Igreja da Candelária: Ignácio, nascido em 1709 e Francisco, nascido em 1711. Os quatro filhos restantes receberam o batismo na Igreja do Pilar, a saber: Lourenço (1712), Ângela (1714), Antônia (1716) e o caçula Plácido (1718).

Provavelmente abrigados na fazenda de Santa Rita da Posse, segundo o prof. Ubiratan Cruz “pertencente ao Capitão-Mor Francisco Gomes Ribeiro (o velho)”, cujo sobrinho batizou Antônia “como consta o assento no 2º. Livro de Batismo de Livres, quinto assento da folha 3 da Freguesia do Pilar do Morobahi”, João Werneck estabeleceu-se com esposa e filhos na região da Serra do Couto, estratégica localização pela passagem do Caminho Novo em direção às minas, cuidando do cultivo da terra e criação de animais, empregando ali um “razoável número de escravos. “Seguindo o exemplo de inúmeras famílias que se deslocavam freqüentemente em busca do “Eldorado”, suas filhas Ângela e Antônia já adultas, também seguiram para o planalto mineiro ¹⁰.

É certo afirmar, segundo Sebastião Deister “que todos os Werneck do Brasil – com exceção daqueles nascidos no ramo de Leopoldina, mais no interior de Minas, por certo derivados dos filhos de Ângela – são descendentes diretos de Antônia da Ribeira ou Ribeiro (do Pilar) Werneck” ¹¹.

HIPÓTESES

Durante o todo o século XVIII, essa região assistiu a passagem do ouro das Minas Gerais, com postos de fiscalização. Primeiro no porto do Pilar e depois no porto da Estrela, às margens do Rio Inhomirim. A aglomeração dessas famílias citadas e outras sem registro histórico, fizeram-se presentes com engenhos de cana, para fabricação de açúcar, aguardente, farinha e cereais.

Provavelmente durante a escassez de alimentos que aconteceu no planalto mineiro, durante o início da mineração, esses agricultores da Freguesia do Pilar, amealharam fortunas que foram transformadas em moedas de ouro, pois em nenhum outro território, pelo menos até agora, não foram registrados casos semelhantes à descoberta de moedas em tão grande quantidade.

SÉCULO XIX

Pertencente a Vila de Iguaçu, com o Ato de sua criação em 1833, passou-se para Vila da Estrela em 1846. Com a extinção desta, volta ao termo de Iguaçu em 1892, junto com a freguesia de N Sra. da Piedade de Inhomirim.

⁹ PIZARRO ARAUJO, 1945.

¹⁰ CRUZ, 2005.

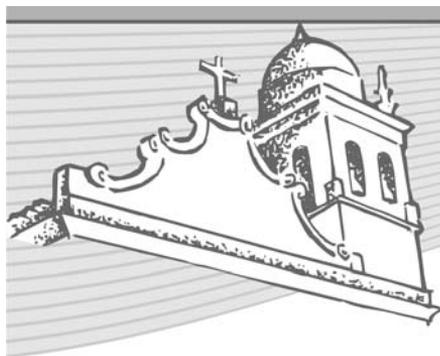
¹¹ DEISTER, Sebastião. Em Busca do Ontem Perdido. Volume III. Rio de Janeiro: Dedalus.

Outrora morada de José Pedro da Motta Saião, barão com grandeza do Pilar, era oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Imperial Ordem de Cristo, grande dignitário da Imperial Ordem da Rosa e comendador da Real Ordem de Cristo de Portugal. Filiado a Irmandade da Igreja e opulento proprietário de portos, barcos, escravos e fazendas, deixou para o esquecimento os últimos vestígios de uma época faustosa, onde o alarido constante dos tropeiros anunciava a nobiliarquia que se formara, saboreando a riqueza do café.

Com o desmatamento, o assoreamento dos rios fez-se presente, formando pantanais causadores de febres palustres que ceifaram centenas de vítimas a partir de 1855. No cemitério da velha matriz onde se faziam os sepultamentos, foi naquele ano interditado, proibindo-se a abertura de novas catacumbas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- BRITO, Francisco Tavares de. **Itinerário Geográfico**. In: Revista do IHGB, volume 230. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido. Volume III**. Rio de Janeiro: Dedalus.
- MAIA FORTE, José Mattoso. **Memória da Fundação de Iguassú**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1933.
- MARTINS FILHO, Enéas. **O Santuário Mariano**. Revista do IHGB, Volume 2269. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1966.
- MARTINS FILHO, Enéas. **Os Três Caminhos para Minas Gerais**. Revista do IHGB,. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965.
- PIZARRO ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- RHEIGANTZ, Carlos G. In: CRUZ, Ubiratan. **Famílias na Freguesia de N. Sra. Do Pilar do Morobahi**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de. **Santuário Mariano**. Lisboa, 1723.
- Jornal "O Dia". Suplemento do "Grande Rio", 17/11/1991.



F LAMBOIÃS E MATE COM ANGU

Newton de Almeida Menezes¹

*A omissão é um pecado maior:
Justifica quem, na ilusão dos
fatos, mistifica a História.
(Delmid Meneto)*

Caxias era como a menina de quem se falava mal, mas agradava ao nosso poeta – Solano Trindade – pelo laço de fita que trazia no cabelo (numa crônica para o jornal grupo). Durante um bom tempo, mesmo depois de sua emancipação (31/12/1943!) a cidade se mantinha simples. Horizontalmente graciosa, mostrava suas pequenas colinas verdejantes, o casario e seus sobrados. Os prédios jamais iam além de três andares. Na Nunes Alves (década de 40) o Edifício Melo foi o primeiro. E o acesso se fazia sempre por escadas.

O prefeito – Francisco Corrêa (1955/59), numa outrora fábrica de macarrão, para comandar o município, chegava muitas vezes a pé. Um seu assistente, o jovem Atilano, por suas inopinadas ações deu muito o que falar. Entretanto um feito de sua administração: o viaduto da Paulo Lins. A primeira ligação entre um lado e outro da cidade dividida pela linha férrea. Uma rampa de terraplenagem da qual impropérios foram ditos, mas que – tecnicamente modificada – até hoje funciona como eixo fundamental do fluxo rodoviário. Embora atualmente nem de leve se possa pensar, o mata-burro continuou e, na extremidade da estação, sobre os trilhos da ferrovia, a travessia da Plínio Casado com a sua única e famigerada cancela. Um pouco distante, a do Centenário e a do Cemitério (no chamado Corte Oito, que deveria ser Sete). Ao longo de toda a linha, outras mais. Sempre com o sacrifício de veículos e de vidas desatentos com o inexorável trem que passava.

Do alto do Edifício Rei – com o mesmo nome, um espólio da primeira indústria de chuveiros e fogões em São Bento – se avistavam a Refinaria Duque de Caxias e o Aeroporto do Galeão, a Penha e o Corcovado. Em frente se percebia o movimento na mansão do advogado Oswaldo Raimundo. O pintor Gleiby de Almeida Teixeira – então menino e intempestivamente tragado pela intolerância – brincava com Maria Leticia, minha filha. E Nelson Caetano, mais tarde juiz em Angra dos Reis, me visitava.

Por Vigário Geral, a cidade se abria em frondosos flamboaiãs. Depois da ponte em arco (ainda existente) ladeavam a antiga Rio – Petrópolis e, até ao Pilar, se prolongavam alternadamente por toda a via de mão dupla. Principalmente no final de ano, a recepção se fazia em festa de vermelho vivo – um brinde para os olhos e o sentimento de um jovem bissexto:

¹ Fez curso de “Ciências Políticas” no exterior (URSS). Formou-se em Pedagogia (UERJ). Ativista político e sindical. Um dos fundadores de “Grupo” e “Tópico”. Secretário geral do SIMPRO-NI (1980). Cassado em 1964 é hoje anistiado político (Ministério do Planejamento). Poeta bissexto. Co-autor com Rogério Torres de “Sonegação, fome e saque” e do posfácio em “A Fábrica de Tecidos do Corte Oito”, de Stélio Lacerda.

Flamboaiã...
 Flamboaiã...
 Flamboaiã
 é mais que árvore:
 Flamboaiã
 é árvore-flor.

Infelizmente o paisagismo de hoje não preservou e sequer deu continuidade àquele brilho. Agora palmeiras imperiais dividem a Presidente Kennedy, ícone de ostentação e poder muito ao gosto dos fazendeiros do passado, aonde nem passarinho faz ninho

Sendo quase uma zona rural do Rio de Janeiro, Caxias era chamada de ‘cidade dormitório’, muito embora em seu espaço já se configurasse a ‘área metropolitana’ que mais tarde seria nominada. Na ignorância do fenômeno o epíteto se difundia ². O amigo Laís Costa Velho e os irmãos MM Roberto, autores do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) do município de Duque de Caxias, do termo também faziam uso. Contudo importa aqui é a consideração do PDI, um inédito e único plano até hoje existente. Por iniciativa de Ruyter Poubel – vice-prefeito e simultaneamente chefe de gabinete –, surge no período eleitoral de Moacyr Rodrigues do Carmo - 1967/71. E somente – quando o município era “área de segurança nacional” – parcialmente executado em 1975/79 com o segundo prefeito nomeado, coronel Renato Moreira da Fonseca (o que foi uma surpresa). No primeiro distrito, a instalação racional de vias asfaltadas interligando os bairros – algumas inexistiam, outras eram precárias – e a construção do (grande) viaduto Eduardo Gomes, unindo o Centenário à Itatiaia e seus entornos. E as estradas vicinais do quarto distrito que ensaiadas tornaram Capivari, Xerém e cercanias com uma melhor comunicação.

Antes, todo o Estado do Rio era domínio de Amaral Peixoto, o seu quintal. Para enfrentá-lo só a necessidade de ousadas e de intemperados gestos. Daí o surgimento de Tenório Cavalcanti, seu mito e carisma. Quase sempre provocado, naquele momento ele correspondia ao sentimento da migração nordestina que povoava a cidade. Era o patrimonialismo substitutivo. Assim a notória exploração jornalística. A imprensa a vulgarizar crimes e lutas políticas, criar fatos e sensações ao gosto do poder. Até hoje uma toponímia evidencia a influência do amaralismo e seguidores. Figuras à margem da sociedade têm até nome de rua. Em nenhum logradouro, porém, o nome de Tenório Cavalcanti – se considerado a sua representatividade parlamentar e ação política. Exceção na Vila São José, permissão de afronta garantida pelo governo federal (ministro Mário Pinotti). Ao explodir a ditadura militar de 64, lideranças políticas, sindicais e estudantis aí e também em sua “fortaleza” da Rio – Petrópolis (atual Presidente Kennedy) se sentiram bem protegidas, como foi o caso do então presidente da UNE, o jovem estudante José Serra; levado por Marcelo Cerqueira, seu vice.

Aos poucos a cidade foi se estendendo e chegada ao novo. Não se ouvia com mais frequência um distraído assobiador, nem quem pela rua cantarolasse uma canção. Ambulantes deixaram de apregoar em versos os seus produtos. Na Presidente Vargas (1952), graças a José Giupponi, surge um excepcional edifício – o Alpi – com cinco andares, cobertura e elevador (D. Maria, com 95 anos, esposa de Francisco Giupponi, até hoje lá reside). E o Mercado Municipal, com rampa de acesso e frente aberta e gradeada, modernidade e simplicidade ainda atual.

² Um grande centro cria em seu entorno um processo de dependência e influência. Sua expansão acaba por invadir as localidades limítrofes, estender-se além de si. Sua necessidade de infraestrutura e sobrevivência (vias, água, transporte, etc.) gera uma interdependência. Os limites só existem na representação política, passam a depender um do outro e a exigir mútua relação municipal. A chamada “cidade dormitório” não identifica e sequer aprofunda o fenômeno.

Até a década de 1950 o município mal oferecia o ensino fundamental, prevalecia mais o antigo primário – os primeiros quatro anos. Para o chamado ginásio – a complementação restante, a zona da Leopoldina, no Rio, era o local de quem pretendesse uma melhor opção. Contudo para sobreviver, a obrigação de um trabalho no centro do Rio de Janeiro e lá, à noite, a escola. Na velha ACM – a Associação Cristã de Moços da Araújo de Porto Alegre, o conhecimento com Mauricio Azedo. E o segundo grau – o “clássico” no ex- Colégio Frederico Ribeiro em um sobrado da rua do Ouvidor que ainda tem embaixo a Confeitaria Manon. A extensão do coleguismo e o convite para o ingresso na UJC (União da Juventude Comunista). A militância na AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundários) situada a rua da Carioca em frente ao Bar Luiz. Participação em seu jornal – A Farpa, fundado por Azedo, e a tarefa de ajuda e solidariedade ao Teatro Popular Brasileiro de Solano Trindade. Minha amizade mais íntima que partidária com o poeta. O habitual retorno à nossa cidade de Caxias. De vez em quando um bate-papo – só agora reconhecido o que os gregos, na antiguidade, faziam muito – regado, num bar da praça do Pacificador, com algumas doses de Catuaba. E necessário era viver aqui movimento que no Rio participava. O respeito e a indicação de Solano para procurar o humanista Barboza Leite na Nilo Peçanha. Assim, após um desencontro, o restabelecimento do contato em sua casa no 25 de Agosto. E daí tudo mais ocorrido.

Mas foi na Escola Regional de Meriti (originalmente grafada com “y”), de Armanda Álvaro Alberto, por sua merenda escolar chamada de ‘mate com angu’³, aonde foi fundado (1956) o Grêmio Monteiro Lobato (GML). Na verdade a primeira expressão de movimentos que surgiram depois. A própria “Escolhinha de Arte” de Barboza Leite foi uma consequência sua. Na “escolhinha”, é bom lembrar a colaboração do velho entalhador José Montes, pelo seu talento, figura hoje pouco reconhecida. Dos feitos do GML, além de alguns debates e nossas tertúlias, duas palestras merecem relevo. Uma com o emérito folclorista Edson Carneiro no Clube dos Quinhentos (Custódio de Aquino era seu diretor-secretário). A outra no salão de um sobrado existente na Plínio Casado (hoje um super mercado) com Süssekind de Mendonça, esposo de dona Armanda e destacado professor da Escola Normal Carmela Dutra. Na *Escola Mate com Angu*, afora a sua responsabilidade de direção e comando de classe, Ely José Donato foi um forte esteio. Ainda na memória o inglês que dominava junto com o pianista e professor Mário Alves – talentos negros retintos de um município em tempo extremamente discriminador. Anos depois, Ely foi professora do IBEU (Instituto Brasil - Estados Unidos).

Naquele sobrado da palestra – pertencente a família Romeiro – se instalou a mocidade Futebol Clube, uma das primeiras agremiações do município. E uma ramificação do TPB – Teatro Popular Brasileiro, o Teatro Folclórico Fluminense de Margarida Trindade (esposa de Solano), no qual fui secretário. Um detalhe pouco sabido: Margarida, terapeuta ocupacional, por trinta anos foi servidora do Ministério da Saúde (1954/84) trabalhando com os pacientes da doutora Nise da Silveira – uma inovadora no tratamento psiquiátrico que pelo seu método, entre outros, revelou artistas como Antônio Bispo do Rosário. Nise contou ainda com a contribuição de famosos; Dona Ivone Lara e o teatrólogo Fauzi Arap são exemplos. Posterior ao TFF, no mesmo local foi também a primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica de Borracha Sintética da Petrobras (Petroflex). Ao lado do prédio funcionava o *Bar UPC* cujo nome era uma homenagem ao primeiro movimento político e cultural da cidade enquanto Distrito, – a União Popular Caxiense. Desse, por algum tempo após a emancipação municipal, um único remanescente resistia: o *Cine UPC*. Num sobrado da praça da Emancipação (hoje casa de moda), em uma pequena sala, eram exibidos em 16mm só filmes de arte (vide Foto Poética, Rogério/ Barboza).

³ De início uma brincadeira depreciativa. Depois conquistou a todos com afeto, sendo o próprio nome dela. Foi assim o apelido pela merenda semelhante que nos anos de 1920, pioneiramente, uma das primeiras escolas rurais do país – a Escola Regional de Meriti distribuía a seus alunos no 4º Distrito de Iguassu, hoje Duque de Caxias. O prédio é do então jovem arquiteto Lucio Costa (o mesmo criador de Brasília) e a sua área doada por Bernardino Jorge, pai de Dona Ondina, esposa do Dr. Romeiro Junior. O médico e ex- vereador Luiz Carlos Jorge Romeiro é filho do casal.

Em primeiro de maio de 1957 foi lançado o “Grupo – Arte e Cultura”⁴, praticamente com os mesmos integrantes do Grêmio Monteiro Lobato. Pela experiência de Francisco Barboza Leite e sua orientação, Newton de Almeida Menezes, Plínio Armando Baptista e Waldair José da Costa, como fundadores, participaram de sua direção. Guilherme Peres, Josias Jacintho Muniz, Alberto Marques Dias, Custódio de Aquino e Ione Lopes, os seus principais colaboradores. Como ato primeiro, além do jornal, uma novidade para aquele tempo, uma barraca de livros na Praça do Pacificador com obras das editoras Civilização Brasileira, Agir e Zahar, principalmente. Depois, veio a ‘Primeira Exposição de Artes Plásticas do Município’. Foi numa loja do recém-inaugurado Edifício 25 de Agosto, na avenida Plínio Casado, hoje desativado e em disputa judicial. Dela participaram Bruno Giorgi (com o busto de Solano Trindade, o mesmo autor de “Juventude”, no edifício do antigo MEC, Rio, e de “Candangos”, em Brasília), Benjamim Silva, Quaglia, Inimá, Hans Steiner (gravador de renome internacional, residente no Corte Oito), Iberê Camargo, Raimundo Nonato, quadros e desenhos de outros, inclusive de Guilherme Peres, o nosso *Xiló* (por suas xilogravuras), e de Barboza Leite cuja integração na ABD – Associação Brasileira de Desenho e sua vivência artística possibilitou a seleção e o nível dos expositores. Por intermédio do advogado Raimundo Milagres, o prefeito Francisco Corrêa, seu sogro, nos cedeu o transporte, – desde que a gasolina fosse paga. A carpintaria do senhor Francisco Giupponi nos forneceu os cavaletes e o empréstimo das folhas de compensados (por acordo, não poderíamos danificá-las com pregos). Tudo, zelosamente, despachado pelo funcionário Jorge Fortunato (mais tarde destaque na Educação e na Justiça). Mário Videira (Braseiro dos Tecidos) e Aloísio Garcia de Campos (Papeleria Itatiaia) colaboraram no adorno do ambiente. Foram cerca de três mil os visitantes, um feito extraordinário para aquele tempo. Mas o jornal não passou de quatro edições impressas na gráfica do jornal ‘Folha da Cidade’ (Rua Vileta, atual Cardoso Bessa).

Nessa primeira fase, por iniciativa de Plínio Armando Baptista, o nosso maestro, houve ainda um programa de música erudita na Difusora Duque de Caxias comandada por F. Castrinho. Ou simplesmente Castrinho como ele gostava de ser nominado, raro com o “F” que ocultava o “Fernando”. O programa do trio de “meninos metidos a bestas” ia ao ar às sextas-feiras à noite (21 horas ou pouco mais) já com a audiência diminuída. Em alguns momentos, dele participou Josias Jacintho Muniz. Por não corresponder ao feito da rádio, e sem patrocinadores, cedo acabou.

‘Grupo’ teve a sua segunda fase como suplemento do jornal ‘Tópico – informa esclarecendo’. Com exceção de Albino Vaz Teixeira e de colaboradores – Moacyr Alves Branco, Santos Lemos e os fotógrafos Nélio Alcides Menezes e Alberto Rollemberg –, como participantes em sua direção, Barboza Leite e a mesma trinca dos movimentos anteriores. ‘Tópico’, embora não resistisse muito, foi o primeiro jornal em cores (tricromia) da Baixada Fluminense, que fugia à mesmice de outros impressos. Reportagens sem dever ao nível dos principais jornais do Rio de Janeiro. Nele, além dos já citados, foram articulistas também Ademar Duarte Constant, Olga Teixeira de Oliveira, Silas Neves, Ivan Krillof e Guilherme Peres.

A terceira fase de ‘Grupo’ (agora sem *arte e cultura* no nome) é editada graças ao esforço maior de Waldair José da Costa, aparece em maio de 1959, justamente no segundo aniversário de seu primeiro lançamento. E durou pouco mais de um ano. Em seu número 13 – Páscoa de 1959 – há uma referência a visita de Solano Trindade a Caxias, após sua mudança (saúdosa) para Embu, São Paulo.

A idéia do Barboza Leite, com o Unitec Jornal – de publicidade, ficou mais na intenção daquilo que pretendíamos como sustentação econômica da “nossa imprensa”: um número somente. Por falta de recursos, e quase sempre pela ausência do poder público, assim falecem muitas tentativas ainda que seus méritos se justifiquem. Ontem, mais que hoje, felizmente.

⁴ Título e logomarca de Newton Menezes

Naquela época, não tínhamos esta atual e lamentável tendência: – a alteração de muitos nomes de ruas e praças, como o que vem ocorrendo principalmente com o 25 de Agosto. Afora o desrespeito à tradição e ao povo, é uma descaracterização permanente no rígido critério usado na nomenclatura dos topônimos por Correa Meyer – o nosso primeiro urbanista e criador do bairro, uma justa homenagem ao Duque de Caxias com referências às batalhas, locais e figuras de sua ação militar.

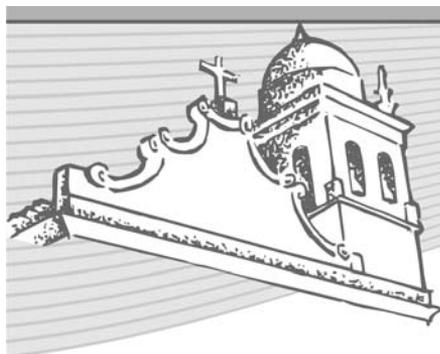


Por oportuno, porém, vale registrar uma lembrança: **“Um colégio pioneiro e a anistia”**.

Numa época de recuos e omissões, quando por força de lei o trabalhador da rede pública era impedido de sindicalizar-se, o Colégio Duque de Caxias (particular), graças a uma direção consciente e responsável, destaca-se no processo de filiação da categoria profissional. Sem dúvida, um gerador não só de lideranças como de quadros participativos nos destinos do movimento dos professores, isso desde a Associação até o Sindicato de nossos dias. Mas foi nas eleições de 1979 o marco do professorado municipal.

Por uma composição coerente, a chapa vitoriosa obteve aqui apenas um voto contra!. Tudo fruto de um crescimento associativo jamais ocorrido, da unidade e ação que se fizeram presentes nos distantes tempos da ‘mudança lenta e gradual’. Naquela oportunidade, pertencentes ao município, participaram como direção do então Sindicato de Nova Iguaçu (hoje da Baixada Fluminense) Newton Menezes e, do Colégio Duque de Caxias, Hermes Machado, Jocelan Tavares, Pietro Piacentini e Ivan da Silva Gomes, como titulares.

Meses antes, na avenida Brigadeiro Lima e Silva, 2060, sala 304, instalou-se a nossa primeira Delegacia Sindical, com a edição do ‘Boletim Caxias’. Lá também ocorreu um dos primeiros encontros pela anistia – a ‘anistia para os trabalhadores’, palavra de ordem que daqui, como um rastilho de pólvora, se estendeu por todo o país. Num amplo leque, se reuniram vários segmentos representativos do Estado e do município: a democracia se fazia urgente.



AMBULATÓRIO PAROQUIAL IRMÃ BETA¹

Luiz Felipe dos Santos Junior²

O Ambulatório Paroquial Irmã Beta foi criado pela Diocese de Petrópolis, em 1975, no bairro Vila Rosário, na Avenida General Taumaturgo em Duque de Caxias³, e se chamava Serviço Médico Social Comunitário. O Bispo nesta época era Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra⁴, o Bispo de Petrópolis desde quando foi criada a Diocese, em 19 de abril de 1946.

Nesta época, Duque de Caxias ainda não tinha sua diocese própria e a Diocese de Petrópolis abrangia a faixa da Baixada Fluminense contornando todo o norte da Baía de Guanabara. Devido às carências de políticas públicas relacionadas a saúde que se voltassem para a região da Vila Rosário e comunidades adjacentes, foi criado então pela Diocese o serviço que atendesse a essas comunidades.

Segundo pesquisa de alunas da Feuduc⁵, o Bairro Vila Rosário, por ser de baixo relevo, sofria com o problema das inundações, o que trazia uma série de doenças para a região. A maioria dos habitantes, segundo esta pesquisa, era de lavradores de origem nordestina e a formação do bairro aconteceu por volta da década de 50.

As condições de moradia eram muito precárias. Segundo relatos de moradores, a água era salobra e não provinha do fornecimento público: os moradores tinham que ir buscar água com latas no bairro vizinho Pantanal. A rede de esgoto também não existia e as ruas eram de barro, quando chovia havia muita lama. A luz e a água só iriam chegar ao bairro a partir da década de 1970.

O trabalho do Ambulatório começou com as irmãs que pertenciam à comunidade Sagrada Família pertencente ao bairro Parque Fluminense, mas as mesmas só chegaram na década de 1970 a Vila Rosário, para onde chegaram por ordenação, algumas delas eram estrangeiras, com passagem pelo interior de São Paulo, e outras brasileiras.

As irmãs que iniciaram este trabalho foram irmã Silvia Alessia, Araceli Cateline, Flória Alessia e Amélia Dell Fradi; depois, vieram a irmã Beta (que mais tarde, daria seu nome ao Ambulatório) e irmã Das Dores, todas as irmãs que trabalhavam e ainda trabalham no ambulatório pertencem à congregação das Irmãs da Divina Vontade.

¹ Este artigo foi produzido com a colaboração de Irmã Amélia Dell Fradi, Filomena Aparecida, Das Dores Aparecida dos Santos, José Zumba Clemente da Silva, Lucinea Silva dos Santos, Professora Doutora Rosana Sales da Costa e Rosângela [da administração da Paróquia São Sebastião].

² Licenciado e pós-graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Duque de Caxias FEUDUC.

³ História de Uma Nova Igreja – Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, p. 96.

⁴ Documentos da Diocese de Petrópolis, acervo do Instituto Histórico/CMDC

⁵ Monografia de Bairro - FEUDUC – Vila Rosário, Autoras: Rute do A. Lima, Elizabeth P. Rosa, Ediline M. Oliveira, Maria da G. Fernandes, Vilma M. do Nascimento Oliveira, Dezembro de 1999.

Havia, por parte das irmãs, motivação para fazer algo pela comunidade que sofria com as doenças e não tinha nem um posto de saúde na localidade. Segundo relato da Irmã Amélia, quando algum morador sentia-se mal, teria que ir até o centro de Duque de Caxias para ser atendido.

Havia também o apoio de alguns voluntários que pertenciam às comunidades paroquiais. O terreno para a construção do Ambulatório foi doado por uma voluntária alemã, religiosa consagrada, chamada Jani Schimit (no início dos anos 70), com a ajuda de algumas pessoas da comunidade para a construção.

A primeira administração foi feita pela Irmã Amélia Dell Fradi. A propriedade estava nas mesmas condições do todo bairro: área pantanosa, tendo ao redor pouquíssimas casas. No terreno, só havia uma pequena casa, depois com a ajuda da paróquia foram construídas mais duas aonde teve início o atendimento aos moradores.

O Ambulatório atendia não só pessoas da Vila Rosário, mas também dos bairros Pantanal, Sagrada Família, São Bento e algumas áreas adjacentes. Algumas das irmãs trabalhavam como enfermeiras (exemplo irmã Amélia), depois foram contratados alguns médicos, como Doutor Wagner. Nos últimos dias de 1979, a irmã Amélia saiu do ambulatório, contudo ali já se encontravam as irmãs Maria Amélia e Beta, ambas enfermeiras.

Neste período, quem mais trabalhou como enfermeira foi irmã Beta, com seu jeito muito amigável e carinhoso. Seu nome era Elizabeta Unlardom, mas ficou conhecida por todos como irmã Beta. Antes de vir para Duque de Caxias, teve uma passagem por Botucatu e Bauru.

Segundo irmã Amélia, a irmã Beta realizou muitos atendimentos no laboratório, visitava os doentes e ajudou bastante na pastoral familiar.

Em 12 de julho de 1981, foi instalada a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti e tomou posse como Bispo da Diocese, Dom Mauro Morelli. A mesma contava com 19 paróquias e 102 comunidades⁶.

Em 1983, o ambulatório foi transferido para a Paróquia São Sebastião devido à diminuição de pacientes; nesta época, o espaço físico foi utilizado como casa de formação que abrigava alguns seminaristas⁷. Neste período, a administração do ambulatório era da Irmã Marlene, que se manteve no posto até 1985. Segundo relato da enfermeira Filomena Aparecida, ela foi convidada para trabalhar no ambulatório pela irmã Marlene, onde começou como atendente. Filomena relata que, quando chegou ao ambulatório, trabalhava com um sistema de pagamento de carnê do Bradesco, onde as pessoas eram convidadas para serem sócias do ambulatório. Este sistema era feito para que as atividades do ambulatório tivessem um auxílio extra, como exames e consultas. Ali também trabalhavam dona Neusa, Valdinéia, Ruth, dona Febrina e Maria José.

O ambulatório, como muitas outras obras de assistência e promoção humana da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, são coordenadas por um organismo, fundado em 12 de julho de 1984, chamado ASPAS (Ação Social Paulo VI), que foi criado com a necessidade da grande multiplicação das obras sociais.

Na época em que o ambulatório funcionou no salão da comunidade de São Sebastião no Gramacho, foram realizadas muitas reuniões e palestras, inclusive curso da Pastoral da Criança com a Doutora Zilda Arns (que faleceu no Haiti no dia 12 de janeiro de 2010, onde estava para introduzir a Pastoral naquele país). Em 1986, o ambulatório passou a ser administrado pela irmã Das Dores Aparecida dos Santos, que veio de Iatinga, no Mato Grosso, onde já realizava o trabalho de enfermagem. Quando ela chegou ao Ambulatório, atendiam Doutor Fernando e Doutora Mara, com as especialidades de Pediatria e Ginecologia, em duas salas cedidas pela Paróquia.

⁶ Jornal Pilar – Agosto de 1996, p. 12.

⁷ História de Uma Nova Igreja – Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, p. 51.

Neste período, foi feito um convênio com o SUS para ajudar nas despesas do Ambulatório, como exemplo, o pagamento dos funcionários e exames.

A Irmã Das Dores nos relatou que, neste período, foi introduzida a Pastoral da Criança, ficando responsável pelas atividades da mesma, e sendo o Ambulatório o Centro da Pastoral, em Duque de Caxias.

Em 1989, após o VII Encontro Interclesial das CEBS⁸, que teve como tema “Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação” e foi realizado em Duque de Caxias, o Ambulatório voltou a funcionar em sua antiga sede, na Vila Rosário.

Segundo a irmã Das Dores, assim que o Ambulatório voltou para Vila Rosário, começaram os trabalhos com Medicina Natural e Farmacêutica, onde eram ministrados cursos, formando agentes de saúde comunitários. Os produtos naturais eram feitos das plantas cultivadas na horta do próprio ambulatório.

Com a Pastoral da Criança, irmã Das Dores passou a ajudar na nutrição das crianças, orientar as gestantes e as mães na formação de seus filhos.

Neste período, teve início o bazar comunitário com a finalidade de ajudar o Ambulatório e, também, eram realizadas promoções pelas comunidades paroquiais. O bazar⁹ também trabalhava com a função social, para ajudar algumas famílias. Um exemplo, uma criança que tinha câncer e o ambulatório ajudou no seu tratamento.

Na década de 1990, o Ambulatório vai ter uma parceria com a Casa de Saúde São José, do município do Rio de Janeiro. Ao final da década de 90, houve um projeto com a FIOCRUZ, a respeito da tuberculose, devido ao índice dessa doença no município.

Em relação a tuberculose, o ambulatório fez parceria com a QTROP, pois a Sociedade QTROP escolheu essa doença como *doença-alvo*, com base de critérios fundamentais através de seminários e *workshops* realizados em 1993, no município Duque de Caxias.

No final do ano de 1998, Irmã Das Dores foi transferida para Belo Horizonte. Irmã Amélia voltou provisoriamente por cinco meses, afastando-se depois por dois meses e voltando em seguida, permanecendo até o período da realização desta pesquisa.

Em 2001, Dom Mauro mobilizou comunidades e instâncias políticas para realizar mutirões contra a desnutrição infantil¹⁰. O ambulatório passou a ter atendimento preferencial para crianças das escolinhas, da Pastoral da Criança e do Mutirão contra Desnutrição Infantil¹¹.

Entre 2001 e 2002, foi interrompido o convênio com o SUS; porém, nesta década o Ambulatório passou a receber ajuda do Hospital Mario Leone e, depois, da UNIGRANRIO.

A partir de 2003, a Doutora Rosana Sales da Costa, professora da UFRJ, começou um projeto de pesquisa sobre a nutrição com as crianças do Ambulatório. Ela já teria trabalhado com o projeto da QTROP sobre tuberculose com o Professor Dr. Claudio Costa Neto; porém, sentiu a necessidade de ajudar a comunidade na área de segurança alimentar, levando alunos esporadicamente para trabalhar no Ambulatório. Em 2009, foi assinado um convênio com a UFRJ em relação a este atendimento, que também foi estendido para jovens e adultos.

⁸ Revista Pilares da História, Ano 4, número 6, p.33

⁹ O bazar no ambulatório funciona até hoje com esta função.

¹⁰ Jornal Pilar, novembro de 2001, p.3

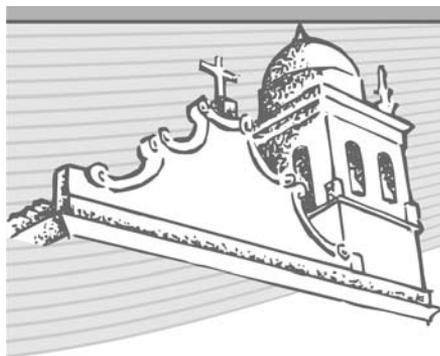
¹¹ História de Uma Nova Igreja – Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, p. 96

No ano de 2005, com a administração de José Zumba Clemente da Silva, o Ambulatório passou a se chamar Ambulatório Paroquial Irmã Beta, pois muitas pessoas pensavam que o ambulatório era da ação social de políticos ou da prefeitura. Depois de discussões na administração, acharam por bem colocar o nome de uma das irmãs fundadoras. Antes disto, a própria Paróquia não reconhecia o Ambulatório como obra de suas próprias ações na Comunidade São Sebastião.

Segundo a tradução da Bula de Criação da Diocese de Petrópolis, as atividades do Ambulatório Paroquial Irmã Beta, durante o ano de 2005, foram de grande importância, apesar de faltar médicos na área de Cardiologia, o que era tão necessário aos idosos e cardiopatas. Não tendo grandes recursos, dentro das possibilidades, as pessoas foram atendidas da melhor forma possível ¹².

Dentro do seu espaço físico, a atividade principal é o atendimento médico e ambulatorial, porém o Ambulatório Irmã Beta é utilizado, também, para outras atividades sociais e religiosas do nosso município.

¹² Tradução da Bula de Criação da Diocese de Petrópolis, acervo Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias



OS ESTUDOS DE CAMPO COMO MEIO PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL¹

Angelo Marcio da Silva²

No presente artigo, pretendemos abordar a importância da educação patrimonial no processo educativo, tomando como base a experiência de monitoria dos estudos de campo realizados entre os meses de março a dezembro do ano de 2010, no projeto Duque de Caxias: *Conhecendo nossa Cidade através da Câmara Municipal, atividade do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto*, órgão da Câmara Municipal de Duque de Caxias. No ano de 2010, participamos da monitoria em 34 estudos de campo, alcançando um número de 1723 participantes.

A proposta deste trabalho é entender os estudos de campo como forma de valorização da preservação do patrimônio histórico no processo educacional, estabelecendo um contato entre a população e os bens patrimoniais, fortalecendo o exercício da cidadania e construção de uma identidade, através da conscientização de que só é possível preservar a memória de um povo quando há a preocupação de preservação de seu patrimônio.

Para realização do trabalho, distribuímos questionários aos alunos que participaram dos estudos de campo, obtendo destes a sua visão sobre o conceito de patrimônio em nosso município. Os questionários foram usados para endossar as reflexões sobre o trabalho e significar a importância dos estudos de campo realizados na compreensão que tiveram sobre sua herança patrimonial.

Inserindo nosso trabalho na perspectiva da História Cultural, teremos por base os conceitos de Peter Burke, que entende esta parte da História como “exemplo de uma tradição da cultura em perpétua transformação, constantemente adaptada a novas circunstâncias”³. Outros teóricos dos quais usaremos os conceitos serão Michel de Certeau, abordando a questão da “prática⁴ e tática⁵”, e Pierre Bourdieu,

¹ Este artigo é parte inicial de estudo para o trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em História Social da Baixada Fluminense, da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO, no ano de 2011, sob orientação da professora mestrandia Tania Amaro.

² Pós-Graduando em História Social da Baixada Fluminense pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy. Licenciado em História pela mesma instituição (2008). Secretário da Diretoria Executiva da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Atua em pesquisas sobre História Local e Regional na equipe do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

³ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* / Peter Burke; Tradução: Sérgio Goes de Paula. 2ª Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p.10.

⁴ Diferente dos sociólogos que o precederam, que estudavam aquilo que chamavam comportamento, Certeau preferiu o uso do termo práticas, pois acreditava que com esse conceito os seus leitores levariam mais a sério e teriam em maior conceito as pessoas sobre as quais escrevia (BURKE, 2008, p. 103)

⁵ Para Certeau, pessoas comuns criavam seleções, a partir de determinado repertório, dando origem a novas combinações entre o que selecionavam. Tal construção do cotidiano por meio de práticas de reutilização é uma parte do que Certeau chama de tática (idem)

com seu conceito de teoria da prática ⁶. Procuramos mostrar que existe um diálogo entre os conceitos dos dois autores ⁷, porém, pretendemos que cada um desses conceitos, através da leitura, tornem-se perceptíveis no texto. Também utilizaremos diversos textos de autores, entre eles Paulo Freire e de outros que abordaram o tema da educação.

A realização dos estudos de campo teve como objetivo contribuir para que os alunos conhecessem a importância histórica de sua região através dos vestígios históricos e ajudá-los na conscientização para valorização e preservação do patrimônio histórico local. Através da experiência obtida com visitas a sítios de interesse histórico e lugares de memória com os estudos de campo, buscamos proporcionar aos alunos o acesso a informações contidas em bens culturais, preservadas através do reconhecimento de sua importância para maior compreensão da História da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias. Essas atividades foram apoiadas em explicações orais e escritas sobre os locais visitados, entendendo que tal experiência favorece a luta pela recuperação da identidade, permitindo o exercício pleno da memória e da cidadania.

Sob a perspectiva da História Cultural, pretendemos analisar os estudos de campo como meio para Educação Patrimonial. Mas o que é Educação Patrimonial? Etimologicamente, com base no *Dicionário de Educação profissional*, o termo educação (do latim *educatio, educare*) tem dois significados. Significa nutrir e alimentar algo e externá-lo. É um fenômeno humano. Refere-se ao conjunto das influências do meio sócio-histórico sobre os indivíduos, que nos levam a adquirir ou fazer sair de si as características próprias do ser humano. E, como definição para Patrimônio, utilizaremos a concepção de Pedro Paulo Funari e Sandra de Cassia Araújo Pelegrini, na obra "Patrimônio Histórico e Cultural", que afirmam que a definição do termo Patrimônio, com o amadurecimento das questões sobre a valorização dos centros históricos, nas décadas finais do século XX, "*passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis*" ⁸. Assim, o Patrimônio e todas as ações para sua defesa e proteção são encarados como construções sociais edificadas historicamente, o que permite que bens menos prestigiados ou mais populares sejam reconhecidos como Patrimônio, agregando as produções contemporâneas e os bens culturais intangíveis tais como as expressões, os conhecimentos, as representações, as práticas e as técnicas ⁹.

Sob tais aspectos, entendemos que a Educação Patrimonial é capaz de exercer influências sobre o indivíduo no meio socioeconômico, capazes de levá-lo a tomar consciência de seu legado cultural e moral, criando uma noção de pertencimento sobre seu local e sua história, resgatando sua identidade, memória e cidadania.

No Guia Básico de Educação Patrimonial, as autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro identificam a Educação Patrimonial como "um processo permanente e centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo." Para as autoras, o trabalho da Educação Patrimonial tende a levar o indivíduo a conhecer, apropriar-se e valorizar em um processo ativo, a sua herança cultural, o que o capacita a usufruir melhor de seus bens, gerando e produzindo novos conhecimentos em contínuo processo de criação cultural ¹⁰.

⁶ Os conceitos representam uma reação de Bordieu contra o que considerava uma rigidez da idéia de regras culturais em obras estruturalistas. Bordieu fez um exame de práticas cotidianas em termos de improvisação que se sustentava em uma estrutura de esquemas que eram inculcados pela cultura na mente e no corpo do indivíduo (idem).

⁷ Nas obras de Certeau evidencia-se um diálogo com as obras de Bordieu notando-se entre elas, semelhanças. A idéia de prática, central na obra de Certeau tem muito em comum com a teoria da prática de Bordieu, mas Certeau fez críticas a noção de habitus, defendida por Bordieu, por acreditar que esta daria a idéia de que pessoas comuns não teriam consciência do que fazem (BURKE, 2008, p.104)

⁸ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 32

⁹ Idem, pp. 31-32.

¹⁰ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia Básico de Educação patrimonial*/Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p. 6.

De acordo com as autoras, a Educação Patrimonial constitui-se como instrumento de “alfabetização cultural”, possibilitando que o indivíduo faça uma leitura do mundo ao seu redor, o que possibilita a compreensão do universo sociocultural e também da trajetória histórico-temporal na qual se insere. Tal processo seria responsável pelo reforço da auto-estima de indivíduos e comunidades e à valorização da multiplicidade e pluralidade da cultura brasileira ¹¹.

Sobre o termo “alfabetização cultural”, o Dicionário da Educação Profissional apresenta como uma das definições para o termo alfabetização “*uma estratégia de libertação [que] ensina as pessoas a lerem não só a palavra, mas também o mundo*”.

Sobre a História Cultural, o historiador Peter Burke revela que esta não é uma nova invenção, mas que já era praticada a mais de 200 anos na Alemanha com o nome de Kulturgeschichte e que esta pode ser dividida em quatro fases: a primeira teria sido a fase clássica; a segunda, a fase da história social da arte, iniciada nos anos de 1930; a terceira fase foi, na década de 1960, a descoberta da história da cultura popular; e, uma quarta fase, a partir das décadas de 1970 e 1980, com a nova história cultural ¹².

Em busca de uma definição para o termo “cultura”, Burke cita que os historiadores culturais da fase da “nova história cultural” apropriaram-se do termo criado em 1871, pelo antropólogo Edward Tylor que a define como “*o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade*” ¹³.

De acordo com Funari e Pelegrini, é fundamental para o debate sobre a sustentabilidade das cidades latino-americanas que se discuta a questão da reabilitação dos centros históricos e a valorização do patrimônio cultural, entendendo que representam uma síntese da diversidade que caracteriza a cidade. Para os autores, a valorização e reabilitação dos centros históricos são capazes de potencializar a identidade coletiva dos povos e também, preservar os bens culturais destes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, otimizando custos financeiros e ambientais para o desenvolvimento urbano pelo viés do aproveitamento de infra-estrutura de áreas centrais e incremento de uma indústria turística ¹⁴.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, define que o patrimônio cultural brasileiro compreende o conjunto dos “*bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*”.

Na busca por iniciativas de proteção e preservação do patrimônio, algumas ações têm sido realizadas ao longo do tempo. No município de Duque de Caxias, devemos citar a importância da atuação de professores da rede pública do município de Duque de Caxias em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), de Caxias, para que fosse aprovada, na Lei Orgânica Municipal, a obrigatoriedade, nos currículos escolares, do ensino da História do município, ressaltando que somente após a criação de uma Rede de Memória e História, a partir dos anos 1990, tal conquista passou a ser implementada ¹⁵.

Como instrumentos de intensificação da luta pela valorização da História Local e Regional, consolidando a perspectiva de manutenção da educação patrimonial, Silva e Souza citam a criação da *Associação de Professores Pesquisadores da História* (APPH) [sic] e a inauguração do *Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense*. Para as autoras, tais instituições,

¹¹ Idem.

¹² BURKE, 2008, pp. 15-16.

¹³ Idem, p. 43.

¹⁴ FUNARI;PELEGRINI, 2006, p. 29.

¹⁵ SILVA, Marisa Gonzaga da; SOUZA, Marlúcia Santos de. **Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência**. In: Carmem Lucia Vidal Perez, Maria Tereza Goudard Tavares, Marice da Silva Araujo (Org.). *Memórias e Patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 149.

exercitando politicamente as práticas culturais, alcançaram a criação do *Conselho Municipal de Cultura*, com professores da Rede atuando como conselheiros, o que assegurou a criação da *Cadeira de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Cultural*¹⁶.

Outros instrumentos para a consolidação da inclusão da História Local e ampliação de ações para preservação do patrimônio na Baixada Fluminense, conquistando mais políticas públicas, citados pelas autoras, foram a institucionalização do *Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias* e do *Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, entidades paraestatais que lutam pela promoção, preservação e guarda do patrimônio, em suas diversas áreas, e, pela preservação e resgate da história e memória da educação em Duque de Caxias e Baixada Fluminense¹⁷.

Lembrando que houve experiência anterior de visitas a locais históricos, de acordo com Stélio Lacerda e Rogério Torres, entre os anos de 1992 a 1994, a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e com o Conselho Municipal de Cultura, promoveu estudos de campo com objetivo de visitar os principais sítios e monumentos históricos da Baixada Fluminense. Estes estudos de campo eram denominados de Caminhos do Ouro, Caminhos do Café e Caminhos da Fé. Os roteiros para estes estudos de campo foram elaborados por Armando Valente e Rogério Torres e destacavam a importância da região da Baixada Fluminense, desde os tempos coloniais, e fortaleciam a luta pela preservação do patrimônio histórico da região¹⁸.

Segundo Lacerda e Torres, os roteiros para os estudos de campo nasceram da simbiose entre o trabalho de campo e o conhecimento teórico e, para tais atividades, muito contribuíram as *"Anotações de Viagens"* de Armando Valente e Rogério Torres em suas andanças pela Baixada nos anos de 1970 e 1980¹⁹. As experiências adquiridas nestes estudos de campo foram reconstituídas por Stélio Lacerda e Rogério Torres, ativos participantes do projeto, resultando na publicação da obra *Pelos Caminhos que a História Deixou*, no ano de 2004.

É importante também destacar a contribuição do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, revitalizado desde 2001, sob a direção da professora Tania Amaro, que além de ser um espaço de guarda e preservação do acervo documental, buscando a recuperação da memória cultural e a divulgação da História Regional, mantém também atividades que buscam a integração de alunos, professores e comunidade em geral com o seu patrimônio, através da realização de palestras, cursos, exposições e estudos de campo monitorados pela equipe do próprio Instituto, pois busca conscientizar a população para o reconhecimento de suas raízes e o exercício pleno de sua cidadania.

De acordo com Paulo Freire, o educador não caminha indiferente das idéias pedagógicas de seu tempo e espaço, mas caminha, desafiado por essas idéias, combatendo-as ou defendendo-as, por expressarem as lutas sociais, os avanços e os recuos da história e, também, exerce força atuante para mudança do mundo²⁰.

¹⁶ SILVA, Marisa Gonzaga da; SOUZA, Marlúcia Santos de. *Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência*. In: Carmem Lucia Vidal Perez, Maria Tereza Goudard Tavares, Marice da Silva Araujo (Org.). *Memórias e Patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 150.

¹⁷ Idem, pp. 150-151.

¹⁸ LACERDA, Stélio; TORRES, Rogério. *Pelos Caminhos que a História Deixou: Passeios Culturais aos Principais Sítios e Monumentos Históricos de Duque de Caxias e Municípios Circunvizinhos (1992-1994)*. Rio de Janeiro: Renascer, 2004, p. 11.

¹⁹ Idem, p. 13.

²⁰ FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. Prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; Notas de Vicente Chel. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Na busca pela valorização da História Local e Regional, é de significativa relevância a contribuição de outros pesquisadores que se preocuparam com a recuperação de nossa memória histórica e cultural, entre eles destacamos os trabalhos de Marlúcia Santos de Souza, com sua dissertação de mestrado pela UFF, "Escavando o Passado da Cidade"; Antonio Augusto Braz, mestrado pela Universidade Severino Sombra, "Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX"; Alexandre dos Santos Marques, mestrado também pela Universidade Severino Sombra, "Militantes da Cultura numa Área Periférica"; José Cláudio Souza Alves, com sua tese de doutoramento pela USP, "Dos Barões ao Extermínio"; Nielson Rosa Bezerra e Ercília Coelho de Oliveira, mestrado pela USS, respectivamente, "As Confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela" e "As CEB's Duque de Caxias e São João de Meriti". Ainda, Vilma Correa Amâncio da Silva, com sua dissertação pela UFF, "Um Caminho Inovador: O Projeto Educacional da Escola Regional de Merity"; Sandra Godinho Maggesi Pereira, mestrado pela USS, "Vozes Afro-Caxienses: Ecos Político-Culturais dos Movimentos de Resistência Negra em Duque de Caxias"; Maria do Carmo Gregório, mestrado pela UFRJ, "Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de um Afro-Brasileiro"; Julio Cesar Paixão Santos, mestrado pela FIOCRUZ, "Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: a Experiência e o Exemplo da Escola Regional de Meriti"; entre outros.

Motivados por tais iniciativas, realizamos então a experiência de monitoria dos estudos de campo do projeto Duque de Caxias: *Conhecendo nossa Cidade através da Câmara Municipal*, realizado pelo Instituto Histórico da Câmara de Vereadores.

Chamamos a atenção para o fato destes estudos de campo estarem sendo realizados pelo Instituto Histórico nos últimos dez anos e abordarem diferentes temporalidades da História do município, visitando bens patrimoniais que abrangem os séculos XVI ao XXI e, também, mais recentemente, a visitação a vestígios dos povos sambaquieiros no Museu Vivo do São Bento.

Após a realização das atividades, no período de agosto de 2010 a março de 2011, foram entregues questionários, compostos de 10 perguntas, de múltipla escolha, para 426 alunos, da rede pública e particular de ensino, no município de Duque de Caxias que participaram de estudos de campo, buscando obter destes uma visão sobre o conceito de patrimônio em nosso município. O resultado desta pesquisa será divulgado e comentado a seguir:

A primeira pergunta do questionário foi "*Você conhece o Patrimônio Histórico e Cultural de seu município?*". Como resposta, 54% dos alunos responderam que sim; 28% responderam que sabem que existe um Patrimônio Histórico e Cultural no município, mas que não o conhecem; 18% responderam que não tem conhecimento deste Patrimônio. Nenhum dos educandos escolheu a opção que indicaria não haver um Patrimônio Histórico e Cultural no município.

Embora a maioria dos alunos afirme conhecer seu Patrimônio Histórico e Cultural, percebemos que a junção das duas outras respostas nos dá a entender que 46% dos questionados não conhecem o próprio Patrimônio. Evidencia-se a falta de reconhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural como uma herança, um bem pertencente a eles.

Entendemos que o aprendizado sobre o Patrimônio local deve ser algo natural e espontâneo. Pierre Bordieu, na obra "*A Sociologia de Pierre Bordieu*"²¹, escreveu que a forma natural e espontânea do aprendizado difere das formas de aprendizado forçado por favorecer uma modalidade de relação com a cultura, uma relação familiar desvoluta e profunda que transforma a cultura para esses indivíduos como um bem familiar que eles conhecem e se reconhecem como herdeiros legítimos²².

²¹ A obra "A Sociologia de Pierre Bordieu" contém textos de Bordieu, com tradução supervisionada e organizados por Renato Ortiz

²² ORTIZ, Renato (Org). *A Sociologia de Pierre Bordieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 88.

Neste caso, evidencia-se uma desapropriação, o que segundo Michel de Certeau, de acordo com sua obra *“A Cultura no Plural”*, é prejudicial tanto para o indivíduo, quanto para a cultura, pois esta necessita de uma atividade e precisa que seja apropriada e adotada pelo indivíduo, causando neste uma transformação pessoal, capaz de instaurar intercâmbios com o grupo social a que pertence ²³.

Na questão de número 2, perguntamos aos educandos: *“Você acredita que há uma valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de seu município por parte da população?”*. De acordo com as respostas dadas, 66% acreditam que a população valoriza seu Patrimônio; 30% entendem que o Patrimônio é pouco valorizado, pelo fato da população desconhecê-lo; e, 4% responderam que a população não valoriza seu Patrimônio Histórico e Cultural.

Pensamos que é necessária a recuperação da memória cultural do indivíduo, valorizando e preservando seu Patrimônio como meio de conferir a permanente luta pela recuperação de nossa memória cultural.

No texto *“A Preservação do nosso Patrimônio”*, Tania Amaro enfatiza que a recuperação da memória cultural assume principal significação para construção da nossa história e a preservação consiste em proteger a obra de fatores externos a ela. Para a autora, qualquer atitude de conservação ou de restauração pode ser entendida como preservação. De acordo com a autora, atitudes de preservação conferem maior longevidade aos bens culturais, sejam estes móveis ou imóveis e denotam a real importância do Patrimônio na recuperação da memória cultural, contribuindo para a permanente construção da História ²⁴.

Amaro esclarece que ao recuperar os nossos bens culturais, temos acesso às informações que estes podem dar em contribuição à nossa pesquisa, sendo uma garantia para a transmissão dessas informações para as futuras gerações, proporcionando a estas o conhecimento de suas referências passadas ²⁵.

A questão número 3, referia-se ao entendimento do educando sobre a participação do poder público na valorização do Patrimônio e questionava: *“Você acredita que há uma valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de seu município por parte do poder público?”*. As respostas foram: 90% acreditam que não existe a valorização do patrimônio do município por parte do poder público, enquanto, 10% acreditam que este interesse existe e responderam que sim.

Buscamos aqui estabelecer um diálogo através das questões 2 e 3. Se por um lado 66% dos questionados acreditam que a população valoriza seu Patrimônio, por outro, 90% deles entende que o poder público não dá o mesmo valor à questão. Vale lembrar que na primeira pergunta, 46% dos questionados responderam não ter conhecimento do próprio Patrimônio.

Evidencia-se uma cobrança ao poder público para valorização do Patrimônio, mas qual o papel da sociedade, do indivíduo nessa questão?

De acordo com Certeau, existe um processo de alienação relacionada ao isolamento cultural ²⁶. O autor entende que a tentativa de imposição de uma cultura de massa transformou a sociedade em público, em expectador, afastando-a do papel de ator ²⁷.

A sociedade deve tomar para si o papel de ator, de combatente, cobrando do poder público o respeito à sua cultura e rejeitando a imposição de uma cultura massificada. Certeau rejeita a noção de

²³ CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*; tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 10. Coleção Travessia do Século.

²⁴ AMARO, Tania. *A Preservação do nosso Patrimônio*. In: Revista da Cultura Caxiense. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias, 2003, p. 18.

²⁵ Idem.

²⁶ CERTEAU, 1995, p. 206.

²⁷ Idem, pp. 52-53.

cultura singular, imposta pelo poder e opta pela concepção de cultura plural, conclamadora pelo combate. A cultura verdadeira, para existir, não pode contar apenas com autores de práticas sociais, mas é necessário que tais práticas possuam significado para os que as realizam ²⁸.

Outro defensor de uma cultura plural é Bordieu. Para ele, a falta do sentimento de posse na formulação dos próprios fins é a forma mais sutil de alienação e a aceitação por parte da sociedade, à dominação cultural não se diferencia da existente no espaço de trabalho, onde evidencia-se a exclusão da propriedade dos instrumentos de produção. Para Bordieu, a sociedade é privada da apropriação simbólica das máquinas que a servem e é excluída da posse de seu capital cultural ²⁹. A distinção social opera, de acordo com Bordieu pela apropriação de bens simbólicos em função da posição de classe e, também, do capital cultural dos indivíduos ³⁰.

Também Paulo Freire disserta na obra “A Educação na Cidade” sobre a necessidade do indivíduo ter consciência de seu papel como ator. Até mesmo campanhas de alfabetização, de acordo com Freire, necessitam de um sentimento de posse patrimonial por parte da sociedade.

“Uma coisa é fazer uma campanha de alfabetização numa sociedade em que as classes sociais populares começam a tomar sua história nas mãos, com entusiasmo, com esperança, a outra é fazer campanhas de alfabetização em sociedades em que as classes populares se acham distantes da possibilidade de exercer uma participação maior na refeitura de sua sociedade” ³¹

De acordo com Freire, inviabiliza-se a leitura da palavra sem que haja uma relação desta com a leitura do mundo dos educandos ³². Daí perguntamos: Existiria possibilidade de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do município sem a leitura dos mundos que nele existem e sem incentivar no indivíduo o sentimento de pertencimento e posse deste Patrimônio?

Sobre a participação dos professores na divulgação do Patrimônio, perguntamos na questão número 4: “Na sua escola, os professores ensinam sobre o Patrimônio Histórico e Cultural que há em seu município?”. Como resposta, 45% responderam que sim; 37% responderam que o temática do Patrimônio nunca foi abordada em sala de aula; e, 18% responderam que raramente seus professores abordam o assunto em sala de aula nas suas escolas.

Com base nas respostas dadas, entendemos que há um processo de divulgação, mas que muito mais poderia ser feito pelos educadores. Sabemos que muitas são as dificuldades e que estes não são indiferentes à necessidade de estabelecer uma aproximação do educando com seu patrimônio.

De acordo com Freire, os educadores caminham desafiados pelas idéias pedagógicas de seu tempo e espaço, combatendo-as ou defendendo-as, pois estas são a expressão de lutas sociais e dos avanços e recuos dados na História e constituem-se força atuante de mudança no mundo ³³. Para Freire, para que o indivíduo assuma seu tempo é necessário que este entenda a História como possibilidade, pois teria consciência também das impossibilidades. O futuro, de acordo com Freire, só existe na medida em que mudamos o presente e, mudando o presente seria possível fabricar o futuro, assim, a História seria entendida como possibilidade e não determinação ³⁴.

²⁸ Idem, p. 141.

²⁹ BORDIEU in ORTIZ, 2003, p. 91.

³⁰ Idem, pp. 28

³¹ FREIRE, 1999, p. 31

³² Idem.

³³ Idem, pp. 72-73.

³⁴ Idem, p. 90

A questão número 5 questionava: “*Você gostaria de conhecer mais sobre a História de seu município?*”. Em 98% das respostas, os alunos apontaram que sim, pois este é um tema que os interessa e, 2% responderam que não tem interesse em conhecer a História de seu município.

De acordo com o Dicionário da Educação Profissional, conhecimento é um processo sócio-histórico da atividade criativa humana e constitui-se em base das orientações humanas nas ações sociais e o processo de conhecimento é determinado pela forma como o indivíduo entra em contato com o mundo que o cerca. Tal processo constitui-se a partir de experiências, percepções e representações. Desenvolvendo atividades materiais sócio-produtivas, da prática social, os indivíduos concretizam e avaliam a autenticidade da construção do conhecimento e formam percepções do mundo e da sociedade, sendo, só assim, possível que este indivíduo aja sobre o mundo e o transforme ³⁵.

Acreditamos que as respostas dadas a esta questão demonstram mais que uma vontade, mas sim uma necessidade de conhecimento e indicam um avanço para uma ação sobre o meio em que estão inseridos. Certeau afirma não ser possível a existência de uma política cultural sem a articulação de situações socioculturais em termos de “*forças que se defrontam e de oposições reconhecidas*”. Para ele, é necessário que se saiba se os indivíduos de uma sociedade, geralmente “*afogados no anonimato de discursos que não são mais os seus e submetidos a monopólios cujo controle lhes foge*”, serão capazes de tomar seu lugar no jogo de forças confessas e encontrar a capacidade de expressão ³⁶.

Na sexta questão, perguntamos: “*Caso entenda que há pouca divulgação sobre o Patrimônio Histórico e Cultural de seu município. Quem você acredita ser responsável pela pouca divulgação?*”. Em maioria, 80% dos alunos responderam que a responsabilidade pela pouca divulgação sobre o Patrimônio no município é da população, pois esta deveria demonstrar maior interesse sobre o seu Patrimônio e cobrar do poder público iniciativas de proteção e valorização; 16% atribuíram a responsabilidade aos políticos, que deveriam fazer leis para proteger e valorizar o Patrimônio; e 4% responsabilizam os professores, pois estes deveriam ensinar sobre a História do município.

Entendemos que seja necessária uma apropriação dos bens patrimoniais por parte da sociedade, pois de nada serviriam leis de proteção se a população não tiver a noção de pertencimento.

De acordo com Fonseca, faz-se necessário pensar a produção de patrimônios culturais como uma formação discursiva, como função social, permitindo o mapeamento de conteúdos simbólicos, com o objetivo de descrever a formação da nação, construindo uma identidade cultural brasileira. Não se pode, então, fazer uma redução do patrimônio cultural da sociedade a apenas algumas matizes ou reduzir a função do patrimônio à proteção física do bem, perdendo de vista o significado dessa proteção. A autora evidencia a necessidade de que a ação de proteger agregue ações de identificação e documentação, como base para selecionar o que deve ser protegido e também de ações que promovam e difundam a viabilidade de reapropriação simbólica, econômica e funcional de bens preservados ³⁷.

A questão 7 perguntava: “*Você costuma visitar locais históricos ou participar de eventos culturais em seu município?*”. 58% responderam que raramente visitam locais históricos ou participam de atividades culturais; 24% responderam que sim, fazem visitas a estes locais e participam de atividades culturais; 17% responderam que não, nunca participam de eventos culturais ou fazem visitas a locais históricos; e, 1% respondeu que não tem interesse em tais atividades.

³⁵ FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Orgs.). Autores Diversos. *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação; Faculdade de Educação da UFMG; Fernando Fidalgo e Lucília Machado Editores, 2000, p. 65.

³⁶ CERTEAU, 1995, p. 218.

³⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção plana de Patrimônio Cultural*. In: Regina Abreu e Mário Chagas (Orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 66-67.

Entre os alunos, evidencia-se um percentual ainda pequeno, 24% que responderam fazer visitas a locais históricos ou participar de eventos culturais. Para Bordieu, muitas vezes, o próprio indivíduo reafirma a distância entre si e a cultura dominante com condutas exigidas para guardar distâncias³⁸.

Evidencia-se a necessidade de afastamento de uma cultura de massa, de um hábito arraigado na antiga educação que não valoriza o Patrimônio e a conscientização de que estes bens materiais e imateriais constituem uma herança que devemos preservar. Entendemos que a visitação a estes locais históricos e a participação em atividades culturais, no município, constituem-se em manutenção destes, sendo possível, assim, sua continuidade.

Na obra *“Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção plana de Patrimônio Cultural”*, Maria Cecília Londres Fonseca mostra que para muitas pessoas a expressão patrimônio histórico e cultural é entendida como um conjunto de monumentos antigos a serem preservados pelo fato de serem obras de arte excepcionais ou por serem palco de eventos marcantes. A autora alerta para a necessidade de reconhecer que tal imagem trata-se de uma política ultrapassada que não reflete a diversidade, tensões e conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, na atualidade e também, no passado³⁹.

Na oitava questão, perguntamos: *“Você gostaria de participar de atividades culturais em seu município?”*. Nesta questão, 95% dos questionados responderam que sim e, 5% responderam que não.

Segundo Certeau, a ação cultural representa uma trajetória relativa aos lugares que determinam condições de possibilidade⁴⁰ e entendemos que as respostas dadas a esta questão indicam um fator favorável, ao mesmo tempo, que estabelece desafios e questionamentos. Quais são as atividades culturais em nosso município? Quais os meios para divulgação destes? A quem interessa que estes sejam divulgados?

Dizer simplesmente que necessitamos de maior divulgação e valorização é simples, mas o que oferecer? Como chegar aos que anseiam por mais eventos? Onde eles podem ter acesso a tais atividades?

Entendemos que as respostas a estas perguntas só poderão ser obtidas quando a população, consciente de seus deveres e direitos, forem buscá-las junto aos seus representantes como forma de exercício de sua cidadania, questionando o que é destinado para que tais formas de promoção cultural sejam executadas.

A pergunta número 9 questionava: *“Durante seus estudos, os livros de História usados em sua escola abordaram a História de seu município?”*. Como resposta, 86% responderam que não e, 14% responderam que sim.

Na obra de Freire, podemos perceber sua preocupação em que não só os educandos, mas também, os educadores descubram a História como possibilidade e que reconheçam na prática educativa um elemento fundamental para o resgate da liberdade e estabelecimento de uma mudança ideológica⁴¹.

Diante de tal quadro, torna-se urgentemente necessário que sejam reforçadas as trincheiras na luta pela educação no município iniciada pela atuação de professores da rede pública do município de Duque de Caxias em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), de Caxias; pela Associação de Professores Pesquisadores da História (APPH-CLIO); pelo Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense; pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias; pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, Instituto Histórico e sua Associação dos Amigos, entre muitas outras instituições que lutam pela promoção, preservação e guarda de nosso patrimônio, em suas diversas áreas, buscando preservar e recuperar, também, a história e memória da educação em Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

³⁸ BORDIEU in ORTIZ, 2003, p. 68

³⁹ FONSECA, 2009, p. 29.

⁴⁰ CERTEAU, 1995, p. 249.

⁴¹ FREIRE, 1999, p. 91.

Na décima e última questão, expomos em uma lista 22 bens considerados patrimônios do município de Duque de Caxias, na seguinte ordem: *Conjunto da Praça do Pacificador, Hotel Municipal, Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto (Mate com Angú), Igreja de Santa Terezinha, Igreja de Santo Antônio, Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro, Fortaleza do Tenório Cavalcanti, Terreiro do Joázinho da Goméia, Instituto de Educação Roberto Silveira, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Conjunto Arquitetônico do Antigo Convento de São Bento, Estrada do Comércio, Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento, Estrada das Escravas, Museu Histórico de Duque de Caxias, Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Saracuruna), Trajeto da Estrada Real (Estrada da Taquara), Trajeto da Estrada Real (Caminho do Couto), Fábrica Nacional de Motores, Igreja de Nossa Senhora das Graças (Xerém), Igreja de Santa Rita da Posse (Igreja Velha de Xerém) e Sítio Arqueológico Quilombo do Amapá*. Pedimos que os questionados enumerassem de 1 a 5, os bens patrimoniais, dentre estes, que entendessem ser os mais importantes para a História de seu município. Os cinco que receberam maior indicação por parte dos questionados foram: **Igreja de Nossa Senhora do Pilar** com 18%; **Museu Histórico de Duque de Caxias**, com 17%; **Conjunto Arquitetônico do Antigo Convento de São Bento**, com 12%; **Conjunto da Praça do Pacificador**, com 11%; e, **Sítio Arqueológico Quilombo do Amapá**, com 8% das indicações.

Nesta questão, não tivemos por interesse dar maior destaque a este ou aquele bem patrimonial, mas perceber entre os alunos, quais destes bens estavam mais próximos à sua identificação, ao seu local, ao seu mundo.

Bordieu atenta para o fato que é necessário valorizar o que o indivíduo “gosta”, se identifica em sua cultura adquirida.

“Não seria necessário demonstrar que a cultura adquirida ou que essa forma particular de competência a que chamamos “gosto” é um produto da educação ou que nada é mais banal do que a procura da originalidade se um conjunto de mecanismos sociais não viesse dissimular essas verdades primeiras que a ciência deve restabelecer, determinando as condições e funções de sua dissimulação”⁴².

Certeau, por sua vez, demonstra que os problemas culturais, muitas vezes gerados por uma lógica da sociedade produtivista, por inadequações de ações e planificações econômicas, pelo progresso, por questões ambientais e pela ausência de critérios para prever e reorientar um sistema que é cada vez mais medido pelo que se quer ter, do que pelo que se quer ser, a cultura deve tomar a conotação de um trabalho a ser desenvolvido em toda a extensão da vida social, necessitando-se determinar um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópica, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas⁴³.

Conforme Fonseca, a idéia de preservação do patrimônio cultural caracteriza-se uma prática social, implicando um processo de interpretação da cultura como produção, não só material, mas também simbólica sendo portadora de referência de identidade, à ação e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade. Ainda que tais valores sejam uma iniciativa do Estado, necessitam, de acordo com a autora, de constante aceitação e reiteramento [sic] pela sociedade, partindo de critérios que variam no tempo e no espaço⁴⁴.

Muitas são as iniciativas para promoção da Educação Patrimonial e vários são os meios para tal promoção. Em nosso caso, escolhemos os estudos de campo, mas como forma de citar outros métodos e experiências, apontaremos as conclusões de alguns exemplos com os quais nos deparamos durante a pesquisa.

⁴² BORDIEU in ORTIZ, 2003, p. 86.

⁴³ CERTEAU, 1995, p. 192.

⁴⁴ FONSECA, 2009, p. 69.

Uma das experiências é da historiadora Manuelina Maria Duarte Cândido, com iniciativa do SECULT itinerante, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Em seu trabalho *“Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante”*, Cândido apresenta relatos e reflexões de uma experiência com Educação Patrimonial realizada em municípios no interior do Ceará, entre os anos de 2005 e 2006, alertando para o fato de considerar cultura ou patrimônio aquilo que o grupo com o qual se trabalha considera como referência e identifica-se. Para a autora, a educação Patrimonial necessita de embasamento nas trocas e construções coletivas do conhecimento, mediando uma instância de seleção e recortes, sendo possível evidenciar, ao público, múltiplas e divergentes interpretações. A historiadora partiu de uma avaliação prospectiva do que cada grupo analisado compreendia por patrimônio e constatou a predominância de um discurso que valorizava um patrimônio idealizado por tradição e inalterado, sem compreensão de uma dinâmica cultural e de um patrimônio que pudesse ser vivenciado e recriado no presente ⁴⁵.

Para a historiadora Viviane Adriana Saballa, em *“Educação Patrimonial: Lugares de Memória”*, a Educação Patrimonial fundamenta-se ao “desnudar” do meio que é promovido pela comunidade que esteja envolvida com a preservação de seus bens culturais e o resgate de sua memória, sendo assim, uma ação social que visa transformar a caminho da construção de uma consciência identitária, atenta às diversidade regionais e à manutenção da ativação de tradições locais ⁴⁶.

A autora Sandra C.A. Pelegrini, em sua obra *“Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental”*, alerta para o fato de ser um grande desafio na atualidade à promoção e recuperação de centros históricos e de áreas de proteção ambiental sem a exclusão da população, mas fazendo a integração desta, por meio de oficinas, cursos de educação patrimonial e de educação ambiental, assim como projetos de manejo, respeitando as tradições, costumes e conhecimentos milenares dos habitantes ⁴⁷.

Funari e Pelegrini denunciam a falta de transparência nas concepções e diretrizes das políticas públicas para a área cultural, de forma particular, nas que se referem à proteção patrimonial. Para os autores, ainda há muito que ser feito, porém, atentam para a informação que a partir dos conhecimentos das áreas da antropologia, sociologia, história, artes e arqueologia, orientados por especialistas tem criado uma sintonia coletiva para que a experiência patrimonial em nosso país seja assimilada em seu sentido mais completo ⁴⁸.

*“A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país”*⁴⁹.

Para concluir, sobre o nosso trabalho com os Estudos de Campo no município de Duque de Caxias, entendemos que este tema tem sua importância e contribuição para a sociedade. De acordo

⁴⁵ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante*. In: História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. (CD-ROM) org. por Elisabete Leal.

⁴⁶ SABALLA, Viviane Adriana. *Educação Patrimonial: Lugares de Memória*. Canoas, RS: Revista MOUSEION – Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle. Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), Volume I, junho de 2007.

⁴⁷ PELEGRINI, Sandra C. A.. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. São Paulo: Revista Brasileira de História v.26, n.51, jan/jun 2006.

⁴⁸ FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 55

⁴⁹ Idem.

com Certeau, o peso da cultura é colocado sobre uma parcela minoritária de criações e práticas sociais, deixando de valorizar campos inteiros da experiência que ficam desprovidos de pontos de referência que lhes permitiriam conferir significação às condutas, às invenções e à criatividade⁵⁰.

Pretendemos com nosso trabalho, dar maior visibilidade à questão do Patrimônio Histórico e Cultural em Duque de Caxias, inserindo-o na perspectiva da História Cultural, deixando claro que muitos já fizeram e a estes devemos muito. Contudo, muito ainda tem que ser feito na luta pela preservação e valorização de nossa herança. Esperamos que nossa pesquisa seja de boa contribuição para esta causa.

Em nossa pesquisa, elegemos os estudos de Campo como meio para Educação Patrimonial e acreditamos que o estabelecimento de um contato do indivíduo com o seu patrimônio, sua herança, desencadeia um processo de conscientização e uma noção de pertencimento, que possibilita a este, uma leitura consciente do mundo ao seu redor.

Percebemos a realização dos estudos de campo como um meio para que o aluno se relacione com o patrimônio, criando uma relação familiar que crie uma noção de pertencimento e reconhecimento de sua herança cultural. Pautado no diálogo entre as noções de prática social de Pierre Bordieu e da prática e tática de Michel de Certeau, entendemos que como prática social, o estudo de campo constrói realizações dialéticas para o discurso do patrimônio.

Evidencia-se na teoria de Bordieu que as práticas, desenvolvidas pelos indivíduos, questionam as condições teóricas e sociais, articulam entre a estrutura e a ação, agindo como reconstrutores e transformadores da estrutura⁵¹.

Em Certeau, percebemos que este entende a expressão cultural como uma atividade, temática na qual o teórico percebe o desenvolvimento da possibilidade de fazer algo com alguma coisa; fazer algo com alguém; e, mudar a realidade cotidiana, modificando o estilo de vida, a ponto de colocar em risco a própria existência. Para Certeau, as técnicas de expressão estão sempre integradas em uma prática social e a ação cultural é uma trajetória relativa aos lugares que determinam condições de possibilidade.

O lugar não pode, segundo Certeau, ser pensado como objetos estáveis diante de um olhar imóvel do saber e necessita-se tornar possível o desenvolvimento de *“uma tática cultural, capaz de fazer com que dados mensuráveis corresponda um risco não-mensurável – o de existir, que nenhuma ideologia dos “valores” ou “do Homem” poderia envolver”*⁵².

Com base em tais teorias, entendemos os estudos de campo como meio para Educação Patrimonial, sendo produtores de efeitos de representações e transformações sociais, compreendendo a experiência como viés para fortalecimento da luta pelo resgate da identidade do indivíduo, permitindo o exercício pleno da sua memória e do desenvolvimento de sua cidadania.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.

AMARO, Tania. **A Preservação do nosso Patrimônio**. In: Revista da Cultura Caxiense. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias, 2003, p. 18.

BEZERRA, Nielson Rosa. **As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela (1833-1888)**. Dissertação de mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2003.

⁵⁰ CERTEAU, 1995, p. 142.

⁵¹ BORDIEU in ORTIZ, 2003, pp. 39-40.

⁵² CERTEAU, 1995, pp. 246-251.

- BRAZ, Antonio Augusto. **Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2006.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural? / Peter Burke**; Tradução: Sérgio Goes de Paula. 2ª Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante**. In: História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. (CD-ROM) org. por Elisabete Leal.
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**; tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papiрус, 1995. Coleção Travessia do Século.
- FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Orgs.). Autores Diversos. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação; Faculdade de Educação da UFMG; Fernando Fidalgo e Lucília Machado Editores, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção plana de Patrimônio Cultural**. In: Regina Abreu e Mário Chagas (Orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. Prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; Notas de Vicente Chel. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade: Raça e Classe, Poesia e Teatro na Trajetória de um Afro-Brasileiro (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação patrimonial**/Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LACERDA, Stélio; TORRES, Rogério. **Pelos Caminhos que a História Deixou: Passeios Culturais aos Principais Sítios e Monumentos Históricos de Duque de Caxias e Municípios Circunvizinhos (1992-1994)**. Rio de Janeiro: Renascer, 2004.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura numa Área Periférica**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.
- OLIVEIRA, Ercília Coêlho de. **As CEB'S Duque de Caxias e São João de Meriti: Um modelo de Igreja Voltado para o Social (1960-2005)**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.
- ORTIZ, Renato (Org). **A Sociologia de Pierre Bordieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- PELEGRINI, Sandra C. A.. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Revista Brasileira de História v.26, n.51, jan/jun 2006.
- PEREIRA, Sandra Godinho Maggessi. **Vozes Afro-Caxienses: Ecos Político-Culturais dos Movimentos de Resistência Negra em Duque de Caxias (1949-1968)**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2006.
- SABALLA, Viviane Adriana. **Educação Patrimonial: Lugares de Memória**. Canoas, RS: Revista MOUSEION – Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle. Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), Volume I, junho de 2007.
- SANTOS, Júlio César Paixão. **Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: A Experiência e o Exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.
- SILVA, Marisa Gonzaga da; SOUZA, Marlúcia Santos de. **Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência**. In: Carmem Lucia Vidal Perez, Maria

Tereza Goudard Tavares, Marice da Silva Araujo (Org.). Memórias e Patrimônios: experiências em formação de professores. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, pp. 149-160.

SILVA, Vilma Correa Amancio da. **Um Caminho Inovador: O Projeto Educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOUZA, Marluca Santos de. Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias / 1900-1964. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.



GETÚLIO CABRAL: Trajetória e Morte de um Militante Comunista na Baixada Fluminense, na Guanabara e em Salvador. Primeiros Escritos.

Giselle dos Santos Siqueira¹

Meu objeto de estudo está centrado na investigação da trajetória de Getúlio de Oliveira Cabral, um militante do PCBR que foi assassinado em 1972 pelos militares.

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo retratar a trajetória de Getúlio Cabral, a partir do seu nascimento em Minas Gerais a sua chegada à Duque de Caxias. Atravessando o período dos anos 1950 e 1960 revelando a sua militância política em Caxias, na Guanabara e em Salvador até sua morte trágica ocorrida na Ditadura Militar, em 1972.

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em 04 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo ², seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da Construção Civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Na década de 1950, a família veio morar em Duque de Caxias. Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residiam na Rua Diamantina, que é a atual Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Getúlio e seus irmãos estudaram na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no Corte Oito. Vitor Hugo, irmão de Cabral, lembra dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista (tendo como companheira Lydia Cunha ³) e comunista, atuando em uma das Células do Partido, além

¹ Licenciatura Plena em História – FEUDUC e Pós-Graduanda em História do Rio de Janeiro – UFF. Atua no CRPH/DC e Museu Vivo do São Bento /DC.

² Vitor Hugo é professor da rede pública – Colégio Pedro II. Lecionando Química. Filiou-se a Juventude Comunista Caxiense no ano de 1963, estando apenas com treze anos. Foi preso por duas vezes. A primeira vez foi em 1961. E posteriormente durante a Ditadura. Passou seis meses seqüestrado, sendo procurado por sua mãe e seu irmão mais novo Ernesto. Nos anos de 1970 e 1971, pesava apenas cinquenta e sete quilos, sendo torturado por cinco pessoas. Foi enquadrado nos artigos 42, 45 (Lei da Segurança Nacional) e por tentativa de tomada de poder. Mas foi absorvido por falta de provas, já que o processo era forjado. Quando saiu da prisão foi trabalhar no Colégio Pedro II. Mais informações ver: Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral.

³ Lydia nasceu em Ramos, no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1921. Em 1942, Lydia e José Antônio Cunha passaram a viver juntos em Duque de Caxias. Ela chega ao Distrito de Caxias ainda no período da ditadura Vargasista (1937-45). Caxias era naquele momento distrito do Município de Nova Iguaçu, governado por interventores. Apesar da repressão inúmeras células clandestinas do Partido Comunista foram organizadas no interior de fábricas e bairros. Em 1943, participou discretamente do esforço de organização da Força Expedicionária Brasileira juntamente com seu irmão Mário. Nos anos 40, participou da fundação da UFDC- União Feminina Duque de Caxias. Após o golpe de 1964, refugiou-se temporariamente na casa de amigos em Volta Redonda. Até o ano de 1965, ainda resistiu e manteve a sua militância na Federação de Mulheres do Brasil. Ver Internet.

das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já iniciou sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coreia⁴. Exercia papel de liderança nas lutas comunistas. Ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Ele começou a trabalhar com quatorze anos, consertando máquinas fotográficas e posteriormente atuando como fotógrafo. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Trabalhou como escriturário na FNM (Fábrica Nacional de Motores)⁵. Casou-se aos 20 anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos.

Foi dirigente regional do PCB (Partido Comunista Brasileiro)⁶ e dirigente nacional do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)⁷. Era chefe do Grupo de Fogo⁸, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

⁴ Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coreia ao lado dos Estados Unidos. O envio de vinte mil soldados brasileiros para a Coreia era uma das requisições que ficariam estabelecidas no acordo militar Brasil - Estados Unidos, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a "Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia". Tal campanha consistia em passeatas, enterros simbólicos, comícios-relâmpagos, manifestações populares etc., objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano.

⁵ A Fábrica Nacional de Motores foi fundada no período da história brasileira chamado de Estado Novo. A criação da fábrica, junto com outras iniciativas (como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional de Alcalis, Companhia Hidrelétrica do São Francisco e outras), visou transformar o Brasil em uma economia industrializada. A FNM foi erguida com dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1942, como uma empresa estatal, na região da Baixada Fluminense, mais precisamente na cidade de Duque de Caxias. Os primeiros motores de avião fabricados pela FNM tinham tecnologia licenciada da empresa estadunidense Curtiss-Wright. Os caminhões fabricados pela empresa, chamados de Fenemê, alcançaram relativo sucesso na época. Foram fabricados aproximadamente 15.000 veículos pela empresa. Em 1968 a empresa foi vendida para a Alfa Romeo que posteriormente foi incorporada pela FIAT. Em 1985 a FIAT resolve encerrar as operações da Fábrica Nacional de Motores. Mais informações ver: A voz da ANAPAP (Painel do Paim) – 09/01/2009.

⁶ Fundado em março de 1922 em Niterói, Rio de Janeiro, sob impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Desde seus primeiros passos esteve vinculado às concepções da Internacional Comunista (3ª Internacional), fundada por Lênin em 1919. Seu surgimento marcou o momento de declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na direção das primeiras lutas. Com o surgimento do PCB vai crescer gradual e permanentemente o prestígio do marxismo no movimento operário e sindical, que seguiria progredindo nas décadas seguintes. Ver: Direito à Verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁷ A Gênese do PCBR remonta a 1964 quando Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, apresentou um plano de balanço dos acontecimentos que desembocaram no Golpe Militar, com uma ótica oposta à que era utilizada pelos que se agruparam em torno de Prestes. Mário Alves era acompanhado de nomes como o do legendário dirigente comunista Apolônio de Carvalho, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola e herói da Resistência Francesa, Jacob Gorender, principal economista da direção do PCB e Jover Telles, ex-deputado estadual no Rio de Janeiro, ligado ao movimento operário. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁸ "Para poder funcionar, o guerrilheiro urbano tem que estar organizado em pequenos grupos dirigidos e coordenados por uma ou duas pessoas, isto é o que constitui um grupo de fogo. Dentro do grupo de fogo tem que haver confiança plena entre os camaradas. O melhor atirador e o que melhor sabe manejar a metralhadora é a pessoa encarregada pelas operações. Quando existem tarefas planejadas pelo comando estratégico, estas tarefas tomam preferência. Mas não há tal coisa com um grupo de fogo sem sua própria iniciativa. Por esta razão é essencial evitar qualquer rigidez na organização para permitir uma maior quantidade de iniciativa possível por parte do grupo de fogo. O velho tipo de hierarquia, o estilo do esquerdista tradicional não existe em nossa organização. Isto significa que, a exceção da prioridade de objetivos designados pelo comando estratégico, qualquer grupo de fogo pode decidir em assaltar um banco, seqüestrar ou executar um agente da ditadura, uma figura, identificada com a reação, ou um espião norte-americano, e pode levar até o fim qualquer tipo de guerra de propaganda ou de nervos em contra de um inimigo sem a necessidade de consultar o comando geral. Nenhum grupo de fogo pode permanecer inativo esperando ordens de "cima". Sua obrigação é de atuar. Qualquer guerrilheiro urbano que quer estabelecer um grupo de fogo e começar a ação pode fazê-lo e desta forma fazer-se parte da organização. Este método de ação elimina a necessidade de conhecer quem está realizando as ações, já que existe a livre iniciativa e o único ponto de importância é aumentar substancialmente o volume da atividade guerrilheira para desgastar ao governo e obrigá-lo à defensiva. O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do país. Por sua parte, ajuda aos grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária." Mais informações ver: Carlos Marighella: Mini – Manual do Guerrilheiro Urbano – Capítulo 06.

Segundo a documentação do DOPS/RJ, Getúlio participou como representante do PCBR, na ação da Frente Terrorista (ALN)⁹, VAR (VAR- Palmares)¹⁰ e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)¹¹, que assassinou no Rio o marinheiro inglês David A. Cuthberg (05 de fevereiro de 1972), que estava no Brasil para os festejos do sesquicentenário (150 anos) da Independência.

Segundo a documentação do DOPS/RJ¹², na Guanabara, além de chefiar pessoalmente a execução de todas as ações do grupo de Fogo, Getúlio participou ainda do assalto ao DETRAN - Campinho (10/01/1972), a dois bancos na Rua Bela – São Cristóvão, sendo um deles o Banco Novo Mundo do qual foram roubados a quantia de Cr\$ 6.000,00; do roubo da Kombi na ponte de Quintino (24/09/1971)¹³, de uma escola na Rua Conde de Bonfim, da Delegacia do Ministério do Trabalho, em Bonsucesso e do roubo de três automóveis Volkswagen na Rua Dias da Cruz, no Méier¹⁴.

Em 1968, viajou para Cuba para fazer um “curso de treinamento de guerrilhas”. Quando voltou de Cuba, a perseguição ficou mais intensa. Em 1969, 1970, no bairro de Parada Angélica, morava Getúlio, sua esposa e seus dois filhos. Ele foi seguido até sua casa, que foi saqueada e quebrada. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, Bahia.

Getúlio possuía os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo. Estava condenado a vinte anos de reclusão pela 6ª. CJM por participação no assalto a Agência Liberdade do Banco da Bahia – Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada em 17 de dezembro de 1971; mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a doze anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos.

⁹ Ação Libertadora Nacional. AALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos que deflagraram ações de guerrilha urbana no período 1968/1973. Nasceu como cisão do PCB entre 1967 e 1968 e sua história está indissoluvelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e possivelmente a liderança de maior carisma naquele partido fora Luis Carlos Prestes. A cisão que deu origem a ALN pode ser narrada pela própria trajetória de Marighella. Logo após o golpe de 1964, esse dirigente comunista foi preso no Rio de Janeiro e baleado quando tentava resistir à prisão, mesmo desarmado. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

¹⁰ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Essa organização nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um Grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heróica epopéia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

¹¹ Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasce como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da POLOP, que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do MNR, definitivamente falido após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

¹² Ver Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Comunismo Pasta 112 Folha 243.

¹³ A mesma pertença ao Banco Nacional de Minas Gerais.

¹⁴ Idem ao 11.

Getúlio foi morto sob torturas no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas)¹⁵. Ele foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca¹⁶, José Sílton Pinheiro¹⁷ e José Bartolomeu Rodrigues de Souza¹⁸.

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que “faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança”. Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado - sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Sílton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca¹⁹.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30 de dezembro de 1972, pela Guia n° 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de n° 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos²⁰, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrita, há a seguinte frase: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”²¹.

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes²².

¹⁵ Órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Civis, criados em todos os Estados a partir da experiência da OBAN, em São Paulo.

¹⁶ O carioca Fernando Augusto, apelidado Fernando Sandália, concluiu o 2º grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava economia na UFRJ e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de integrar o PCBR, sendo membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, O Avante, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, estava residindo em Maceió, com a mulher, Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com três anos de idade. Sandra estava grávida de Fernando, que não chegou a conhecer o pai. No “livro negro” do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, tinha sido composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

¹⁷ Viveu até seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, RN. Sua mãe faleceu após seu nascimento, por complicações no parto e falta de assistência médica. O bebê foi então adotado pela tia Lira- Maria Gomes Pinheiro, irmã de seu pai. Depois foi para a cidade de Monte Alegre, onde viveu até completar dez anos. A partir daí, radicou-se em Natal. Estudou no Colégio Salesiano, no Instituto Sagrada Família e fez o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norte - Rio- Grandense. Em 1965, foi eleito presidente do Diretório Marista de Natal. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão Marista passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, Recife, e por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

¹⁸ Era estudante secundarista, pernambucano de Canhotinho, e não foi possível coletar outros dados a respeito de sua biografia e atividades políticas anteriores. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia 26 de junho de 1970, que reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser morto, vindo de uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros. Ver mais informações em: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Ver também: Site do Grupo Tortura Nunca Mais.

¹⁹ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais.

²⁰ O médico legista Roberto Blanco dos Santos, que está sendo processado pelo CREMERJ e, em 1994, foi nomeado Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebia como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ) as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo.

²¹ Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais.

²² Idem ao 20.

A morte de Getúlio somente foi divulgada em de 17 de janeiro de 1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya²³ e Lourdes Maria Wanderley Pontes²⁴, sem citar as circunstâncias de suas mortes²⁵.

No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados em uma vala clandestina todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16 de janeiro de 1974²⁶.

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em dezessete sacos plásticos para serem examinados²⁷.

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continua sendo resguardado, e no futuro pretende-se construir um Memorial nele. “A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer,” afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ²⁸.

Os nomes dos quatorze presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, **Getúlio de Oliveira Cabral**, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto²⁹.

²³ Nasceu em 1º de março de 1950, filho de Gerson Albery Saboya e Ephigênia Salles Saboya. Morto aos 22 anos de idade, em 29 de dezembro de 1972, na Rua Sargento Valder Xavier Lima, nº 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes, segundo versão oficial da repressão em tiroteio. Mais informações ver: Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... etc. tal, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

²⁴ Era pernambucana de Olinda e estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano, Paulo foi preso, sendo posteriormente condenado à prisão perpétua, por co-autoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia preso algemado ao companheiro de militância Theodomiro Romeiro dos Santos. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

²⁵ Site do Grupo Tortura Nunca Mais.

²⁶ Mais informações ver: TELES, Janaina (org.). Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

²⁷ Idem ao 25.

²⁸ Mais informações ver: Boletim 22 GTNM-RJ, março 1996 e TELES, Janaina (org.). Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

²⁹ Idem ao 26.

Para concluir, essa pesquisa é norteada por quatro principais finalidades. A primeira delas é a prestação de uma homenagem póstuma a Getúlio Cabral e sua família, tirando do anonimato e trazendo à cena uma pessoa tão importante para a história da nossa cidade. A segunda é a possibilidade de contribuir com documentos para o futuro Arquivo da Cidade que está sendo organizado pelo CRPH (Centro Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias) que funcionará no bairro São Bento, tendo como uma das coordenadoras Marlúcia Santos de Souza. O CRPH abriga para futuros pesquisadores e para a população no geral um acervo contendo a história da cidade de Duque de Caxias.

A terceira finalidade é ser tema da minha monografia de Pós Graduação ou Mestrado. E por último mais não menos importante, exercer o meu papel de cidadã e historiadora dando a devida importância a uma história que estava silenciada, desconhecida a muitos; fazendo com que ela ganhe “status” e seja ainda estudada por muitos outros pesquisadores. E para que as pessoas não se esqueçam nunca dos crimes e atrocidades cometidos pelos militares e lutem sempre pela manutenção e estabilidade da Democracia.



SARACURUNA: A HISTÓRIA DE SUA OCUPAÇÃO

Jordan de Alexandre Batista¹

A febre dos loteamentos em Meriti (Duque de Caxias) tem início somente nos anos 40 do século XX, visto que as condições de drenagem da região não era das mais favoráveis ao mercado imobiliário:

Meriti gozava de má fama não só pela febre palustre, como pelas arruaças constantes provocadas pelos maus elementos [...] Existia um carro de aves na estação servindo de cadeia e uma tina de água salgada fora. Depois da clássica surra, eram os marginais banhados na tina [...] Pouco a pouco Meriti ia melhorando. Depois da água que Nilo Peçanha deu e de algum saneamento, Meriti já não era mais Meriti do pavor [...] O sentimento era de renovação².

Seria interessante supormos que esta matéria exalte a figura de Nilo Peçanha e os antecedentes históricos de Meriti a um nível mais fantasioso que a realidade.

Embora a água citada na matéria de jornal não passasse de uma bica instalada na atual Praça do Pacificador, próxima à estação de Meriti, e as obras de saneamento terem somente atenuado as péssimas condições de habitação da cidade, foram o suficiente para gerar uma onda de especulações sobre o futuro de Meriti. Com a política varguista foi implantada, em 1933 a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, tendo como objetivos a redução das áreas pantanosas e das doenças, e o estabelecimento de um programa técnico que beneficiasse as terras da Baixada. O saneamento realizado por esta Comissão consistiu na drenagem dos rios Meriti, Sarapuí, Iguazu e Estrela, na instalação de bicas de água tratada, aplicação de inseticidas e na drenagem e no aterro das áreas alagadiças. Segundo Souza:

O saneamento realizado pela Comissão garantiu as condições mínimas para atender aos interesses de frações da classe dominantes locais e regionais, além de integrar a Baixada

¹ Pós-graduando em História Social da Baixada Fluminense e graduado em História pela mesma universidade. Professor da rede privada de ensino.

² O Tópico, 25/08/1958, Duque de Caxias. Edição especial comemorativa. "Faz 15 Anos o Município".

³ SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. RJ: Dissertação de Mestrado: UFF, 2002. Pag. 36

*Fluminense ao projeto nacional de colonização e modernização inaugurado pelo governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo. É possível identificar, nesse projeto, algumas características: a redescoberta e a ocupação dos espaços vazios, principalmente de áreas desvalorizadas, por meio da redução das áreas pantanosas, do controle das doenças e do aumento da produção agrícola; o desenvolvimento industrial a partir da forte intervenção estatal; e o fornecimento de uma educação técnica que promovesse o nacionalismo e o progresso agrário e industrial. Esse projeto deixou marcas em Duque de Caxias e foi efetivado por meio da forte intervenção do poder público, expresso na instalação do Núcleo Agrícola de São Bento, da Fábrica Nacional de Motores e da Cidade dos Meninos*³.

Unido à Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, a eletrificação Estrada de Ferro Pedro II, à especulação causada pelas obras de Nilo Peçanha, e ainda à emancipação de Duque de Caxias em 1943, provocou-se uma corrida imobiliária. Diversas áreas de Duque de Caxias foram alvo de loteamentos e ocupação, e dentre elas, Saracuruna. Grandes propriedades que até 1920 não tinham nenhum valor comercial, e eram comercializadas por valores irrisórios, agora passam a ser alvos de empresas imobiliárias, que desmembram o máximo possível tais terras em pequenos lotes e os vendem aos que procuram áreas para habitar. É neste contexto que Saracuruna, e outros bairros, têm início.

A atual ocupação da região hoje conhecida como Saracuruna, localizada no segundo distrito do município de Duque de Caxias, tem sua gênese quando o senhor Francisco Vieira Neto vende sua propriedade denominada Fazenda Rosário⁴ ao Sr. Jaime Fichman, na década de 1940. Embora não seja possível precisar o exato ano no qual se deu tal negociação, os nomes destes personagens, principalmente o de Jaime Fichman, estão intimamente ligados a esse processo de ocupação⁵. É unânime, entre os moradores, que o lugar assumiu o atual nome devido ao grande número de aves Saracura-preta, conhecida popularmente como Saracura Úna, que havia na região. Com o passar do tempo, Saracura Úna passou a Saracuruna.

Toda a região, incluindo áreas vizinhas como Jardim Anhangá, Morabi e Imbariê, vinha sendo alvo nessa década, da ação de empresas do ramo imobiliário. Estes loteamentos eram majoritariamente ilegais, e muitas vezes facilitados ou ignorados pelo poder público vigente. Um jornal da época diz que Duque de Caxias está se tornando um “paraíso” de negociatas e terrenos, e que toda hora aparece *um indivíduo ou um grupo de espertalhões* armando contra os pobres habitantes desta terra⁶. Um exemplo claro dessas irregularidades é o loteamento do bairro Jardim Anhangá, cuja empresa loteadora foi a Imobiliária CIAL, que após adquirir a propriedade do Sr. Fernando Jorge Rezende⁷, conseguiu em 1948 uma autorização da Prefeitura Municipal para lotear esta região. Esta autorização concedia à CIAL o direito de vender a área em lotes de 2.500m² com vendas direcionadas a indústrias ou destinadas ao plantio⁸. Porém a CIAL, arbitrariamente, divide o Jardim Anhangá em absurdos 14.000 lotes pequenos denominados pela Prefeitura de *Lotes Proletários*, e o pior: a região havia sido desde o início do século XX interditada pelo então existente Serviço Nacional de Malária, caracterizando a realização deste loteamento como um gigantesco descaso da Prefeitura em relação à população, e um favorecimento vergonhoso ao setor imobiliário privado.

³ SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. RJ: Dissertação de Mestrado: UFF, 2002. Pag. 36

⁴ O Tópico, 25/08/1958, Duque de Caxias.

⁵ Existem também relatos de um homem chamado José Fichman, irmão de Jaime Fichman, que chegou a comercializar terrenos na área da rua que nos dias de hoje leva seu nome.

⁶ O Municipal, 30/08/1952, p.01, Duque de Caxias.

⁷ FRANÇA, Cecília C. Da Vila da Estrela à Imbariê: Do Apogeu à estagnação. Monografia de Pós-Graduação, Duque de Caxias: CEPEA - FEUDUC, 1999. (Monografia de Pós-Graduação). p.29

⁸ O Municipal, 30/08/1952, p.03, Duque de Caxias.

O atual bairro de Saracuruna, diferente do que popularmente se pensa, teve como primeira região a ser ocupada não a sua parte central, mas sim a área onde se localiza a Vila Urussaí, mais precisamente a área localizada entre o rio Saracuruna e o Canal Farias, no entorno da Avenida Barão do Rio Branco. Desta forma nos relata o Sr. Raimundo Bernardo Filho:

Lá na beira do rio, lá era cheio de casa (sic) (...) ponta a ponta. Depois que foram crescendo, os pais foram morrendo, aí que saiu de lá, porque as dificuldades era grande (sic), quando tinha enchente, só tinha que vim de barco de lá pra cá.

O relato do Sr. Raimundo pode ser confirmado pela existência de ruínas e partes de alicerces de casas ao longo da margem norte do rio Saracuruna, perdidas em meio ao matagal, indicando que a ocupação iniciou-se por lá. Embora atualmente os Correios considerem as regiões vizinhas como outros bairros, estas localidades (Parque Independência, Vila Urussaí, Coréia, etc.) são na verdade subdivisões da conhecida Saracuruna. Neste caso, a empresa responsável foi a Melhoramentos Imobiliários⁹, que loteou a parte mais ao sul, nas proximidades do rio Saracuruna, próxima do lugar onde poucos anos mais tarde seria construída a rodovia BR-116. Esta empresa promoveu uma rápida derrubada das áreas de matas então existentes (pequenas manchas dessas matas ainda podem ser encontradas no entorno da Avenida Barão do Rio Branco e nas margens do rio) e abriu ruas pelos terrenos, inclusive a principal rua por onde se entra na Vila Urussaí, que dá acesso à Rodovia BR – 116, e pequenas valas nas margens destas ruas, visando o escoamento das águas das chuvas.

Estes terrenos, a princípio, não tinham muita procura devido à predisposição ao alagamento da área, visto que saneamento era algo inexistente nesta região na década em questão. Passam a ser intensamente procurados em meados dos anos 40, na medida em que surge a especulação de que o poder municipal levaria saneamento básico à região. Vemos em uma das edições do jornal Folha de Caxias de novembro do ano de 1955, mais de uma década após o início da ocupação da região, moradores pedindo às autoridades responsáveis, por meio desta publicação, providências relacionadas ao saneamento básico¹⁰. Curiosamente, porém, o saneamento não chegou, na maior parte da Vila Urussaí, até os dias de hoje. Esta região possuía condições topográficas totalmente inadequadas à habitação¹¹, visto que se encontra cerca de um metro abaixo do nível do rio, por isso frequentemente o lugar sofria com inundações por motivos diversos.

Na maioria das vezes, essas inundações ocorriam naturalmente ou por fatores climáticos: épocas de chuvas ou cheias do rio Saracuruna. Mesmo conhecendo estes fatores desfavoráveis à ocupação da região, o poder público Municipal, em convivência com a empresa Melhoramentos, registrou a planta, conferindo aparente legalidade ao loteamento¹². A solução inicial, encontrada para resolver ou mascarar o problema das inundações, foi a construção de uma barragem margeando o rio Saracuruna¹³.

Já haviam acontecido várias enchentes na região antes, devido aos fatores naturais já citados, mas a primeira grande inundação ocorrida na região foi o resultado do desmoronamento desta barragem no Saracuruna, que sucumbiu ante um volume de água superior ao planejado. O jornal Folha de Caxias, em dezembro de 1955 noticia que, num raio de 3 quilômetros quadrados, 432 casas entre residências e casas comerciais, ficaram inundadas, sendo que, nas áreas mais afetadas pela enchente, a água chegou

⁹ O Municipal, 20/12/1955, p.01, Duque de Caxias.

¹⁰ Folha de Caxias, 13/11/1955, pag.03, Duque de Caxias.

¹¹ O Municipal, 20/12/1955, p.01, Duque de Caxias.

¹² Ibid.

¹³ Como não se tem vestígios aparentes desta barragem no local, provavelmente pelas dragagens efetuadas no rio nas décadas seguintes, nas quais foram removidos quaisquer prováveis vestígios, não é possível precisar como e com que materiais esta barragem foi construída

ao considerável nível de quase dois metros¹⁴. Muitos moradores das regiões mais altas negavam-se a serem remanejados a outras partes de Saracuruna, pois se consideravam em segurança, pois as águas não atingiram grandes níveis, porém os moradores das áreas mais baixas, cujas casas eram em sua maioria barracões, foram todos removidos, e ficando abrigados com moradores cujas casas não foram afetadas pela enchente, nas áreas mais próximas do centro do bairro. Esta remoção foi executada por equipes enviadas da prefeitura e pela Guarnição do Corpo de Bombeiros da Fábrica Nacional de Motores, localizada em Xerém, 4º distrito de Duque de Caxias.

O prefeito da época, Francisco Corrêa, o chefe da Divisão de Engenharia de Duque de Caxias, e o Vereador Nabucodonosor Salles, morador local, primeiro vereador eleito em Saracuruna, pelo PSD, nas eleições de 3 de outubro de 1954 com 232 votos¹⁵, estiveram no local onde se rompeu a barragem, segundo a Folha de Caxias, tomando as providências necessárias, e investigando as causas da inundação, ainda desconhecidas. Porém, cabe aqui afirmarmos que as verdadeiras providências necessárias teriam sido tomadas se os responsáveis tivessem atendido aos pedidos vindos da população ao longo dos anos anteriores a tal deste acidente. O Municipal¹⁶, que como vimos, já vinha denunciando os loteamentos ilegais anos antes, publicado na mesma semana que a Folha de Caxias noticiou esta primeira enchente, trazia em sua capa a seguinte manchete: *Assassinos - Esta é a história dos grileiros de Caxias*. Esta manchete refere-se aos senhores Jaime Fichman e Genovesi, donos de loteamentos ilegais que originaram a parte central de Saracuruna, que são chamados de assassinos pela publicação por causa da morte de duas pessoas, vitimadas pela enchente. Embora o Vereador Nabucodonosor Salles tenha afirmado, aos repórteres da Folha de Caxias, que não houve casos de feridos graves ou mortes¹⁷, e esta informação fora publicada na Folha de Caxias, a edição em questão de O Municipal informa que foram achados dois corpos, uma senhora e uma criança. Um mês após o rompimento da barragem a vila Urussaí ainda se encontrava alagada¹⁸.

A segunda enchente de grandes proporções, segundo relatos, que se deu no primeiro quartel do ano de 1957, também ocorreu como consequência da intervenção humana desordenada na região. Foi aberto, um canal de cerca 1,5 metro de largura, um pouco mais de profundidade, e 1,4 Km de extensão, que ainda hoje é possível ser encontrado no local (Ver anexos; Fig. 3, 7 e 8). Este canal se inicia a cerca de 300 metros da entrada da Vila Urussaí mais próxima da Rodovia Rio – Magé (como é conhecida a BR-116), paralelo à Rua Capitão Frei Orlando (antiga Rua Petrolina), e seguia até o rio Saracuruna. Foi construído, provavelmente por iniciativa dos próprios moradores, já que as autoridades responsáveis ignoravam a situação de abandono em que viviam estas pessoas, visando o escoamento das águas das chuvas, para que esta não formasse grandes bacias e inundasse novamente o bairro.

Ao idealizar este canal, no entanto, seus construtores deveriam ter considerado dois fatores para sua construção. O primeiro é que o rio Saracuruna nasce na represa Saracuruna, na serra de Petrópolis, e corta muitos bairros antes de atravessar a região em questão, recebendo grandes volumes de águas em toda sua extensão. Em segundo, é que este rio tem seu nível grandemente aumentado nos momentos de maré cheia da Baía de Guanabara, onde este deságua, pois a água salgada entra pelo leito do rio adentro, fazendo seu curso “ao contrário”, até que a maré torne a baixar. Com a combinação desses fatores, unidos a um período de chuvas, o canal, ao invés de funcionar como escoadouro da água da chuva, fez com que

¹⁴ Folha de Caxias, 18/12/1955, pag.05, Duque de Caxias.

¹⁵ Folha de Caxias, 03/10/1954, pag.03, Duque de Caxias.

¹⁶ O Municipal, 20/12/1955, pag.01, Duque de Caxias.

¹⁷ Folha de Caxias, 18/12/1955, pag.05, Duque de Caxias.

¹⁸ Folha de Caxias, 15/01/1956, pag.04, Duque de Caxias.

a águas do rio Saracuruna entrassem rapidamente numa enxurrada bairro adentro, inundando mais uma vez o lugar e danificando as ruas, devido á composição arenosa de grande parte do solo dos terrenos. Havia, anteriormente, a proposta de aterrar a região, e comerciantes de Vila Urussaí e Saracuruna chegaram a correr uma lista visando angariar fundos para a realização de tal aterro¹⁹. Porém a medida adotada foi a abertura do canal, que semanas depois causaria tantos transtornos aos pobres moradores.

Sentindo-se ludibriados pela Melhoramentos, e desolados pelas perdas constantes de seus móveis, objetos pessoais e até de suas casas, muitos moradores moveram ações judiciais contra a loteadora requerendo indenizações pelos prejuízos, como vemos na nota a seguir:

Os moradores da Vila Urussaí, em virtude das constantes inundações ali ocorridas, impetraram uma ação judicial de indenização dos prejuízos que tem sofrido, contra a Companhia Loteadora dos terrenos daquela localidade. As ruas da Vila ainda não foram entregues à Prefeitura, sendo portanto, ainda, da responsabilidade d aCompanhia, (sic) a conservação do loteamento²⁰.

Vila Urussaí estava em foco para se tornar no coração comercial de Saracuruna²¹, o que não veio a acontecer. Devido a tantas enchentes sucessivas, muitas pessoas, que tiveram condições de fazê-lo, foram abandonando o lugar, e mudando-se para o centro de Saracuruna, que era pouco afetado. Assim, Saracuruna de tornou o centro da região, e Vila Urussaí formou-se de pessoas mais pobres, sem recursos para abandonar o lugar.

Em relação ao centro de Saracuruna, relatos nos dizem que o senhor Jaime Fichman, em meados dos anos 40, ficava às margens da outrora Estrada de Ferro do Norte, então Estrada de Ferro Leopoldina, mais precisamente no local onde hoje se encontra a Praça Vieira Neto, junto á estação Saracuruna, então conhecida como estação do Rosário. Na verdade, a parada de trem foi aberta com o nome de Rosário em 1888, e foi elevada à estação em 1 de junho 1928. Esta estação foi construída quando o senhor Francisco Vieira Neto, em 1926, exige como condição para que a estrada de ferro seguisse em frente, o direito de construir um bar dentro da estação, para que ele ou alguém de sua família desfrutasse. Em suas estadas na região da estação, Jaime Fichman comercializava os lotes por ele divididos da outrora fazenda Rosário. Relatos nos jornais da época nos mostram que estes terrenos eram vendidos por meio de financiamento, sem qualquer documentação formal, e era o próprio Jaime Fichman quem recebia os valores.

Tais lotes foram adquiridos em sua maioria por funcionários e amigos de funcionários da Rede Ferroviária Nacional, mas não apenas por estes, mas também por oriundos de bairros da cidade do Rio de Janeiro, assim como por migrantes vindos principalmente de cidades do nordeste do país buscando melhores condições de subsistência. O senhor José Firmino de Lima nos afirma que, no fim dos anos 40, início dos anos 50, este era o panorama encontrado em Saracuruna:

(...) Não tinha nada. Nem Praça aqui existia. Onde é essa praça hoje era um caminhozinho, do pessoal que vinha lá do Parque Independência, passava aí no meio, pra pegar... embarcar no trem pra descer. (...) Inclusive ele (Jaime Fichman) ofereceu até terreno a meu pai, aonde é essa farmácia hoje, que agora é Pacheco (...) Meu pai não quis aquele terreno naquela época. Ele disse que não ia empregar o dinheiro dele num mato.

¹⁹ Folha da Cidade, 12/05/1957, pag.09, Duque de Caxias. A Folha de Caxias, a partir do ano de 1957, assumiu o nome Folha da Cidade

²⁰ Folha da Cidade, 06/01/1957, pag.05, Duque de Caxias.

²¹ Folha de Caxias, 15/01/1956, pag.04, Duque de Caxias.

Esta informação nos leva a imaginarmos quais eram as inúmeras dificuldades encontradas pelos novos moradores.

Os loteamentos de Jaime Fichman eram vendidos sem nenhum tratamento prévio senão ruas abertas por máquinas em meio ao matagal, e algumas vezes, marcadas por cercas de arame farpado. Moradores recém chegados se queixavam das péssimas condições urbanísticas da localidade. Por diversas vezes moradores fizeram pedidos de providência às autoridades, e estes, se omitindo sob a alegação de que o loteamento ainda não havia sido de fato entregue à Prefeitura, por isso não seria possível a execução de saneamento, nem pavimentação, pois são responsabilidades dos respectivos proprietários pelo loteamento. Oportunamente, o Sr. Fichman, após ser cobrado a respeito da conclusão do sistema de esgotos e meio fio das ruas de seu loteamento²², tentou impor aos moradores a quantia de Cr\$100,00 por metro de meio-fio, não sendo bem sucedido nesta cobrança, pois os moradores uma vez mais recorreram ao vereador local e se negaram a pagar tal taxa²³. Outro problema enfrentado pelos moradores da época era a inexistência da coleta de lixo.

Ainda nos dias de hoje, mais de 60 anos após o início da ocupação do bairro, ainda existem áreas nas quais é literalmente impossível o trânsito de pedestres em épocas de chuvas, às vezes, até mesmo de automóveis. E este dado não se remete a partes distantes do bairro, como se faz pensar. Este problema ocorre em áreas amplamente habitadas, localizadas a cerca de oito quadras do centro comercial de Saracuruna. Um verdadeiro paradoxo, que ainda hoje é ignorado pelas administrações municipais, que, devido à grande complexidade de execução de obras de saneamento e pavimentação nesta área, preferem ignorar sua necessidade.

Algumas construções e eventos figuram entre os principais marcos deste período em Saracuruna. A chegada das primeiras instalações elétricas, efetuadas pela Companhia Luz e Força Imbariê, no início dos anos 50, mais precisamente em 1954, foi sem dúvida um fator relevante quanto à chegada de tecnologias ao bairro. Porém, varias notas queixosas ao longo dos anos de 1954 a 1957 em jornais nos mostram que o fornecimento era deficiente: constantemente havia interrupções no serviço, causando transtornos principalmente aos comerciantes, como açougues e a padaria, que já utilizavam maquinário elétrico. A construção da Praça Vieira Neto teve sua primeira especulação na edição natalina de 1955 da Folha de Caxias, e a edição de 13 de janeiro de 1957 da Folha da Cidade dizia que a construção estava em pleno andamento. A estrada hoje chamada de Av. Presidente Roosevelt, a principal de Saracuruna, no final da década de 50, primeiro aterrada, mais tarde, calçada com paralelepípedos. Este calçamento ocorreu provavelmente como consequência da pavimentação da BR – 116, inaugurada em agosto de 1959, considerando que em agosto de 1956 a Folha de Caxias noticiou que seria aberta uma nova estrada que ligaria Saracuruna a Fabrica Nacional de Motores. Tal estrada nova não seria uma ligação rodoviária direta até Xerém, como imaginaram os moradores locais. Foi na verdade o início da Rodovia Rio - Teresópolis, que tem seu início no Km 16 da Rodovia Rio – Petrópolis (BR – 040).

Muito provavelmente a primeira via de acesso à antiga Rosário, antes do loteamento da região, se dava pela Estrada do Rosário, com início no Km 15 da Rio – Petrópolis, na altura do bairro hoje chamado Figueira, no fim da Estrada Velha do Pilar. A Estrada do Rosário passa pelos bairros Camboatá e Jardim Primavera, e, atualmente, se finda na atual Avenida Presidente Roosevelt, bem próximo à Praça Abílio Barreto. Provavelmente, em seus anos de exclusividade, esta estrada chegava até o centro de Saracuruna, pelo do trecho da atual Estrada de Santa Cruz em Parque Independência, compreendido da Praça Abílio Barreto ao centro do bairro, findando na atual Av. Nelson Mauro, marginal da Estrada de Ferro (Vide anexos;

²² Folha de Caxias, 08/01/1956, pag.01, Duque de Caxias.

²³ Folha de Caxias, 15/01/1956, pag.04, Duque de Caxias.

Fig.4). Mais tarde, após o início da ocupação do bairro, uma derivação é aberta ligando o centro do á futura BR – 116. Este novo acesso, após a colocação de paralelepípedos, em função da pavimentação da BR - 116, constituíram a atual Avenida Presidente Roosevelt. Até então, a principal entrada para Saracuruna utilizada, embora posterior á Estrada Velha do Rosário, era a antiga Rua Petrolina, que no seu findar se tornava a Avenida Rio Branco.

O Social Clube Rosário, construído com investimentos de 75 sócios proprietários, foi inaugurado com duas grandes festas nos dias 22 e 29 de junho de 1956, sob o nome inaugural Esporte Clube Rosário²⁴. Em sua época, esta inauguração foi considerada como um importante acontecimento para a sociedade saracurunense. É relevante, porém, ressaltarmos que este foi sim acontecimento importante, mas unicamente para a elite comerciária de Saracuruna, considerando que as classes baixas da sociedade estavam mais ocupadas com as águas que frequentemente inundavam suas casas. A abertura da agência dos Correios se deu em Setembro de 1955²⁵.

Em relação aos transportes, é sabido que os moradores tinham uma estreita relação com a ferrovia. A abertura da estação de trem, como na maioria dos bairros onde existem estações, foi um dos fatores motores para a ocupação de Saracuruna.

Era o transporte mais utilizado aos trabalhadores que se deslocavam até o Distrito Federal, e ainda nos dias de hoje, figura entre um dos meios mais usados, por ser caracterizado pelas tarifas mais baixas que dos ônibus, e por não ser afetado pelos congestionamentos. Além disso, o trem também era utilizado pelos moradores que se deslocavam até o centro de Duque de Caxias nas manhãs de domingo, com o objetivo de fazer suas compras semanais. A primeira de ônibus a rodar na região foi a Transporte e Turismo Junel S/A, que era caracterizada pelo galo que trazia em cima do veículo²⁶. Na medida em que a população crescia, foram necessárias ampliações nas plataformas, que passaram a não comportar mais o número de usuários.

De 1898, ano em que adquiriu a Estrada de Ferro do Norte, até 1949, a Leopoldina Railway Company Ltd. estava sob a administração mista, formada entre brasileiros e ingleses, passando interinamente em 1950 à jurisdição nacional, sob a tutela do Ministério da Viação e Obras Públicas (Atualmente Ministério dos Transportes), e subordinadas ao Departamento Nacional das Estradas de Ferro, e assim permanecendo até 16 de março de 1957, com a criação da Rede Ferroviária Federal S.A., agora sob o nome Estrada de Ferro Leopoldina²⁷. Só então, por iniciativa da RFFSA, foram efetuadas as obras necessárias nas plataformas da estação Saracuruna. A Folha da Cidade de 8 de dezembro de 1957 afirmava que as obras nas plataformas de embarque e desembarque de passageiros muito em breve estariam concluídas. Conclui-se então, é muito provável que tenha sido no ano de 1958 que foram concluídas tais obras.

Embora os transportes ferroviários fossem conhecidos por oferecer segurança ao usuário, existem relatos, não raros, de incidentes como pessoas atirando pedras nos trens, assaltos praticados dentro das composições, ou mesmo, esporadicamente, descarrilamento de vagões, nos fazem perceber que as viagens não eram tão seguras como se faz supor:

Chamamos a atenção da Polícia para o fato de alguns maus elementos ou talvez crianças que se postam no "Corte da Bananeira", esperando que o trem passe para atirar pedras no comboio. Dia 8 último, Mario de Oliveira recebeu uma pedrada na cabeça, viajando no

²⁴ Folha de Caxias, 19/08/1956, pag.03, Duque de Caxias.

²⁵ Folha de Caxias, 18/09/1955, pag.03, Duque de Caxias.

²⁶ FRANÇA, 1999, p.29

²⁷ RODRIGUEZ, Helio Suevo. A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: O Resgate da Memória. Rio de Janeiro: Ed. Memória do Trem, 2004. p.131

trem, ficando alguns minutos sem sentidos. Desta forma os passageiros dos trens correm até risco de vida ²⁸.

Um trem descarrilou em Saracuruna, na última quinta feira, abrindo os trilhos de ambas as linhas. Era uma composição de carga. Em consequência, ficou paralizado (sic) o tráfego de ida e volta, prejudicando muitos trabalhadores que iam para o trabalho ²⁹.

Elementos suspeitos têm sido vistos em Saracuruna nos últimos dias, vindo de procedências ignoradas. A população fica apreensiva, principalmente porque, pessoas que vem de outros lugares pra visitar parentes, são muitas vezes, assaltadas nos trens. E os assaltantes na maioria das vezes, saltam em Saracuruna... ³⁰

Desta forma, particularmente através desta última nota, já é possível percebermos que a segurança pública atravessava um momento crítico em Saracuruna.

Na edição de 25 de setembro de 1955 da Folha de Caxias o Sr. Sebastião Lopes da Luz, então comandante do destacamento militar da sub-delegacia de Campos Elíseos, responde a críticas sobre a deficiência no patrulhamento em toda região ³¹. Embora o Sr. Sebastião negasse tal deficiência, os números afirmavam o inverso: quase todas as edições dos jornais que circulavam em Duque de Caxias na época traziam notas sobre ocorrências policiais, como veremos nestes exemplos:

Os ladrões continuam agindo impunemente em Saracuruna. Novos assaltos se têm verificado, sem que as autoridades possam capturar os seus autores. São elementos astutos e que trabalham organizados, dificultando o trabalho da polícia que, em Saracuruna não dispõe de pessoal suficiente para a necessária repressão dos criminosos ³².

Foi assaltada mais uma casa comercial em Saracuruna, tendo os ladrões levado a importância de C\$ 12 mil. O sr. Santos, proprietário da casa roubada, resolveu tomar providências por sua conta própria pois, segundo declarou, as autoridades policiais do lugar nem sequer tomaram conhecimento do fato. (...) ³³

As ruas desertas e sem iluminação e a deficiência de policiamento, somadas as baixas condições socioeconômicas, rivalidades pessoais, entre outros problemas, tinham como consequências assaltos, roubos, violência gratuita e infundada, e até assassinatos. O Sr. Manoel ³⁴ afirma que, no logo no início dos anos 50, quando criança, presenciou um homicídio na praça central de Saracuruna, hoje Praça Vieira Neto. Manoel e outras crianças de sua idade jogavam futebol quando viram o momento que um homem alvejou um passageiro que desembarcara do trem minutos antes. Manoel revela ainda que os boatos que correram o bairro na época do acontecimento é que, a vítima teria ido a Saracuruna portando uma quantia razoável de dinheiro, para fins de adquirir um lote, então, o assassino, de alguma maneira, já ciente deste fato, cometeu o crime visando apossar-se do dinheiro de sua vítima.

²⁸ Folha de Caxias, 15/01/1956, p.08, Duque de Caxias.

²⁹ Folha da Cidade, 28/07/1957, p.08, Duque de Caxias.

³⁰ Folha da Cidade, 10/11/1957, p.06, Duque de Caxias.

³¹ O pequeno posto policial que existia em Saracuruna estava sob a jurisdição da 60ª DP de Campos Elíseos. As prisões efetuadas nas regiões adjacentes a Campos Elíseos eram encaminhadas a esta delegacia.

³² Folha da Cidade, 30/06/1957, p.03, Duque de Caxias.

³³ Folha da Cidade, 28/07/1957, p.08, Duque de Caxias.

³⁴ Manoel é um nome fictício. A pessoa que forneceu tais dados solicitou que não fosse identificada.

A lei era infringida também no parque de diversões do bairro. A Folha da Cidade publicou, em 10 de novembro de 1957, a seguinte informação: *Existe em Saracuruna um parque chamado de “diversões”, onde impera a mais desenfreada jogatina, inclusive para menores. Comissários de menores fiscalizavam frequentemente o parque e outros circos temporários, apurando a denúncias de menores envolvidos nestas jogatinas do local. É relevante, neste contexto, observarmos as dificuldades enfrentadas concernente à educação.*

A primeira escola de Saracuruna, ao que relatos indicam, foi uma pequena escola privada, mas somente de nível primário. Assim nos afirma o Sr. José Firmino de Lima:

A primeira escola rapaz... eu sei que quando cheguei aqui, os meus cunhados, ex-cunhados, a gente queria estudar e não tinha como. Dona Íris, era aqui do outro lado na Coréia, foi a primeira escola, Dona Íris (...)

A Sra. Maria Felix Bezerra, 77 anos, no entanto, afirma que a primeira escola de Saracuruna foi o Colegial Brasil, cujo proprietário era um senhor conhecido como Sr. Cabral, e uma senhora chamada Edna, e que *o primeiro colégio público foi o C.E. Sarah Faria Braz*, e ainda que os filhos dos funcionários da E.F. Leopoldina tinham prioridade de matrícula nas escolas. A Folha de Caxias noticiou em 25 de março de 1956 que em torno de 300 crianças em idade escolar não estariam matriculadas. A escola Estadual de Saracuruna, que ao que tudo indica era o Sarah Faria Braz, só possuía capacidade para atender a 130 alunos em três turnos, e pelo menos 50 pretendes à matrícula já haviam sido recusados³⁵. Estes poucos cujos pais conseguiram matricular estudavam em condições precárias: só havia uma sala para as aulas, a escola não dispunha de nenhum banheiro sequer, não possuía janelas, o que era um grande problema quando chovia. Muitas crianças ficavam de fato sem estudar, pois a locomoção diária até o centro de Duque de Caxias se tornava cara e inviável. Já a Escola Municipal Francisco Correa, foi inaugurada provavelmente início da década de 1950. Os relatos são compreensivelmente imprecisos, pois muitas escolas apareceram no mesmo período, em diferentes partes do bairro. Quanto à instalação do C.E. Alberto Santos Dummont, na Vila Urussaí, a Sra. Maria Félix Bezerra assim nos informa:

(...) 1 hora da tarde encostou o caminhão de madeira, de cimento, de pedra, aí já era um movimento grande. Pra fazer lá na praça do Jacaré, esse colégio ia ser feito na praça do Jacaré (...) é lá dentro da Urussaí mesmo, lá perto da ponte preta (...)lá quando chove, dá água no pescoço, aí o Seu Ananias disse “você não vão fazer lá, porque lá não presta, eu tenho aqui minha área, toma um pouco daqui, você bota a madeira no chão, bota o cimento no chão, (sic) faz o colégio aqui”. Aí eles derrubaram a madeira, tábuas, aí começaram a fazer. (...) o Seu Ananias que cedeu um pedaço pra fazer.

Após algumas tentativas frustradas de requerimento de uma escola na Vila Urussaí junto à Prefeitura, o Sr. Ananias Santana, falecido esposo da Sra. Maria Félix, como vimos, convenceu os empreiteiros a construírem a escola num dos lotes que ele havia de ceder, dois lotes após sua casa.

Em relação aos viveres básicos, relatos nos indicam que ainda no ano de 1950, Saracuruna não dispunha de nenhum estabelecimento nos moldes de mercado no qual alimentos pudessem ser adquiridos. Só haviam botecos, e pequenas vendas, e o mercado de peixes, que por sinal era bem forte. O mercado de peixes não se tratava de um lugar fixo onde frutos do mar eram comercializados, pois isso só acontece na década de

³⁵ Folha de Caxias, 25/03/1956, p.04, Duque de Caxias.

50. Até então os peixes eram vendidos por peixeiros ambulantes, que compravam o pescado na Praia de Mauá, e o revendia em Saracuruna. Excetuando os produtos cultivados na região, como verduras, frutas e legumes, os demais alimentos, os cereais, só eram obtidos no centro de Duque de Caxias, ou logo, depois, em Jardim primavera. Os comércios foram se estabelecendo após o ano de 1950, e 3 anos depois já haviam um açougue, do Sr. Chico Lima, como era conhecido, uma padaria e um mercado. Na Vila Urussaí havia uma granja, na propriedade de uma senhora conhecida como Dona Júlia. A água era de poço: cada morador possuía o próprio, ou quando a água de sua propriedade não tinha qualidade aceitável, era usual conseguir com o vizinho. Outros estabelecimentos conhecidos de Saracuruna eram a Fábrica de Esquadilha, a Farmácia Nossa Senhora do Rosário, a Sapataria Nair, o Mercadinho Mercúrio e o Mercado Maringá, além dos célebres cinemas de Saracuruna: Cine Iara, pertencente ao vereador Salles, na Rua Machado de Assis, e o Cine Saracuruna, que recebia muitas críticas em relação aos títulos apresentados e aos muitos cortes na projeção³⁶.

Referências Bibliográficas

- BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BRAZ, Antonio Augusto. **Vidas em transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do Século XX**. Vassouras: USS, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- FRANÇA, Cecília C. **Da Vila da Estrela à Imbariê: Do Apogeu à estagnação**. Monografia de Pós-Graduação, Duque de Caxias: CEPEA - FEUDUC, 1999. (Monografia de Pós-Graduação)
- BATISTA, Jordan de Alexandre. **Grileiros versus novos moradores: A História da Ocupação de Saracuruna e seus Impactos Ambientais**: Duque de Caxias: Instituto de Humanidades – UNIGRANRIO, 2009. (Monografia de Graduação)
- RODRIGUEZ, Helio Suevo. **A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: O Resgate da Memória**. Rio de Janeiro: Ed. Memória do Trem, 2004.
- SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)**. RJ: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado).

Fontes

1) Impressas

a) Acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias Vereador Thomé Siqueira Barreto

- Folha de Caxias, Duque de Caxias – Todas as edições de 1955 e 1956.
- Folha da Cidade, Duque de Caxias – Todas as edições de 1957.
- O Tópico, Duque de Caxias – 25/08/1958.
- O Municipal, Duque de Caxias – 30/08/1952 e 20/12/1955.

2) Depoimentos orais

a) Acervo pessoal

- Ercilha Faria dos Santos, 76 anos, Aposentada, Residente em Saracuruna.
- José Firmino de Lima, 62 anos, Barbeiro, Residente em Saracuruna.
- Maria Felix Bezerra, 77 anos, Aposentada, Residente em Saracuruna.
- Raimundo Bernardo Filho, 42 anos, Ajudante, Residente em Saracuruna.



³⁶ Folha da Cidade, 24/02/1957, p.02, Duque de Caxias.

FORMAÇÃO DO MOVIMENTO CAMPONÊS NA BAIXADA FLUMINENSE (1950-1964)

Thiago Schubert Lopes¹

A questão agrária é e sempre foi um problema social presente na região da Baixada Fluminense. Para compreendermos melhor esse assunto se faz necessário a análise das disputas fundiárias ocorridas na região nas décadas de 1950 e 1960, pois a esse período remete-se todo tipo de desenvolvimento de lutas camponesas ocorridas até os dias de hoje e o caráter de construção da identidade da classe camponesa. Além disso, torna-se importante avaliar o papel da Baixada Fluminense no momento de maior crescimento da politização dos mais diversos setores da sociedade para o tema da reforma agrária.

Transformações na estrutura fundiária a partir da crise do escravismo e das políticas de saneamento.

As lutas pela terra na Baixada Fluminense tem suas raízes nas transformações presentes na estrutura fundiária da região a partir da crise do escravismo.

Com a crise do sistema escravista, *“a terra substitui o escravo como meio mais simples à obtenção de crédito gerando uma crescente valorização da propriedade da terra”*. (ROCHA: 2000, 19). Dessa forma, a elite local passa a dividir parte de suas terras comercializando-as em forma de lotes para captar recursos necessários à sua manutenção e reprodução social. Dois fatores principais contribuem para a valorização dessas terras: *“grupos que, motivados pelo crescimento da Cidade-Capital e outros fatores, procuraram as regiões periféricas para morar ou investir”* (Ibidem, 32) e o desenvolvimento da citricultura em Iguazu que ganhou *“contornos de verdadeira especulação ao longo das primeiras décadas do século XX, incentivando ainda mais a venda de terras”*. (Ibidem, 27).

Parte das terras abandonadas, despovoadas e incultas, não apenas muda de proprietário, mas também passa a receber lavradores que, em condições diversas que vão desde a parceria até a ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começam a produzir juntamente com suas famílias.

É importante destacar porém, que apesar das ofertas e facilidades de obtenção dessas terras loteadas, isso não significou o desmantelamento do latifúndio e a divisão quantitativa dessas terras entre a população de classe baixa.

De modo geral, embora ocorresse um gradativo aumento no número de unidades agrícolas de pequenas dimensões, sugerindo o desmantelamento dos latifúndios, os movimentos ocorridos na estrutura fundiária local tomaram o sentido de privilegiar a grande propriedade rural. O crescente “mercado” envolvendo pequenas propriedades, reforçaram a sobrevivência do latifúndio².

Deve-se atentar ainda ao fato de que a possibilidade de formação de novos latifúndios não significou o declínio das elites locais, mas a substituição de seus grupos de composição. *“Se, por um lado, desapareciam os Barões e Comendadores do Império, por outro, tomavam seu lugar os “Coronéis” da República Velha”*. (Ibidem, 31-32).

¹ Pós-graduando em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO.

² PROCHA, Jorge Luís. “De quando dar os anéis”: A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações. In: Hidra de Igoassú, Ano II, nº. 3. Rio de Janeiro: APPH-CLIO. Abril/Maio/Junho de 2000. pp. 32.

Com a crise da economia cafeeira, os governos estaduais e federais passam a investir verba pública no beneficiamento da produção e nos incentivos a diversificação agrícola. Nesse contexto aparece a Baixada Fluminense como região de possível recuperação agrícola, recebendo investimentos para o saneamento das áreas pantanosas e alagadiças.

Juntamente com as obras de saneamento estava o projeto de colonização que visava à criação de núcleos coloniais buscando “afirmar uma vocação agrícola para toda a Baixada Fluminense, destinada a ser um cinturão verde, ao mesmo tempo em que se promove a industrialização em outras regiões do estado do Rio”. (GRYNSZPAN: 1987, 47). Buscava-se além disso, diminuir as pressões sociais de áreas mais densamente povoadas como a Capital. Para dirigir essa colonização foi criada, em 1938, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), vinculada ao Ministério da Agricultura.

Porém, os objetivos de recuperar a região tornando-a produtiva, eliminar dali a apropriação indébita de terras e evitar a especulação que seria decorrente da valorização conferida às terras pelas próprias obras públicas ali realizadas, não foram plenamente alcançados. Muito pelo contrário, as obras de saneamento e a criação de núcleos coloniais geram uma grande valorização das terras dessa região incentivando a especulação imobiliária e intensas disputas pela terra, principalmente através de uma nova “onda loteadora”.

Diferente do objetivo inicial, essa atividade loteadora contribui com a divisão das terras para venda em lotes urbanos, e não agrícolas, além de iniciar os despejos o que afeta diretamente os lavradores que ocupavam essas terras desde o fim do século XIX.

*Os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores na Baixada, em particular em municípios com Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Os despejos de lavradores relacionavam-se com a própria transformação do espaço rural em espaço urbano*³.

Essa onda loteadora torna-se a principal responsável pelos despejos, que conseqüentemente torna-se o principal responsável pelo início das lutas pela terra na região.

Desenvolvimento das lutas pela terra na Baixada Fluminense: a configuração das identidades sociais, o usucapião como forma de resistência e as desapropriações como radicalização das lutas.

No Brasil, no período compreendido entre os primeiros anos da década de 1950 até o golpe militar de 1964, configuram-se diversos conflitos sociais no campo, tendo como grande exemplo disso a criação das Ligas Camponesas nordestinas, vistas como o mais significativo movimento social camponês ocorrido no país. Porém, os conflitos ocorridos no campo do Rio de Janeiro possuem uma importância tão grande quanto os ocorridos no Nordeste, o que pode ser facilmente percebido quando analisamos a tamanha radicalização chegada.

*Foi a partir deste momento, mais claramente, que se conformaram novas categorias de percepção do campo e dos camponeses de maneira geral, que passaram a ser identificados como atores políticos importantes (...)*⁴

³ GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1987. pp. 56-57.

⁴ GRYNSZPAN, Mário. Luta pela terra e identidades sociais. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. 5 (suplemento). Rio de Janeiro. Julho de 1998. pp. 255-256.

A partir do início de 1950 os lavradores que passaram a ocupar as terras da Baixada Fluminense no fim do século XIX e início do XX, são expulsos dessas terras. Para resistir a esse flagelo, esses lavradores organizam-se criando associações e buscando uma identidade social que legitimasse seu direito de posse de tais terras.

Entre os principais fatores que facilitou a ação daqueles que promoviam os despejos podemos citar a falta de documentação apropriada e a indefinição quanto aos limites e à titulação das propriedades da Baixada.

Para tanto, em um trabalho conjunto entre as lideranças dos lavradores e seus advogados, passa-se a utilizar os termos “Posseiros” e “Grileiros” para legitimar a ação de um em detrimento do outro.

*Buscava-se, através da nomeação dos atores, impor uma forma de percepção dos conflitos que favorecessem os atos e as pretensões dos lavradores e, ao mesmo tempo, inviabilizasse os de seus inimigos*⁵.

Assim, os grileiros eram percebidos, de um modo geral,

*como falsos proprietários, pessoas que apareciam de repente, depois que a terra havia sido desbravada e valorizada pelos lavradores, portando documentação forjada e exigindo a saída destes, para o que empregavam meios diversos que iam desde ações judiciais – mesmo que não fossem donos de direito –, até a violência direta, exercida tanto pela polícia quanto por jagunços contratados. Mais ainda, uma vez que visavam não à produção, mas sim a especulação, a realização de loteamentos, sua ação era vista como um obstáculo a que a terra cumprisse a sua função econômica e social, causando prejuízos mesmo aos habitantes das cidades*⁶.

Reside na configuração da categoria de grileiro um grande problema. Todos os que exerciam algum tipo de ameaça à fixação dos lavradores nas terras, passaram a ser vistos como grileiros, o que não excluía os donos legítimos.

Torna-se então necessária a caracterização dos lavradores como posseiros para legitimar a forma de luta exercida pelos mesmos, pelo menos até o início da década de 1960, com o instituto do usucapião.

O usucapião era utilizado como forma de luta jurídica em que os posseiros referiam-se ao tempo de ocupação da terra e a importância e valorização geradas pelo trabalho exercido por eles em todo esse tempo e organizava-se sob a direção das diversas associações existentes nesse período.

Já no final da década de 1940, começam a surgir as associações de lavradores nas áreas de tensão e disputa pela terra. As primeiras associações são as de Pedra Lisa, no município de Nova Iguaçu e a de Xerém, no município de Duque de Caxias, fundadas respectivamente em 1948 e 1949. Até o fim da década de 1950, praticamente todas as áreas em disputa no campo fluminense contavam com uma associação para organizar a defesa de suas terras. As duas primeiras associações ajudavam a organizar a resistência nas outras regiões e assim acabavam criando novas entidades.

Ao lado da luta jurídica do usucapião, outras formas de ação eram conjugadas pelas organizações camponesas na resistência contra os despejos. Ao mesmo tempo em que os lavradores eram orientados a permanecerem na terra o máximo que pudessem, eram promovidas denúncias através de jornais e

⁵ GRYNSPAN, Mário. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada. In: DADOS, Revista de Ciências Sociais, Vol. 33, n.º. 2. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ. 1990. pp. 293.

⁶ Op. Cit. GRYNSPAN: 1998, 264-265.

manifestações nas cidades visando o apoio da população, do poder público e a solidariedade dos setores urbanos na tentativa de ilegitimar a ação dos grileiros procurando tornar os despejos um problema político.

*A representação que se procurava produzir dos lavradores, através das manifestações e dos jornais, articulava-se com a luta jurídica. O que importava era caracterizar os lavradores como posseiros, a fim de se obter o controle da terra com base, a princípio, no usucapião*⁷.

José Pureza comenta um despejo onde fica claro o uso dessas formas de ação:

Depois do despejo da Cooperativa, veio o despejo judicial dos lavradores de Capivari, que incluía a fazenda Penha Caixão, onde eu trabalhava com a família. Isso por volta de 1955. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até máquina de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinha e outros bichos.

O despejo dos lavradores em Xerém foi decretado pelo juiz de Caxias. A autoridade judicial tomou tal decisão mesmo depois de termos provado que a documentação do grileiro era falsa.

*Com a execução do despejo, a "Associação" arregimentou os lavradores para Niterói. Resolvemos acampar no Campo de São Bento durante mais de um mês, aguardando que o governo nos assentasse em terras do Estado. No acampamento do campo de São Bento, recebemos a solidariedade de todo o povo de Niterói, particularmente dos moradores das redondezas. Muitos Sindicatos Operários da cidade também solidarizaram-se conosco. Finalmente, o governo ofereceu umas glebas de terras em Casimiro de Abreu*⁸.

As relações entre o movimento camponês e os setores urbanos fazem parte de uma questão já discutida em pleno século XIX por Karl Marx ao analisar o engajamento político dos camponeses na França no golpe de Luís Napoleão, conhecido como 18 Brumário⁹. Isso demonstra que não seria possível a ampliação da força dos lavradores da Baixada se estes não tivessem buscado uma aliança a diversos setores da sociedade.

O principal fator que favorece a formação de alianças é a semelhança das dificuldades vividas por esses setores. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os lavradores da Baixada Fluminense estavam sendo despejados, eram alvos também de despejos os lavradores do Sertão Carioca e os moradores dos morros cariocas, o que gerou uma série de manifestações conjuntas. Essa rede de alianças formava-se entre diferentes categorias de trabalho e até diferentes estados,

Como o que se verificaria no início de 1957, quando "posseiros" de Cachoeira de Itapemirim (ES) foram a uma audiência com o oficial de Gabinete do Presidente Juscelino Kubitschek acompanhados de "posseiros" de Pedra Lisa (RJ - Nova Iguaçu).

Não raro, categorias de lavradores promoveriam ações de solidariedade em apoio a categorias de trabalhadores urbanos. Em 1958, por exemplo, os "posseiros" de Pedra

⁷ Op. Cit. GRYNSZPAN: 1990, 295.

⁸ PUREZA, José. Memória Camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. pp. 30-31.

⁹ MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Lisa – novamente eles – enviaram mantimentos (mandioca, bananas e cana) aos diaristas demitidos pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Os pequenos lavradores de Xerém, vendo o alcance das repercussões de seu movimento, passariam a distribuir “listas de arrecadação” entre os trabalhadores de fábricas próximas da localidade. Mas talvez mais significativo tenha sido o fato daqueles lavradores terem se alojado, quando do primeiro despejo, na sede do Sindicato dos Operários Navais¹⁰.

Curiosamente, somado a isso, com a intensificação dos despejos o número de lavradores na região aumenta. Esse aumento ocorre através de novas ocupações promovidas por migrantes de diversas regiões do estado e até de outros estados. Mesmo no caso desses novos posseiros, quando ocorria alguma tentativa de despejá-los, era utilizado o argumento do usucapião, procurando mostrar que não eram posses recentes.

É importante destacar dois aspectos do ponto de vista organizativo. O primeiro deles é a ativa participação das mulheres, articulando-se para fazer levantamento de fundos para garantir economicamente as suas entidades e a pressão exercida por elas para que os companheiros fossem soltos quando havia prisões.

O segundo aspecto a ser ressaltado é o desenvolvimento de cooperativas, organizadas pelas próprias associações, *“quer para a compra de insumos agrícolas, e demais bens necessários, quer para a venda dos produtos, num esforço de livrar os camponeses dos atravessadores”*. (MEDEIROS: 1983, 9).

Apesar de tudo isso a luta através do usucapião se mostrou completamente ineficaz, já que os despejos não somente não acabaram, mas intensificaram-se.

Começamos errado, porque começamos a lutar pelo usucapião. Isso era uma ilusão de classe. Não deu certo apesar de estar na lei. Quando chegava no juiz, botava um parágrafo não sei o que, um artigo, e a gente não conseguia o usucapião¹¹.

Somando-se a isso temos o reconhecimento das lutas dos lavradores fluminenses e a crescente politização da questão agrária em nível nacional. Era um momento propício para o desenvolvimento de uma forma de luta mais radical.

Até então, para se contrapor aos despejos, nossos advogados reclamavam, em juízo, o usucapião que prescrevia o direito de propriedade após a posse ininterrupta da terra durante mais ou menos dez anos. A decisão do nosso movimento a partir daí foi substituir a reclamação de usucapião por uma luta pela desapropriação das terras em litígio¹².

Diversos fatores contribuem para o processo de radicalização das lutas, que em alguns momentos chegam até ao conflito armado. Destacamos a mudança no governo do estado que se verifica em 1959 com a ascensão do PTB e de Roberto Silveira, marcando uma fase de maior diálogo entre o Executivo estadual e os camponeses; as ocupações que já vinham ocorrendo, porém até o final dos anos 50, apareciam como resistências de antigos posseiros contra o assédio dos grileiros e já no início dos 60, contudo, passam a ser feitas de forma aberta; e o amadurecimento do processo organizativo das associações, que é comprovado pela fundação, em 1959, da FALERJ, Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ SANTOS, Leonardo Soares dos. Laços em Movimento: as ligações dos posseiros do sertão carioca com outros movimentos sociais (1945-1964). In: I Colóquio sobre Questão Agrária. Rio de Janeiro: UFF. Outubro de 2005. pp. 65-66.

¹¹ Dados de entrevista a José Pureza. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (coord.). Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro. Relatório de trabalho, CPDA/UFRRJ. 1983. pp. 12.

¹² Op. Cit. PUREZA: 1982, 32. Grifos do autor.

O ditado popular costuma dizer que “de grão em grão, a galinha enche o papo”. Da mesma forma, de “Associação” em “Associação”, sentimos a necessidade de fundar uma entidade que coordenasse a luta em todo o Estado do Rio de Janeiro. Diferentemente da “Associação dos Lavradores Fluminenses”, coordenada pelos camponeses de Xerém, sua diretoria seria eleita pelo conjunto das “Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícola” existentes em diversos municípios.

Com a finalidade de constituir e eleger a “Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro” (FALERJ), realizou-se a “I Conferência Estadual” no ano de 1959, na cidade de Niterói. A criação da “Federação”, com sede na mencionada cidade, levou a um desenvolvimento ainda maior das “Associações” em todo o interior do estado ¹³.

Logo após sua fundação, a FALERJ imediatamente filiou-se à ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil ¹⁴.

A FALERJ organiza a II Conferência no mês de setembro de 1961, no Estádio Caio Martins, em Niterói, para discutir assuntos que iam desde a situação dos lavradores na luta por seus direitos e interesses, passando pela legislação agrária e estrutura rural brasileira, até a organização das associações civis e sindicais dos lavradores. Porém, seguindo a tendência de mobilização camponesa nacional, a bandeira principal do encontro foi a reforma agrária. A Conferência realizou-se em clima de radicalização, já adiantando o tom do Congresso de Belo Horizonte, convocado pela ULTAB.

Na Conferência, chamam atenção as declarações de Bráulio Rodrigues que, após um resumo das lutas no estado, afirmou:

Companheiros, estamos chegando à conclusão de que para a aprovação da reforma agrária no Brasil será preciso que os lavradores de todo o país se levantem em luta mais vigorosa. Se quisermos ter uma reforma agrária de base, temos que seguir a experiência do povo cubano ¹⁵.

O Congresso de Belo Horizonte, convocado pela ULTAB, constituiu-se num marco das lutas camponesas no Brasil, consagrando a palavra de ordem “Reforma Agrária radical, na lei ou na marra”. Bráulio Rodrigues comenta a participação da delegação do Rio de Janeiro no Congresso:

Nós levamos mais de 300 delegados, de trem. Quando chegamos em Belo Horizonte, fizemos uma passeata pela Avenida Afonso Pena até a Praça da Liberdade. No Congresso, o estado do Rio era o que gritava mais forte: “Reforma agrária, na lei ou na marra!” O presidente João Goulart compareceu ao Congresso. Quando ele foi falar, todos gritavam: “Na lei ou na marra! Na lei ou na marra!” Ele não falou nada, nem sim, nem não ¹⁶.

¹³ Ibidem, 39.

¹⁴ A ULTAB surgiu em 1954, como entidade coordenadora das diversas associações de lavradores que surgiam em diversos pontos do país, principalmente sob influência do Partido Comunista. Embora em sua forma legal ela funcionasse como uma federação dessas entidades, na realidade exercia o papel de ligação do Partido Comunista com o campo. (MEDEIROS: 1983, 3).

¹⁵ Luta Democrática, 17 e 18/9/1961. In: MEDEIROS: 1983, pp. 6.

¹⁶ SILVA, Bráulio Rodrigues da. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR. 2008. pp. 38-39.

A radicalização das lutas não é caracterizada apenas pela busca por desapropriações, mas a partir de 1961, com o despejo da Fazenda São Lourenço em Duque de Caxias, onde os posseiros receberam a bala o oficial de justiça e os soldados que tentavam prosseguir na execução do despejo, é inaugurada a resistência armada, forma de luta amplamente utilizada nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé. Pedra Lisa, por exemplo, passa a ser denominada pelo subdelegado da região como “Zona Conflagrada”. Alguns jornais caracterizavam a Baixada como “Barril de Pólvora”.

Na Fazenda São Lourenço, localizada em Caxias, os camponeses receberam ordem de despejo, decretada pelo juiz. Isso por volta do mês de agosto de 1961.

Com as autoridades que conversei, responsabilizava o governo pelo que viesse a suceder em São Lourenço, tendo em vista a decisão dos camponeses de não aceitar o despejo.

(...) eu sabia, que com a decretação do despejo, os camponeses tinham aberto valas e preparado trincheiras, de modo a impedir a ação da polícia. Era melhor deixar a polícia entrar, derrubar a primeira casa e a segunda. Ficaria assim caracterizada a arbitrariedade. Aí então se impedia a derrubada da próxima casa.

Quando os policiais, acompanhados pelo oficial de justiça e guiados por um lavrador alcagüete, foram derrubar a terceira casa, os lavradores entrincheirados atiraram, derrubando o alcagüete. O cabo de polícia manejou a metralhadora para cima do barranco respondendo ao tiro, mas acabou ferido pelo pessoal da trincheira lá de baixo. No tiroteio atingiram também o oficial de justiça. O resto da tropa levantou os braços e pediu licença para levar os feridos ¹⁷.

É importante ressaltar, no entanto, que a resistência armada não foi um processo generalizado. O grau de organização e a situação local parecem ter sido fatores determinantes na opção por esse caminho.

O que deve ser ressaltado é que, na medida em que se tornavam um fato político, as lutas pela terra através da resistência armada foram um componente essencial nos desdobramentos da luta pela reforma agrária e do clima de mobilização que marcou a nação no início dos anos 60. O fato de a cidade do Rio de Janeiro, onde localizava-se o centro nervoso do país, estar contornada por um cinturão de conflitos desse tipo, sem dúvida lhes dá uma dimensão que talvez escapasse à própria consciência dos agentes sociais envolvidos.

Aparentemente a radicalização gerou resultados positivos aos camponeses, já que, em 1959, o governador Roberto Silveira cria o Plano de Ação Agrária que encaminhou a desapropriação de diversas fazendas e, em 1962, o governo federal cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) que também desapropria diversas áreas em todo o país.

De todas as áreas desapropriadas, tanto pelo governo estadual, quanto pelo governo federal, a maioria ficava na Baixada Fluminense.

A maior parte desse fervilhamento em torno da questão agrária no Brasil é desmobilizado com o golpe militar de 1964, sendo a Baixada Fluminense intensamente violentada pela repressão imposta pela ditadura, além de diversas áreas de terra já desapropriadas, terem sido devolvidas aos pretensos donos.

(...) a posterior repressão que o golpe militar de 1964 exercerá na região, como por exemplo, o que ocorreu com toda a área de Xerém e Belford Roxo, onde os trilhos da

¹⁷ Op. Cit. PUREZA: 1982, 53-54.

*estrada de ferro Rio D'ouro foram arrancados com a promessa de construção de uma rodovia que até hoje não existe. Todo o escoamento da produção dos lavradores por meio dos trens foi interrompido, o que decretou o completo fracasso agrícola da região*¹⁸.

O presente artigo é fruto de uma incipiente pesquisa sobre o movimento camponês na Baixada Fluminense e buscou apenas demonstrar alguns aspectos da formação da luta camponesa, abrindo a possibilidade para trabalhos mais completos como a ampliação da análise dessas lutas, o papel da imprensa, a influência de agentes partidários ou não, a continuidade desse movimento durante a Ditadura Militar, e tantos outros temas.

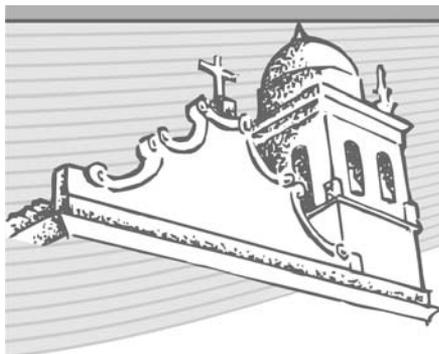
*O movimento social que criaram (os camponeses) foi para a recente história da Baixada uma das melhores expressões da capacidade de mobilização, de organização e de empreendimento político por parte de setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos seus representantes políticos e culturais*¹⁹.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO. 2003.
- GRYNSZPAN, Mário. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada**. In: DADOS, Revista de Ciências Sociais, Vol. 33, nº. 2. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ. 1990. pp. 285-310.
- _____. **Luta pela terra e identidades sociais**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. 5 (suplemento). Rio de Janeiro. Julho de 1998. pp. 255-272.
- _____. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1987.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (coord.). **Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro**. Relatório de trabalho, CPDA/UFRRJ. 1983.
- PUREZA, José. **Memória Camponesa**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.
- ROCHA, Jorge Luís. **“De quando dar os anéis”: A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações**. In: Hidra de Igoassú, Ano II, nº. 3. Rio de Janeiro: APPH-CLIO. Abril/Maio/Junho de 2000. pp. 19-38.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. **Laços em Movimento: as ligações dos posseiros do sertão carioca com outros movimentos sociais (1945-1964)**. In: I Colóquio sobre Questão Agrária. Rio de Janeiro: UFF. Outubro de 2005. pp. 55-70.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR. 2008.

¹⁸ ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO. 2003. pp. 74.

¹⁹ Op. Cit. ALVES: 2003, 73.



**SEÇÃO
TRANSCRIÇÃO**
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹Denise Vieira Demétrio²

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando à preservação das informações das fontes primárias - documentos sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”

Transcrevemos, nesta edição, documento encontrado, e transcrito, por Denise Vieira Demétrio, no acervo do Arquivo da Cúria Diocesana do Rio de Janeiro. O documento integra o Livro Índice de Visitas Pastorais, número I-114, folhas 17 e 17v, da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, do ano de 1727.

Nesta transcrição estão mantidas a grafia e a redação dos originais.



¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação lato sensu em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Possui graduação (2006) e mestrado (2008) em História pela Universidade Federal Fluminense onde cursa atualmente o doutorado com bolsa do CNPq. Bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ (2002-2005) no âmbito do projeto “Populações Negras no Estado do Rio de Janeiro: História, Memória e Identidade”. Bolsista de Capacitação da Fundação Euclides da Cunha (2005) no projeto “A escravidão africana nos arquivos eclesiásticos”. Assistente de pesquisa no projeto “A experiência real das sesmarias no Brasil colonial” (2005-2007) da Prof.^a Dr.^a Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN). Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa pelo CNPq (2008-2010) no projeto “Imagens Contemporâneas: prática fotográfica e os sentidos da história na imprensa Ilustrada (1930-1970)” sob coordenação da professora Ana Maria Mauad (UFF). Atualmente é coordenadora assistente do LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem) da UFF atuando na supervisão e execução de projetos de pesquisa.

O Concílio de Trento (1545 a 1563) foi determinante na depuração dos comportamentos das populações no decurso da Época Moderna ao reforçar o poder dos prelados e ao atribuir-lhes novas competências na regulamentação da vida das dioceses e prática religiosa dos fiéis. O poder episcopal, por sua vez, procurou aplicar o normativo tridentino através de mecanismos que, ou foram criados para esse efeito, ou já existiam e foram aperfeiçoados com o propósito de regular e disciplinar a vida dos fiéis. Um dos instrumentos ao dispor dos prelados, para corrigir e disciplinar comportamentos, era a visita pastoral. Ao contrário do que por vezes se julga, elas não foram resultado do Concílio de Trento, mas nele procedeu-se apenas ao restabelecimento das suas bases jurídicas e procurou-se rodeá-las de solenidade. Pelas visitas, obrigavam-se todos os bispos ou alguém enviado por eles (o visitador), com uma periodicidade praticamente anual, a percorrer todas as freguesias da diocese. Para os fiéis, revestia-se de um duplo aspecto: o de cerimônia e inspeção. O intuito da visita, para além da difusão da pastoral, era o de verificar o estado de conservação das infra-estruturas religiosas e objetos de culto, de perscrutar a vida e ação do pároco e clérigos locais e de procurar disciplinar determinados comportamentos considerados desviantes do conjunto de fiéis que habitavam uma determinada comunidade.



Cap^{os} que em vizita desta freg.^a de N. S.^{ra} do Pilar do Guaguasû deyx a o R.^{do} visitador Lourenço de Valladares V.^{ra} Conego da Santa Sê do Rio de Janr.^o Commissar.^o do Santo off.^o Dezembargador da meza, e do governo pelo Ill.^{mo} S^{nr} Dom Frey Antonio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, e sua Diocese.

[Aos] vinte, e tres dias do mês de Novembro de mil setecentos, e vinte, e sete annos, nesta freg.^a matrix de N. S.^{ra} do Pilar do Guaguasu onde em vizita della se acha o R.^{do} D.^{or} Lourenço de Valadares V.^{ra} Visitador deste Reconcavo, e Comarca me mandou a mim R.^{do} Manoel Ribeyro Nunes escrivão da dita vizita escrever os Cap.^{os} abayxo declarados.

[1] - Primeiramente porque est[a], a bem do Servisso de Deos e da boa edificação dos fiéis q os templos, e cazas do mesmo S^{nr} andem limpas, e aceadas, segundo a possibilid.^e de quem as governa, e devoção dos seus freguezes encomenda ao R.^{do} Parocho desta Matrix cuy[] nesta virtude continuando as obras della, e movendo em seu exemplo os fregueses p.^a q com zelo e devoção concorrão p.^a elles no q poderem.

[2] - E porque os Santos [Óleos] e Pia Baptismal de [] ter todo o resguardo, assim no aceyo como na Segurança mando ao R.^{do} Parocho q faça armarios donde se guarde fechado [Caychilho] dos Santos oleos, cuja chave [há]vera cautella em guardala tendo sempre as ambo[la]s de pra[t]ja ou de estanho, e com letreyros claros, e distintos, como os acho, e na Pia q podendo ser seja de pedra dentro de grades e com bom sumidoro para sua cobertura [] padoura] fechada.

[3] - Haverão na Igreja alguns confessorios p.^a as confissoens q nella se fizerem, es[peci]alm.^{te} as das mulheres, q mando senão fação fôra delles, não havendo causa em contrario, e n[as] confissoens das ditas usarão os confessores de sobre[pe]lizes], E evitar[ão] sempre o R.^{do} Parocho vozes altas e indev[id]jas dentro da sua igreja, como também []arse nella em redes ou palanquins ou pessoas alguãs com esporas.

4 – Com o pretexto de capellas e oratórios cobrem alguns fregueses a culpa de não de nam [sic] virem nos dias de precepto á Matrix, e talves que incursos no peccado de não ouverem missa nos dias de obrigação

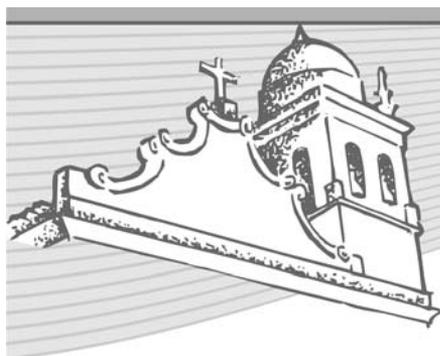
Pelo q deve o R.^{do} Parocho por [] dado nestas omissoens invigilando os q faltão para lhe não orquir Deos este [] E por [que] he da obrigação dos fregueses como verdad.^{os} filhos da Igr.^a frequentarem nos tais dias de obrigação a sua Matrix, ordeno neste prezente Cap.^o do R.^{do} Parocho que n[]ção que fizer depois da sua publicação admoeste, emtime a todas as pessoas [] especialm.^{te} paes de familias, a que venhão nos referidos dias á []gazão de q não podem[do] vir toda família ou parte della mandem ao menos as pessoas q mais intelligente houver na caza, e qu[] em possa perceber, e entender [] admoestações, publicações, Cartas de Excommunham, vigalias, e dias santos de precepto p[ara]o ir dizer á dita família, e se observar o q se determina na Igr.^a E para isto se observar mando o R.^{do} Parocho q use no princípio da sua Estação de Rol que tera das cazas da sua freg.^a e por elle preguntara se está prezente alguém de tal caza, e achando q não está procedera contra os ditos paes de familias com condemnações q sera pela primeira ves meya pataca, e dobrando pela segunda e terceyra, no que não havendo emenda [proce]derá na forma das Constituições da Bahia disposto nos n.^{os} 598, 599, e 600.

[5] - E da mesma sorte admoestará que se não trabalhe nem os senhores dos escravos os mande trabalhar nos Domingos e Dias Santos procedendo com condemnações na forma das ditas constituições.

[6] - Nos assentos dos Baptizados se declarem as freg.^{as}, terras e bispados dos pais das crianças baptizadas que forem brancas, por se evitar alguás ignorâncias, q pelo tempo a diante poderã ser nocivas. E nos q se fizerem dos escravos declare também os estados, freg.^{as}, e condição de pretos, ou pardos, e os senhores das pessoas q forem [padr]inhos.

[7] - E porque contra a piedade christam haverã pessoas q enterrem seus defuntos escravos nos semitérios, e capellas, que mais vezinhas lhe ficão por se livrarem do trabalho de os mandar á sua Matrix, e não perderem o tempo dos escravos q os carrega []vando desta sorte aquelles defuntos dos suffragios da encomendação []a []ão Direyto Parochial. Mando por Santa obediencia []bayxo da pen[].





SEÇÃO
MEMÓRIA VIVA

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹
Alexandre dos Santos Marques²
Antonio Augusto Braz³

Nesta edição, apresentamos não uma memória em particular, mas um depoimento fundamental do sambista, compositor e militante cultural Bira da Vila⁴, a respeito da riqueza que é o samba da Baixada.



Quando convidado a escrever este texto, confesso que senti um misto de emoção e orgulho. Emoção por escrever para uma revista onde tantas pessoas importantes da nossa cidade postaram relatos de tamanha importância sobre si mesmas ou sobre a história do nosso lugar, e orgulho por poder contribuir contando um pouco da minha vida pessoal e artística.

Tem horas que penso que foi um sonho, há momentos que acho que foi fruto da minha imaginação, mas quanto mais estudo sobre a doutrina espiritualista me convenço que pode ter sido real.

Um dia me deparei com a lembrança de um lugar onde uma pessoa me mostrava várias famílias em seus habitats, para que eu escolhesse entre elas de qual eu seria membro. Em cada uma, eu teria uma qualidade de vida: em uma família eu teria conforto, mas não teria muita atenção; em outra, teria riquezas, mas ia conviver com brigas e disputas por bens materiais; enfim, todas as famílias mostradas tinham os prós e os contras. Então, vejo uma família muito pobre e sobre ela, nenhum comentário, e pergunto: e essa família?

Essa família não tem dinheiro, não tem móveis bonitos não tem nome importante, nem muita instrução, mas tem amor, carinho, honestidade e tudo que alguém precisa para se tornar um bom ser humano. Contudo, devo dizer que, em qualquer família que você escolher viver, vai ter que superar as dificuldades para crescer, vai ter que lutar muito para vencer, porque a missão é crescer como pessoa e como espírito.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação lato sensu em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da rede municipal de ensino. Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Articulador regional da Ação Griô.

³ Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ. Professor da Unigranrio e da rede municipal de ensino. Sócio fundador e Vice Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Presidente da Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-CLIO). Diretor do CRPH.

⁴ Cantor, compositor e pesquisador. Acaba de lançar o cd "O Canto da Baixada", que conta a história do samba da Baixada, da década de quarenta até os dias atuais, trabalho que contempla compositores de quase todos os municípios da nossa Baixada e que está sendo apontado como um dos melhores discos de samba do ano. Também desenvolve um projeto, com um grupo de amigos, que leva o mesmo nome do cd - "O Canto da Baixada" - cuja principal função é discutir a valorização da cultura da Baixada Fluminense.

Bem, se for para crescer, então escolho aquela família mais humilde, mas com uma condição. A pessoa olha para mim meio preocupada e diz. Qual? Eu não quero ficar doente, vou suportar e superar qualquer dificuldade, mas não quero mais ficar doente. A pessoa sorri docemente, dá as costas e vai embora.

Bernardina e Noé da Silva, pais de minha mãe, eram negros. Vieram de Cantagalo, divisa entre Rio e Minas Gerais, já libertos e sem ter para onde ir, viveram ainda muitos anos na fazenda onde seus pais passaram parte da vida como escravos, e só saíram quando foram despejados. Não podendo mais explorar a mão de obra escrava, os fazendeiros, sem indenização ou remuneração, enxotaram como animais todos os negros de suas fazendas e meus avós estavam entre esses. Saíram sem rumo, vindo, no início da década de 1940, ocupar um terreno na rua Santo Antonio, na Vila São Luiz, em Duque de Caxias.

De meus avós paternos, o que conheço é muito pouco e foi contado por meu pai; Sei apenas que, meu avô, um português chamado Antonio Pereira de Souza, era um homem muito duro com os filhos, um exímio sanfoneiro, casado com minha avó Elidia, que era índia.

Posso dizer que sou fruto dessa miscigenação que é a fórmula do povo brasileiro, pois trago em mim o sangue desbravador dos europeus por parte do meu avô Antônio; a espiritualidade e paciência, do lado índio de minha avó Elidia; e, a inteligência, resistência e perseverança que vem do sangue negro dos meus avós maternos.

Um conselho precioso me foi dado aos oito ou nove anos por minha avó Filinha, era como chamávamos a mãe de minha mãe: “Birinha, você é negro meu filho e terá que ter orgulho da sua negritude para no futuro não ter problemas, tem algumas pessoas que acham que somos inferiores e a única forma de você se defender é conhecendo a sua origem e os seus direitos como cidadão, e só descobrimos os nossos direitos estudando, adquirindo conhecimento; se os seus pais não tem dinheiro para comprar material escolar para você ir a escola, então vá a biblioteca pública, lá estão todos os livros que vão te ajudar na escola e na vida”.

E foi essa preta velha, que depois descobri ser a única pessoa que sabia ler e escrever corretamente na nossa família, o que era comum para negros que prestavam serviços dentro das casas grandes desde criança, foi ela quem ensinou minha mãe e minhas tias a ler o pouco que sabiam, e foi inspirado nela que hoje sou o que sou.

Com a morte precoce de minha mãe descobri que a única coisa que me consolava era cantar. Cantar era o remédio que amenizava a saudade que sentia dela, quando percebi, já fazia parte da primeira roda de samba da cidade, que acontecia no bar do Zezinho: eu, Liliinho, Celso, Hercílio, Ronald, Elias Figueroa, Toinho e Thomé. O bar ficava na rua do Clube Recreativo Caxiense, em 1979. Foi lá que conheci amigos eternos como, Walquiria Lima da Rocha, Maria, Luiza, Maura, Roberto, Ana e tantos outros. Depois da morte repentina do Zezinho, por enfarte, nos transferimos para o bar do Beiróz, no Clube dos Quinhentos, no Jardim 25 de Agosto, onde tocamos por quase dois anos, sempre carregando multidões para cantar com a gente, até alguns membros do nosso grupo se casarem e terminar a nossa tão querida roda de samba.

Como eu era o caçula do grupo, não suportei ficar longe do samba e já com outros amigos fomos tocar no pagode da Tia Maria: eu, Jair, Cássia, Bililico, Renato, e Ataíde, na rua Itacibá, em um terreno coladinho ao muro do cemitério do Corte Oito, em cima de um morro onde mais de mil pessoas lotavam o terreno todo domingo à tarde para cantar com a gente os sambas de João Nogueira, Martinho da Vila, Roberto Ribeiro e grupo Fundo de Quintal que fazia muito sucesso na época, início da década de oitenta.

Acho que a veia artística me veio como bônus por viver em tamanha dificuldade e por ter começado a trabalhar muito cedo. Aos quatorze anos já trabalhava de dia e estudava a noite, justamente na idade que descobri a arte de compor fazendo a poema O Malandrinho, que viraria um samba em homenagem ao meu pai. Eu sempre agradeço a Deus pelo dom de compor, foi a música que despertou, em um menino como tantos outros que existem até hoje na nossa Baixada, um outro olhar, um outro caminho, dando a esse menino uma nova perspectiva de vida. A música me fez voar em vôos imaginários, nos quais pude compor

lindas canções, e também em vôos domésticos e executivos, dividindo lugar com anônimos e famosos, levando-me para outros estados para mostrar a minha arte.

Esse caminho levou-me a compor uma música, em parceria com Riko Dorilêo, que celebra a assinatura do tratado de paz, em 2002, em ANGOLA, “Ventos da Liberdade”, canção que leva uma mensagem de esperança e superação no momento que cessava uma guerra civil que durou vinte e três anos naquele país. A bela sensação de poder contribuir de uma forma tão importante para um país de onde provavelmente vieram os (meus) seus ancestrais.

O mesmo caminho me levou a compor com Serginho Meriti, “O Daqui o Dali e o De Lá”, samba considerado um dos melhores da década passada pelo crítico musical Luis Fernando Vianna, da Folha de São Paulo, e também tive o privilégio de compor com meu mestre, ídolo, parceiro e irmão, Luiz Carlos da Vila, o samba “Então Leva”, que ficou entre as duas melhores canções do ano no prêmio da música de 2009. Gravei meu primeiro samba, em parceria com Fidelis Marques e Melodia Costa, com a cantora Jovelina Perola Negra, tendo meu nome no rol dos compositores que tem seus sambas cantados em todo o país, além de ser um dos personagens do livro “Herança do Samba”, de Aldir Blanc, Hugo Sucman e Luiz Fernando Vianna, transformando meu trabalho em fruto de pesquisa no “YouTube” e em todas as redes sociais. E, tudo isso, “é broto da sua mão, verso e canção que faz o povo sorrir”, e esse menino da Baixada Fluminense... ainda sou eu.

Devido a minha arte e a cultura que defendo, hoje sou reconhecido como um artista da Baixada Fluminense em quase todo o país. Esse é o meu lugar, e foi esse desafio que assumi para a minha vida. Não posso ficar de braços cruzados e deixar que o resto do estado e do país pense que aqui só tem violência e tantas outras coisas negativas, Magoa-me quando fazem piadas dizendo que Caxias só é bom para ganhar dinheiro, fazendo uma alusão a riqueza da cidade e que quem ganha muito dinheiro aqui mora na zona Sul ou na Barra. A meu ver, as pessoas vão embora de Caxias por causa da péssima qualidade de vida que temos, por nos faltar água nas caixas d’água, nos faltar educação e saúde de qualidade e tratamento digno nos serviços básicos essenciais. Mas, se esse é um problema político ou empresarial, acho que precisamos, organizadamente, fazer valer os nossos direitos, como em qualquer outra cidade moderna do país, para um dia podermos dizer, “eu tenho qualidade de vida onde eu moro”.

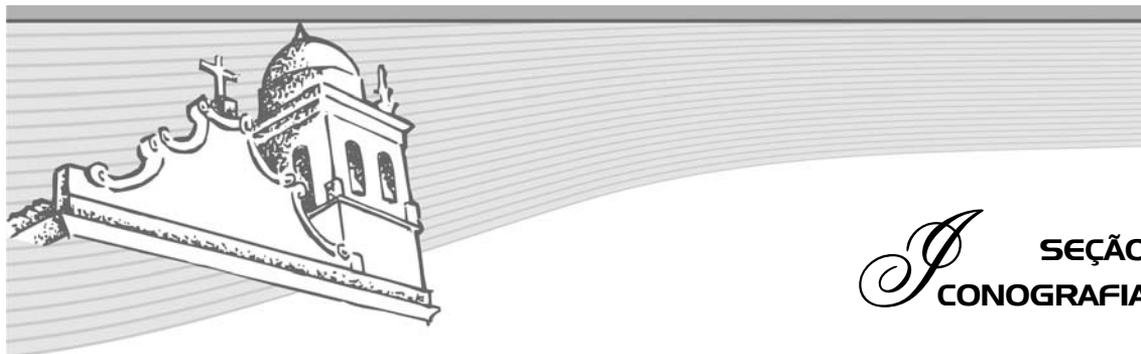
Caxias precisa melhorar por conta da riqueza que a nossa cidade produz. E não é só riqueza material não. Temos um celeiro de grandes artistas e personalidades que engrandecem o nosso lugar, inclusive alguns negros ilustres que fazem e fizeram parte da história da nossa cidade, como MESSIAS NEIVA, artista de fama internacional; seu ACÁSSIO DE ARAUJO, fundador da Lira de Ouro que completou cem anos recentemente, professor de trombone que não tem quem não se apaixone depois de cinco minutos de conversa; o já falecido, Dr. JOÃO DA LUZ, que teve o primeiro consultório com raio X da cidade; SOLANO TRINDADE, que veio de Recife direto para nossa cidade e empregou o seu talento desenhando carros e fantasias para a saudosa GRES Cartolinha de Caxias de HÉLIO CABRAL, que desencantado com a falta de investimento na sua escola de coração foi para a Mangueira e compôs o “SEMENTE DO SAMBA”, ganhando status de baluarte e tendo o seu samba até hoje cantado entre os melhores sambas de exaltação já feitos para a Mangueira. Negros reconhecidos pelo valor do seu trabalho e que merecem, por nos encher de orgulho, o respeito e reconhecimento da nossa cidade.

O cd “O Canto da Baixada”, que concorrerá em cinco categorias no próximo Prêmio da Música Brasileira, que acontecerá no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, por ser um disco de resgate, tinha a função de criar uma discussão de valorização da cultura local, mostrar que existiam sambistas aqui que compunham tão bem quanto qualquer outro grande sambista da história do samba brasileiro. Além de discutir a obra destes compositores, começaríamos, através do samba, a sensibilizar e mostrar à classe artística da Baixada que, se acreditássemos na nossa arte e no nosso talento para mudar para melhor o nosso lugar, juntos poderíamos transformar a nossa vida, a nossa arte e a nossa cidade.

Confesso que sou um “sonhador”, mas não um sonhador qualquer, meus sonhos são imensos e são trabalhados obsessivamente para serem transformados em realidade. A idéia de mobilizar a classe artística da Baixada, a princípio, era um sonho impossível, mas estamos aí, prestes a realizar em parceria com o SESI o maior movimento artístico independente já realizado na Baixada Fluminense. O “Baixada é arte” é um movimento da classe artística da Baixada Fluminense, idealizado pelos artistas e iniciativa privada, visando valorizar o artista local e tentar buscar, através desse encontro, meios para organizar a classe artística profissionalmente.

Precisamos entender que não é responsabilidade do governo dar dinheiro para o artista sobreviver. O artista precisa se organizar para buscar incentivo, para produzir seus shows e espetáculos. Juntos e organizados, certamente, criaremos projetos e propostas que valorizarão e darão dignidade ao nosso trabalho, só assim desfrutaremos de melhor remuneração e reconhecimento artístico.

Para mim, a força está na coletividade e no talento. E, talento é o que não nos falta, então só nos resta ir à luta em busca de transformar o nosso sonho em realidade. O povo da Baixada precisa de entretenimento de qualidade e temos nossa arte para mostrar. Se você, que está lendo este texto, morar na Baixada, a você cabe o incentivo, porque nós, artistas da Baixada, vamos te levar o melhor da nossa arte, na área de teatro, cinema, artes plásticas, música... Só depende de você prestigiar, para nossa arte sair daqui e poder ser reconhecida no Brasil e o mundo.



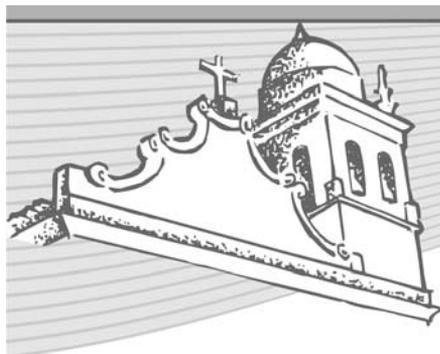
Esta seção tem como objetivo divulgar os documentos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação.



*Mostra do acervo do Instituto Histórico.
Coleção Joãozinho da Gomeia - março de 2011.
Foto: Audenir Damião*



*Ambulatório Irma Beta - 2009.
Foto: Luiz Felipe dos Santos Junior*



**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DO INSTITUTO HISTÓRICO**

2011 - 10 anos

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

2011 / 2012

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

PAULO MAINHARD **Presidente**
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ **Vice-Presidente**
ARISTIDES MULIN
GENESIS TORRES
GILBERTO SILVA
GUILHERME PERES
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAURY DE SOUZA VILLAR
STÉLIO LACERDA
AGRINALDO FARIAS
DALMAR LÍRIO MAZINHO
DE ALMEIDA FILHO (Presidente da CMDC - membro nato)
Secretário de Cultura (membro nato)
Secretária de Educação (membro nato)

Suplentes

MARLUCIA SANTOS SOUZA
ALEXANDRE MARQUES
BETO GASPARI
ANDRÉ OLIVEIRA
WASHINGTON LUIZ JUNIOR
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
JOSUE CARDOSO
ROSA LEITE

CONSELHO FISCAL

Efetivos

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
NEWTON MENEZES
CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ODLAN VILLAR

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário ANGELO MARCIO DA SILVA
Tesoureiro MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (Diretora do Instituto Histórico - membro nato)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS NUNES
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIE TE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA NOGUEIRA DE SOUZA
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPTÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVA ENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMÍDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 HERALDO BEZERRA CARVALHO
 HERMES ARAUJO MACHADO
 IRANI FONSECA CORREIA
 ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 IVON ALVES DE ARAÚJO
 JOÃO HERCULANO DIAS
 JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
 JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
 JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
 JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
 JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
 LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
 LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
 MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
 MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
 MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
 MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
 MARIA DE JESUS MENDES LIMA
 MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
 MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
 MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
 MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
 MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
 MESSIAS NEIVA
 NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
 NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
 NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS

NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE

ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ADENILDO DANIEL DA SILVA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ALEXANDRE BARROS DO ROSÁRIO
ALINE COSTA DOS SANTOS
ALINE FERNANDES PEREIRA
ANGELA MARIA SANT'ANNA FIGUEIREDO
ANGELO MARCIO DA SILVA
CARLA DE OLIVEIRA
CARLOS GUSTAVO COSTA MOREIRA
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
CLAUDIO DE PAULA HONORATO
CRISTIANO CAMPOS AZEREDO
DENAIR DE SOUZA CORRÊA DE MORAES
DIANA JUSTO KELIM
DIEGO LUCIO VILLELA PEREIRA
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELIANE PONCIANO DE LIMA
ELIAS DA SILVA MAIA
ELIZABETH CASTELANO GAMA
ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
FERNANDO RAMOS PEREIRA
GERALDO COSTA FILHO
GIANIS HANS MARTINS PETRAKIS
GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA

HELLENICE DE SOUZA FERREIRA
INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA
INSTITUTO N S DA GLÓRIA / REGINA C S LOPES
IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA
JADIVAL OLIVEIRA
JORGE BASTOS FURNAN
JOSÉ CARLOS LEAL
LÉO MANSO RIBEIRO
LEONARDO SIMEÃO DA SILVA
LUIZ FELIPE DOS SANTOS JÚNIOR
MAÍZE DE OLIVEIRA GONDIM
MARIA CELESTE FERREIRA
MARIA HELENA JACINTHO
NATÁLIA EXPOSITO FILGUEIRAS
NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
NOEMI REBELLO DOS SANTOS
PAULO DA SILVA
PAULO SÉRGIO DA SILVA
RICARDO DA FONSECA IGNEZ
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
RUBENS DE ALMEIDA
SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
SERGIO BRABO DE ABREU
SIDNEY DE OLIVEIRA SILVA
THIAGO SCHUBERT LOPES
UBIRAJARA SILVA DE SOUZA
VALERIA MOREIRA COUSAQUIVITI



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

16ª Legislatura: 01/01/2009 a 31/12/2012

Presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho
1º Vice-presidente: ADEMIR MARTINS DA SILVA - Ademir Martins
2º Vice-presidente: MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide
1º Secretário: MOACYR RODRIGUES DA SILVA - Moacyr da Ambulância
2º Secretária: JULIANA FANT ALVES - Juliana do Táxi

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus
CLÁUDIO CESAR RODRIGUES PEREIRA - Tato
DENILSON SILVA PESSANHA - Maninho do Posto
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - Junior Reis
EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Eduardo Moreira
EVANGIVALDO SANTOS SOARES - Grande
FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro
JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE - Quinzé
JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA - Josemar Padilha
MARCELO FERREIRA RIBEIRO - Marcelo do Seu Dino
MARCOS FERNANDES DE ARAÚJO - Marquinho Oi
MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA - Gaete
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA - Fatinha
NIVAN ALMEIDA - Nivan
ORLANDO JOSÉ DA SILVA - Orlando Silva
RICARDO CORRÊA DE BARROS - Ricardo da Karol

Diretora Geral da CMDC: INGRID JUNGER DE ASSIS



Município de Duque de Caxias

